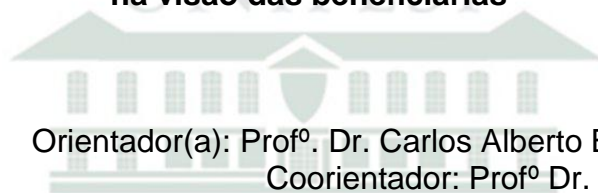


Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
Cinthia de Oliveira Cunha

**O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza
na visão das beneficiárias**



Orientador(a): Prof^o. Dr. Carlos Alberto Bello e Silva
Coorientador: Prof^o Dr. André Pires

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Guarulhos

2016

CINTHIA DE OLIVEIRA CUNHA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS REPRESENTAÇÕES DE
POBREZA NA VISÃO DAS BENEFICIÁRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós Graduação em Ciências Sociais
da Universidade Federal de São Paulo
como requisito para obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto
Bello e Silva

Coorientador: Prof. Dr. André Pires

Guarulhos
2016

CUNHA, Cinthia de Oliveira

O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza na visão das beneficiárias / Cinthia de Oliveira Cunha. – Guarulhos, 2016.

118f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Bello e Silva

Coorientador: Prof. Dr. André Pires

Título em Inglês: The Bolsa Família Program and the poverty's representations of the beneficiaries.

1. Políticas Públicas. 2. Programa Bolsa Família. 3. Pobreza.

CINTHIA DE OLIVEIRA CUNHA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS REPRESENTAÇÕES DE
POBREZA NA VISÃO DAS BENEFICIÁRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós Graduação em Ciências Sociais
da Universidade Federal de São Paulo
como requisito para obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto
Bello e Silva

Coorientador: Prof. Dr. André Pires

Aprovado em: 22 de novembro de 2016.

**Profª Dra. Amélia Cohn
USP**

**Prof. Dr. Daniel Arias Vazquez
Unifesp - Guarulhos**

Dedico essa dissertação às beneficiárias que dispuseram de seu tempo para participar desse trabalho, à minha família que sempre me apoiou e ao meu noivo por toda paciência e força que me deu ao longo dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada;

Ao meu orientador, Profº Dr. Carlos Alberto Bello e Silva, por todo suporte intelectual e incentivo ao longo de todo percurso;

Ao meu coorientador, Profº Dr. André Pires, que me mostrou os primeiros passos da pesquisa científica, por suas preciosas sugestões que tanto qualificaram a pesquisa, além do permanente incentivo;

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais por ter proporcionado um ótimo ambiente de desenvolvimento e crescimento intelectual;

Aos membros da Banca de Qualificação e Defesa, Profª Drª Amélia Cohn e Profº Dr. Daniel Arias Vazquez, pelas valiosas observações e recomendações para essa dissertação;

Aos funcionários do Centro de Referência da Assistência Social do Campo Belo, e também do Distrito de Assistência Social da Região Sul, e de forma especial à Gisleide Abreu e Regina Machado pelo apoio dado no desenvolvimento da pesquisa de campo;

E, em especial,

Às beneficiárias entrevistadas da Região Sul do município de Campinas, que deram brilho a esta pesquisa, ao demonstrar sua força e coragem;

À minha tia, Heliete, que desde o início de minha jornada acadêmica esteve ao meu lado, me dando o suporte necessário;

À minha irmã, Cibelle, por toda assistência que me deu durante o desenvolvimento da pesquisa, sem a qual não seria possível a realização desse trabalho;

Aos meus pais, Nádia e Décio, que sempre me incentivaram e apoiaram, me estimulando para não desistir frente aos obstáculos;

E finalmente, ao meu querido noivo Paulo, que de forma especial, paciente e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades e celebrando as etapas conquistadas com alegria.

[...] Você é ser humano, cê tá trabaiaando, trabaiaando seu ganha pão, tá ajudando a sua casa também. Que nem eu, preciso lava a privada de gente rico, preciso fazê comida pra gente rico, chega na minha casa, não tenho pra fazê pro meu filho. “Se você quisé leva aquele resto, você leva (patroa)!” Eu sou cachorro pra leva o resto, mas não sou digna pra come numa mesa com você, entendeu. É isso que o pobre é humilhado, o pobre ele humilha na hora de vim atrás do Bolsa Família, ele humilha na hora que vai no postinho na Orozimbo Maia (rua), vai no posto de saúde, quando vai procura um hospital pubrico, ele é humilhado! **(Rosângela, entrevistada, 38 anos)**

[...] Então o meu filho pediu leite e eu falei filho só tem quatro bolachinha pra você come, (chora). Isso me dói muito porque nós não somos aqueles pobre miserável, nós somos pobre que lutamos, porque como eu já havia falado minhas filhas são excelentes alunas, eu sou artesã também, eu faço muita coisa, e o meu companheiro, ele é uma pessoa muito pobre, ele é muito... de origem muito pobre, mas ele é uma pessoa muito esforçada, somos uma família muito honesta, nós não temos nada, mas o pouco que a gente tem em casa, tudo tem nota fiscal, tudo tem procedência legal, e dói tanto né. **(Franciele, entrevistada, 43 anos)**

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi compreender se o Programa Bolsa Família (PBF) tem proporcionado mudanças na representação da pobreza para suas beneficiárias. De maneira específica, apreender como as privações são vivenciadas pelas participantes do PBF em suas realidades cotidianas. Desenvolvendo uma discussão sobre o fenômeno da pobreza que procuramos avaliar se o PBF possibilitou as suas beneficiárias serem vistas e percebidas pelos outros e por elas mesmas enquanto sujeitos dignos de direitos, e não como indivíduos pertencentes a uma paisagem naturalizada no cenário brasileiro. Esse trabalho utiliza como método de pesquisa a realização de 16 entrevistas semi estruturadas junto às beneficiárias do PBF no município de Campinas, São Paulo. Os resultados das entrevistas analisadas indicam que as representações da pobreza para as beneficiárias são caracterizadas por uma oscilação entre imagens negativas e positivas sobre a forma como elas se veem e percebem que são vistas pela sociedade em suas relações cotidianas. Foi possível verificar que estão presentes no imaginário das beneficiárias em determinados momentos as tradicionais ideias pejorativas do vagabundo, do coitado, do fraco, do morto de fome, do miserável, que precisam da ajuda do Estado para conseguir manter uma vida digna, e em outros momentos o que se apresenta são as imagens de sujeitos que são pobres e honestos, corretos, trabalhadores, que lutam com dificuldade e determinação. Ainda, é importante salientar que as beneficiárias oscilam entre as imagens negativas e positivas a depender do ponto de vista de quem se fala, ou seja, pudemos notar que quando as entrevistadas falam sobre o que outras pessoas pensam sobre elas, as imagens negativas são as mais mencionadas, já quando se caracterizam enquanto beneficiárias são as imagens positivas que são indicadas. É preciso ressaltar que a oscilação entre as imagens negativas e positivas não se apresenta somente de forma contraditória ou oposta no imaginário das beneficiárias, mas sim, podem revelar também noções complementares que expressam o significado da vivência da pobreza para essas mulheres.

Palavras – chave: Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Pobreza. Campinas.

ABSTRACT

The objective of this research was to understand if the Bolsa Família Program (PBF) has provided changes in the representation of poverty for its beneficiaries. Specifically, to understand how the privations are experienced by the participants of the PBF in their everyday realities. Developing a discussion about the phenomenon of poverty, we try to evaluate if the PBF allowed its beneficiaries to be seen and perceived by others and by themselves as rights-worthy subjects, and not as individuals belonging to a naturalized landscape in the Brazilian scenario. This work uses as a research method the realization of 16 semi-structured interviews with PBF beneficiaries in the city of Campinas, São Paulo. The results of the interviews analyzed indicate that the representations of poverty for the beneficiaries are characterized by an oscillation between negative and positive images about how they see themselves and perceive that they are seen by society in their daily relationships. It was possible to verify that the traditional pejorative ideas of the vagabond, the poor, the weak, the starving, the miserable, are present in the imaginary of the beneficiaries at certain moments, who need the help of the State in order to maintain a dignified life, and in others moments that are presented are the images of subjects who are poor and honest, correct, hardworking, who struggle with difficulty and determination. Still, it is important to point out that the beneficiaries oscillate between negative and positive images depending on the speaker's point of view, that is, we could notice that when the interviewees talk about what other people think about them, the negative images are the more mentioned, when they are characterized as beneficiaries are the positive images that are indicated. It is necessary to emphasize that the oscillation between negative and positive images is not only presented in a contradictory or opposite way in the beneficiaries imaginary, but also, they can also reveal complementary notions that express the meaning of the experience of poverty for these women.

Keywords: Public Policies. Bolsa Família Program. Poverty. Campinas.

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BIRD – Banco Mundial

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CADÚnico – Cadastro Único

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DAS – Distrito da Assistência Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário

PBF – Programa Bolsa Família

PEC 55 – Projeto de Emenda Constitucional 55

PT – Partido dos Trabalhadores

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PGRFM – Programa de Garantia da Renda Familiar Mínima

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sumário

Introdução	11
CAPÍTULO 1. A pobreza e suas dimensões	17
1.1 Contextualizando as políticas públicas no Brasil	18
1.2 A desvalorização moral da imagem do pobre	22
CAPÍTULO 2 - O PBF e as mudanças e/ou reafirmações das representações da pobreza na visão das beneficiárias	39
2.1 Procedimentos metodológicos.....	41
2.2 A pobreza a partir do ponto de vista das beneficiárias do PBF.....	50
2.3 Das dimensões de análise.....	51
2.3.1 O PBF como direito ou favor	51
2.3.2 Concepções de pobreza para as beneficiárias.....	61
2.3.3 Mudanças objetivas na vida das beneficiárias.....	78
2.3.4 Sonhos e Planos Futuros	80
CAPÍTULO 3 - Uma análise comparativa dos estudos sobre o PBF	84
3.1 O Programa Bolsa Família: uma análise comparada.....	85
3.2 Percepções da população sobre o PBF e seus beneficiários	99
Considerações Finais.....	104
Referências Bibliográficas:	112
ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	115
ANEXO 2 – Roteiro das entrevistas	116

Introdução

Nas sociedades modernas a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. (PAUGAM, 2003, p. 45)

Muitos dos estudos sobre a pobreza e desigualdade social realizados no Brasil concentram-se, de acordo com Reis (2000), Rabelo (2011) e Ávila (2013), na área de estudo da economia e objetivam mensurar os impactos econômicos de políticas públicas criadas para o combate desses fenômenos. Entretanto, como nos recorda Paugam (2003) no trecho acima, a pobreza é um fenômeno que deve ser analisado além da esfera econômica, pois é um estado que atinge outras instâncias da vida social das pessoas.

Levar em consideração não somente os aspectos econômicos que envolvem as políticas sociais de combate à pobreza, com é o caso das Políticas de Transferência de Renda criadas no Brasil que são amplamente analisadas a partir de critérios como custo/benefício/eficácia, mas também observar a subjetividade que envolve o fenômeno da pobreza pode ser um bom caminho para compreender seu caráter multidimensional.

Em seu livro Paugam (2003) descreve a pobreza como um status social específico, inferior e desvalorizado, demonstrando como a pobreza possui um caráter negativo frente à sociedade moderna, que valoriza o sucesso e despreza o fracasso social, conferindo um desprestígio moral para todos aqueles que se encontram em situação de pobreza. (2003, p. 45 - 46)

Paugam (2003) irá analisar a pobreza a partir de aspectos presentes na teoria de Max Weber sobre classe, status e poder, assinalando que a situação de pobreza não é uma questão somente material, mas sim envolve outros aspectos, como o prestígio social, a moral e o poder nas relações sociais que são construídas entre as pessoas na sociedade.

O indivíduo não é pobre por ter pouco ou nenhum dinheiro; é desfavorecido de recursos ou de rendas porque, na ausência de saúde, de ocupação remunerada, de instrução, de relações, de capital negociável ou intransferível, ele não pode impor seus direitos sobre os demais, sobre o trabalho alheio. (LABBENS, *apud*, PAUGAM, 2003, p. 47)

Assim, o autor procura compreender como se constitui a desqualificação social dos sujeitos que se encontram excluídos da vida econômica e social. Paugam (2003) analisa como se desenvolve a construção de um determinado status desvalorizado dos pobres que é compartilhado pela sociedade, status esse em que os indivíduos em situação de pobreza possuem um conjunto de comportamentos que são percebidos por eles mesmos e pela sociedade como condizentes com os seus papéis sociais e, portanto são legitimados em suas relações sociais.

Nesse sentido, Paugam (2003) assinala que é importante observar quais são os sentidos vividos da pobreza pelos indivíduos, percebendo como os sujeitos compreendem subjetivamente a pobreza, e assim, observar a diversidade de status que envolve os pobres. Para o autor os pobres são pessoas reconhecidas pelos outros em situação econômica e social precária.

Ao se estudar uma política pública como o Programa Bolsa Família (PBF) que é uma das principais políticas de combate à pobreza focalizada¹ em nível federal, é necessário considerar os aspectos subjetivos que envolvem as beneficiárias do programa, como alguns autores assinalam, entre os quais Rabelo (2011) e Rego (2013).

Num contexto de análise das Políticas de Transferência de Renda e, tomando como referência o PBF como política pública importante no que tange o combate à pobreza e à desigualdade social, que se faz necessário uma apreciação acerca da forma como se constitui, no imaginário das beneficiárias desse programa, as representações da pobreza, apreendendo de que maneira as participantes do programa percebem-se enquanto beneficiárias de uma política social e como entendem as relações que se dão entre elas, bem como com outras pessoas que não fazem parte do programa. Dessa forma, o que nos interessa é perceber qual é o status das beneficiárias do PBF, para utilizar os termos de Paugam (2003).

É importante ressaltar que entendemos por representação da pobreza o conjunto de imagens que expressam o significado da condição de pobreza para as beneficiárias. Desse modo, quando falamos em representações de pobreza para as entrevistadas nessa pesquisa, estamos tratando das imagens que são construídas pelas beneficiárias a partir da vivência que elas têm da pobreza.

¹ No que concerne à focalização dos programas, o PBF possui como critério de elegibilidade a exigência de que a família tenha uma renda mensal *per capita* entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00.

Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo compreender as formas pelas quais a pobreza é vivenciada na esfera prática da vida social das beneficiárias do programa, considerando que a figuração simbólica da pobreza é uma questão de ordem distinta da situação financeira das famílias beneficiadas pelo PBF. O que nos interessa observar é o ponto de vista que as beneficiárias desse programa têm sobre a sua participação nessa política, percebendo como esse pertencimento é entendido por elas e como interferem ou não em suas relações sociais cotidianas.

O Programa Bolsa Família (BPF) criado como medida provisória em 2003, e posteriormente convertido em lei ordinária vinculada diretamente à Presidência da República em 2004, é um programa de transferência de renda focalizado em famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, que através da expansão de sua cobertura² tornou-se fundamental para diminuição da desigualdade socioeconômica do país, como muitos autores assinalam, dentre os quais Cohn (2010) e Rocha (2013).

O PBF constitui-se como uma política pública que possui como objetivo em seu desenho institucional o combate à pobreza a partir de ações em momentos temporais distintos. Primeiramente, em curto prazo, visa, através da transferência monetária às famílias, aliviar os chamados efeitos imediatos da pobreza. Em longo prazo tem como meta o cumprimento das condicionalidades com o objetivo de romper com o chamado ciclo intergeracional da pobreza, possibilitando aos filhos das famílias assistidas pelo programa, através de ações conjuntas entre as políticas públicas de educação e saúde, emanciparem-se do PBF e assim deixarem a situação de pobreza na qual se encontravam. Ainda é relevante assinalar que, em alguns municípios, a depender da gestão local do programa, são desenvolvidas medidas socioeducativas para as beneficiárias.

Em relação às condicionalidades do programa, na área da saúde o desenho do PBF estabelece que “as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos”. Já na área da educação “todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%”. (MDS, 2016)

² De acordo com informações no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) o PBF atende atualmente cerca de 13,9 milhões de famílias. Acesso em: 31. Out. 2016.

É importante ressaltar que a frequência escolar exigida para participação no programa é 10% maior que a sugerida pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN) o que pode indicar que o governo, ao determinar maior frequência dos filhos das beneficiárias na escola, na realidade pode estar exigindo que as mesmas comprovem seu merecimento em receber o benefício. Como assinala Cohn (2012) a maior frequência escolar exigida dos filhos das beneficiárias do PBF é um despropósito que tem se mantido desde a época do Bolsa Escola³, política que também cobrava uma maior frequência escolar das crianças beneficiadas.

Este trabalho está organizado em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo iremos discutir como a pobreza é definida pelas políticas públicas, percebendo quais são as lógicas por trás das políticas de combate à pobreza. Nesse capítulo iremos explorar como a lógica neoliberal⁴ e as organizações internacionais como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, influenciaram a forma como são constituídas as políticas públicas em toda a América Latina e de forma específica no Brasil.

É relevante mencionar que toda essa discussão nos remete à questão de que a pobreza não pode ser percebida somente na esfera material, mas também considerar o caráter multidimensional desse fenômeno, sendo assim, trataremos também nesse capítulo o significado do conceito de pobreza a partir do enfoque de diferentes correntes teóricas, considerando aspectos que se encontram além da lógica da privação material, buscando com isso, compreender outras dimensões que envolvem a vivência da pobreza, como por exemplo, a exclusão social, a humilhação e a resistência frente às classificações impostas pela sociedade sobre a pobreza.

Ao longo da discussão sobre o fenômeno da pobreza sob diferentes vertentes teóricas, o que se destacou em nossa análise foi a desvalorização moral do pobre em suas relações sociais, que se delineia de variadas formas nos textos investigados. A desqualificação da

³ O programa Bolsa-Escola foi uma das primeiras Políticas de Transferência de renda em âmbito federal. Criado em Brasília (DF), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, o Bolsa Escola era uma transferência monetária para famílias carentes, com o intuito de retirar as crianças das ruas e do mercado de trabalho possibilitando a universalização da educação, e com isso, proporcionando a formação de gerações futuras sem exclusões (Conh, 2010)

⁴ Aqui se entende por lógica neoliberal o ajuste estrutural realizado no decorrer da década de 1990 no Brasil, que se baseava em um projeto econômico, político e ideológico no qual a intervenção estatal nas questões de desigualdade social deveria ser mínima, pois implicaria em uma interferência no livre mercado. (Cohn, 2010)

imagem do pobre frente ao outro, é o cerne da questão que procuramos explorar nesse capítulo.

No segundo capítulo serão apresentados os métodos e resultados da pesquisa. Esse capítulo está dividido em duas partes. Primeiramente é desenvolvida uma discussão sobre os métodos da pesquisa, com o intuito de explicar como foi realizado o trabalho de campo e as entrevistas junto às beneficiárias do PBF no município de Campinas (São Paulo).

Posteriormente à discussão do método iremos apresentar os resultados encontrados na pesquisa a partir da análise das entrevistas. Os resultados das entrevistas indicam que as representações da pobreza para as beneficiárias são caracterizadas por oscilações entre imagens positivas e negativas que elas utilizam para explicar o que pensam sobre a pobreza e sobre ser beneficiária do PBF.

Pudemos verificar durante a análise das entrevistas que existem diferentes concepções de pobreza na visão das beneficiárias, dependendo do ponto de vista de quem se fala, ou seja, realizamos a análise das representações da pobreza a partir de três óticas diferentes, a saber: a concepção de pobreza dos “outros” (pessoas com melhor ou igual condição de vida das beneficiárias, mas que não recebem o benefício), do “eu” (no caso, a percepção da beneficiária sobre ela mesma), e por fim de “nós” (que consiste na visão que a beneficiária tem em relação às outras beneficiárias).

O que se constatou nessa pesquisa é que as alternâncias entre imagens negativas e positivas sobre a pobreza dependem da posição de quem se fala, ou seja, quando as beneficiárias falavam o que os outros pensam sobre elas e sobre a pobreza eram mobilizadas as tradicionais ideias pejorativas do vagabundo, do coitado, do fraco, do morto de fome que precisam da ajuda do Estado para conseguir manter uma vida digna.

Entretanto, quando as beneficiárias falavam o que elas pensavam sobre a pobreza e sobre elas mesmas enquanto beneficiárias do PBF, as imagens acionadas eram positivas, do pobre que é honesto, justo, correto, que trabalha e luta com dificuldades, mas que não desiste.

Sendo assim, é importante salientar que as oscilações entre as imagens positivas e negativas da pobreza devem ser compreendidas a partir dessas diferentes concepções de pobreza, considerando as diferentes óticas de cada ator social.

Também analisamos nesse capítulo a forma como as beneficiárias compreendem o PBF. As entrevistas indicam que o programa é percebido como uma ajuda⁵, que pode se configurar tanto como um direito quanto como um favor. É relevante mencionar que as percepções que as beneficiárias têm sobre o PBF, sejam como direito ou como favor, não são compreendidas como contraditórias, opostas ou irreconciliáveis, mas podem até se complementar do ponto de vista das entrevistadas.

Pode-se aferir que o PBF é percebido pelas beneficiárias como uma ajuda que é um direito delas e de seus filhos, pois a falta de oportunidades para conseguir um emprego que lhes possibilite sustentar a si própria e a sua família lhes é negado. Assim, o Estado tem o dever e a obrigação de ajudar as famílias que, mesmo lutando, não conseguem ter uma vida digna minimamente estável.

Também pudemos perceber que o PBF é visto como um favor do Estado, para as famílias que estão passando por necessidades e que não conseguem prover o próprio sustento. Sendo assim, o Estado mesmo sem ter a obrigação, deve ajudar essas famílias que se encontram em situação de necessidade.

É relevante ressaltar que as concepções de direito e favor não necessariamente se excluem no imaginário das beneficiárias, mas sim podem até se complementar, uma vez que as entrevistadas acreditam que o PBF é um favor do governo para quem necessita, ao passo que também se consagra enquanto um direito que as mães e as crianças têm de possuir uma renda que lhes confira um mínimo de sobrevivência, ou seja, uma obrigação do Estado frente a uma demanda legítima das famílias que vivem nessas condições.

No terceiro capítulo iremos realizar uma reflexão sobre o que essa pesquisa alcançou realizar frente a outros trabalhos cujos esforços concentraram-se em compreender a visão das beneficiárias do Programa Bolsa Família, sobre os mais diversos aspectos, entre os quais se destacam os trabalhos de Márcia Rabelo (2011), Amélia Cohn (2012) e Walquíria Leão Rego (2013). Também iremos analisar trabalhos que estudam as opiniões da população em geral sobre o PBF e seus beneficiários.

Por fim, retomaremos os principais pontos discutidos nesse trabalho nas considerações finais.

⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre diferentes concepções de ajuda e de direito para as beneficiárias do PBF, ver respectivamente Pires (2012) e Bello (2016).

CAPÍTULO 1. A pobreza e suas dimensões

Ao realizar um estudo sobre as formas de combate a pobreza e desigualdade social no Brasil, é relevante investigar os efeitos dos Programas de Transferência de Renda na vida da população assistida, considerando o ponto de vista de quem participa desses programas.

A pobreza enquanto um problema social muitas vezes é analisada considerando-se somente a falta de renda e a privação de bens materiais pelas quais os indivíduos estão sujeitos, sem, no entanto, apreender como a vivência da pobreza envolve a subjetividade dos indivíduos, seus sentimentos e representações do mundo. Dessa forma, esse capítulo tem por objetivo trazer uma discussão acerca das várias dimensões que abrangem o fenômeno da pobreza.

Esse capítulo encontra-se dividido em duas partes. Num primeiro momento realizaremos uma análise sobre a constituição das políticas sociais no Brasil na década de 1990, considerando o contexto de adoção de um projeto político, econômico e ideológico do neoliberalismo, notando a posição de influência de organismos internacionais junto às escolhas por políticas sociais focalizadas.

Na segunda parte desse capítulo iremos fazer uma exposição sobre alguns autores que trabalham com o conceito de pobreza, para além do campo econômico e material. O que se buscou nessa seção foi compreender o conceito de pobreza a partir de seu caráter subjetivo, ou seja, percebendo suas ramificações no âmbito da privação moral, econômica, cultural e política.

O que se verificou na discussão sobre a pobreza com foco em diferentes perspectivas teóricas foi que em muitos dos estudos aqui analisados se constatou uma desqualificação da imagem do pobre dentro da sociedade, ou seja, os indivíduos que vivem a experiência de pobreza são caracterizados por uma imagem desvalorizada frente à sociedade, e muitas vezes acabam por interiorizar essa desqualificação moral e passam a ter imagens negativas de sua própria condição.

1.1 Contextualizando as políticas públicas no Brasil

Como assinala Kerstenetzky (2014), as políticas públicas se constituem em um importante tema quando analisamos os programas e ações desenvolvidos pelo Estado que objetivam atender as demandas públicas. É interessante perceber que as políticas públicas por muitas vezes se estabelecem como predecessoras e/ou executoras efetivas dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Para se realizar uma análise acerca das políticas públicas sociais no Brasil, é necessário compreender o processo pelo qual as mesmas foram criadas e se estabeleceram, considerando o período posterior à CF/88 quando é possível perceber uma abrangência significativa no que diz respeito à consolidação dos direitos sociais e à cidadania no país, ao mesmo tempo em que entra em vigor o modelo de adoção de políticas restritivas de caráter neoliberal.

Como assinala Cohn (2010) a área social brasileira passa a ter, após a CF/88, como marco os direitos sociais universais, desvinculando os mesmos da renda do trabalho, ou seja, os indivíduos têm seus direitos garantidos independentemente de estarem ou não inseridos no mercado de trabalho. Contudo, nos anos 1990 duas forças ideológicas consolidaram-se na disputa pelo caráter das políticas públicas: o modelo de bem estar social e o modelo neoliberal, sendo este último adotado durante o governo Fernando Henrique Cardoso em 1994. Como ressalta Cohn (2010) sobre esses dois modelos ideológicos:

O que se verifica, assim, na década de 1990, é a presença de duas forças antagônicas disputando a hegemonia de suas respectivas propostas de modelo de intervenção estatal na área social: uma vinculada ao modelo de seguridade social, inspirada nos modelos de estado de bem estar social, e outra, vinculada aos preceitos neoliberais, moldada pela defesa do Estado mínimo e de políticas sociais baseadas, de um lado, na capacidade de poupança individual de cada um, e de outro, na prestação de programas sociais focalizados nos segmentos mais pobres da população, ficando os demais segmentos da sociedade à mercê das forças do mercado. (COHN, 2010, p. 217)

Com a difusão do ajuste estrutural do neoliberalismo no início dos anos de 1990 a universalização dos direitos sociais concebida na CF/88 é sobrepujada pelo argumento de que o desenvolvimento econômico do país é mais importante e que as formas de proteção social instauradas a partir de 1988 se constituem em empecilho para a inserção do Brasil no mercado internacional.

Nesse sentido, as políticas econômicas são enfatizadas e se sobrepõe às políticas sociais, tendo como consequência a priorização das áreas e dos setores econômicos em detrimento dos sociais. A sujeição do Estado aos órgãos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Mundial) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) colocou a economia interna em segundo plano, ressaltando em primeiro plano a relevância do ajuste econômico para uma boa inserção do Brasil no mercado internacional. (Maranhão, 2009)

Em trabalho que realiza uma discussão sobre a gestão da pobreza a partir da intervenção de organismos internacionais como FMI, ONU e Banco Mundial, Maranhão (2009), assinala como a implantação da reforma neoliberal resulta em grandes instabilidades políticas e sociais. De acordo com a autora na década de 1990, após o Consenso de Washington em 1989, ocorreu uma convergência da agenda de desenvolvimento em torno da redução da pobreza e em favor do desenvolvimento das capacidades humanas⁶. O que se configurou nesse contexto foi uma noção de desenvolvimento abrangente, que levou em conta as particularidades de cada localidade para entender os problemas sociais e assim desenvolver as capacidades dos indivíduos.

O que se propôs sob o enfoque do desenvolvimento abrangente foi chamar a participação da sociedade civil e dos pobres, mostrando os indicadores para debater sobre as formas como as políticas deveriam ser construídas, o que acabou por possibilitar a gestão da pobreza como estratégia de fortalecimento do capitalismo.

Conforme assinala Maranhão (2009), o desenvolvimento abrangente das sociedades é pensado como estratégia para redução da pobreza, e quem indica a receita que cada país deverá implantar para reduzir a pobreza é o Banco Mundial, a ONU, o FMI, entre outros

⁶ Sobre a discussão sobre o conceito de capacidades humanas, é importante ressaltar que esse debate teve início na década de 1960. Para uma análise mais aprofundada sobre esse tema ver o trabalho de SCHULTZ, T. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

órgãos que são os responsáveis por criar um receituário para o combate à pobreza tendo como objetivo o desenvolvimento econômico.

Maranhão (2009) irá ressaltar a importância que o debate da construção das capacidades toma por volta dos anos 90. As capacidades de que trata a autora é um conceito desenvolvido por Amartya Sen e são compreendidas como investimentos no capital humano e também como a expressão da liberdade dos indivíduos.

De acordo com a perspectiva dos órgãos internacionais, entre os quais o Banco Mundial, o pobre constrói o caminho pelo qual ele irá se capacitar, para dessa forma superar a situação de pobreza na qual se encontra. Com isso, se desenvolve o consenso de oportunidades, que a partir da ideia de privação das capacidades dos indivíduos, acaba por apontar indiretamente os sujeitos como responsáveis pela sua situação, uma vez que seriam criadas possibilidades e oportunidades para os indivíduos se capacitarem, de forma que os mesmos pudessem exercer a liberdade de escolha entre as opções existentes.

Em trabalho que assinala o estudo da pobreza a partir do desenvolvimento humano das capacidades, Mauriel (2008) irá analisar as mudanças ocorridas em torno das políticas sociais nos anos de 1990, que tiveram influências do pensamento de Amartya Sen.

De acordo com a autora, a interpretação do social centrada na figura do indivíduo passa a orientar os programas de combate à pobreza sob uma nova perspectiva. Dessa maneira, o foco de análise deixa de ser a renda e passa a se centrar nas pessoas. Conforme assinala Mauriel (2008), o problema nessa situação é a desigualdade de capacidades entre os indivíduos e não a desigualdade de renda. O indivíduo tem a capacidade de produzir o seu bem estar social a partir da forma como ele valoriza seus interesses, seus objetivos, etc.

Dessa forma, a pobreza é vista como uma privação das capacidades e consequentemente retira a liberdade dos sujeitos. Assim, a renda é pensada como um meio para conseguir alcançar a liberdade, mas não é o único meio. A própria falta de renda é percebida como uma privação de capacidades.

Nessa perspectiva as políticas públicas deixam de ser pensadas pelo viés da redistribuição e passam a ser pensadas pelo foco da distribuição das capacitações. Dessa forma, a pobreza iria acabar se houvesse um aumento das capacidades para os indivíduos.

Sendo assim, as políticas sociais não visam mexer na estrutura social (economia/mercado), mas sim focalizar nos indivíduos, pois não tem o interesse na distribuição de renda, mas sim objetivam fornecer meios para capacitar os indivíduos.

De acordo com Mauriel (2008) a teoria de Amartya Sen está relacionada à ideologia neoliberal, que tem como característica a meritocracia, que se baseia na ideia de que o mercado pode oferecer todas as possibilidades e oportunidades, faltando aos indivíduos certas condições para se inserirem no mercado de trabalho e assim se capacitarem e qualificarem. Nessa perspectiva, o problema não está na estrutura, mas sim nos indivíduos, o que resulta no limite na culpabilização dos pobres por sua situação.

Aliás, cabe ressaltar que, segundo Cohn (2010), o modelo de ajuste estrutural econômico em vigor no período dos anos de 1990, de crescente adoção do modelo neoliberal pelo governo federal no Brasil, se baseava na ideia de que a situação social somente poderia melhorar se primeiramente a situação econômica do país melhorasse. Nesse sentido, a desvinculação das políticas sociais das políticas econômicas faz com que as primeiras se focalizem e não objetive a eliminação da situação de pobreza, mas sim uma melhor alocação dos gastos públicos buscando obter uma melhor eficácia das políticas públicas, o que acaba por resultar na retirada dos direitos sociais universais da agenda pública.

As Políticas de Transferência de Renda surgem na América Latina e no Brasil como meio de combate as desigualdades sociais e à pobreza no contexto da focalização das políticas sociais entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, com o intuito de obter maior eficiência e diminuir o gasto público. (Fonseca, 2009)

Contudo, é importante salientar que as políticas de transferência de renda são medidas relevantes que o Estado tem desenvolvido e que corresponde diretamente com o artigo 3º da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que tem como fundamento em seu inciso III “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Nesse sentido, ao se analisar essas políticas públicas, é importante compreender que se trata de ações e programas que atendem às necessidades de grupos específicos, que se encontram de certa forma excluídos da vida em sociedade e, por isso, são políticas que se constituem como um importante tema nos estudos sobre pobreza, desigualdade social e exclusão social.

De acordo com Kerstenetzky (2014) existem dois paradigmas que orientam os estudos acerca da política pública social, o primeiro analisa as ações e programas estatais como meio

de alcançar um alívio das situações da pobreza, da privação e das vulnerabilidades. Já a segunda corrente de estudos analisa as políticas públicas de uma forma mais ampla, como ações voltadas para a resolução dos problemas e necessidades sociais, objetivando criar oportunidades.

Como assinala Rocha (2013) em seu estudo sobre as Políticas de Transferência de Renda, é importante considerar que essas políticas não devem ser tomadas como um fim em si, como ações que reduzem a pobreza e a desigualdade social, mas devem sim ser pensadas e analisadas como um dos mecanismos que juntamente com uma rede de outras políticas e inserido em um amplo sistema de políticas públicas, visa à resolução dos problemas sociais. De acordo com a autora, os programas de transferência de renda como o PBF e o BPC⁷ têm impactos mais significativos na diminuição das desigualdades de renda entre os pobres do que em relação à diminuição da pobreza, principalmente o BPC, pois é um benefício vinculado ao salário mínimo, e, portanto, possui valor superior aos benefícios do PBF, resultando em um maior impacto na diminuição da pobreza e da desigualdade de renda.

1.2 A desvalorização moral da imagem do pobre

A experiência da pobreza é ainda a experiência da desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais das “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe. (YAZBEK, 2006, p. 62)

A pobreza enquanto questão social é um fenômeno que abrange várias esferas da vida dos indivíduos que passam pela experiência de privação, e que por isso não conseguem prover a própria subsistência. Conforme é assinalado por Yazbek (2006) no trecho acima, é necessário levar em consideração como a pobreza acaba por produzir imagens desvalorizadas dos pobres e de sua forma de vida.

⁷ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma Política de Transferência de Renda, não contributiva, prevista na Constituição para pessoas acima de 65 anos, e para pessoas com deficiência que possuem renda per capita de até ¼ do salário mínimo, e que portanto não têm como prover sua própria subsistência. O BPC integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é coordenado pelo Ministério da Assistência Social (MAS) e implementado pelo Instituto Nacional de Seguro Social.

Percebendo a importância de se analisar a subjetividade que envolve a vivência da pobreza, é que iremos desenvolver nessa seção uma análise sobre a pobreza, abordada sobre diferentes perspectivas teóricas, a fim de, ampliar a discussão sobre esse fenômeno a partir de análises que vão além da questão de renda, ou seja, da privação material dos indivíduos pobres.

Existem várias correntes que trabalham com a questão da pobreza e exclusão sobre diferentes focos de análise, entre os quais podemos citar o trabalho de Castel (1998) que analisa a exclusão social a partir do componente do trabalho na França, no âmbito da sociedade salarial, também podemos citar o trabalho de Zaluar (1985) que nos remete à exclusão e a pobreza a partir análise da privação do consumo.

Outros trabalhos que também serão analisados nessa seção são os de Souza (2003) que ressalta a exclusão social dos pobres a partir da constituição de um *habitus* precário que os desprestigiam frente à sociedade; o trabalho de Telles (2013) que evidencia a invisibilidade dos sujeitos pobres no mundo dos direitos sociais, e sua exclusão do pertencimento da sociedade; o trabalho de Paugam (2003) que mostra a desqualificação moral dos pobres frente à sociedade; e por fim o trabalho de Yazbek (2006) que assinala a vivência da pobreza a partir da subalternidade.

É relevante ressaltar que existem outras vertentes teóricas que analisam a pobreza, que também nos ajudam a pensar esse fenômeno de forma ampliada, como por exemplo, as análises sobre a pobreza a partir da exclusão de acessos aos bens públicos. Entretanto, não é nosso interesse tentar abordar todas as correntes teóricas que investigam o fenômeno da pobreza, o que se pretende aqui é esboçar alguns focos privilegiados de análise sobre os significados subjetivos que envolvem a vida dos pobres.

Com relação ao estudo da nossa velha e sempre presente questão social, existem muitos trabalhos que nos ajudam a compreender melhor como se figura a pobreza no Brasil é o caso de autores como Telles (2013) e Zaluar (1985), que têm como foco de suas análises a pobreza.

A concepção de pobreza definida por Telles (2013) está fundamentada na forte cultura hierárquica que marca o desenvolvimento das relações sociais no Brasil, onde existe uma oposição fundamental entre a ordem legal e a ordem moral, demarcando uma distinção entre o

Brasil legal e o Brasil real, assim como colocando a pobreza na esfera da natureza, como paisagem.

A experiência da pobreza no Brasil é compreendida pela autora como a vivência concreta da destituição dos direitos sociais pelos sujeitos pobres. Nessa lógica de privação dos direitos, o pobre vivencia discriminações e exclusões que são baseadas em uma cultura hierárquica que é sustentada por uma relação de reciprocidade entre os superiores e inferiores. Relação essa caracterizada pela anulação do inferior enquanto indivíduo pertencente ao âmbito do espaço público e, portanto, detentor de direitos, ao passo que o superior é concebido enquanto sujeito capaz de exercer a tutela e proteção necessárias para seus subordinados.

Nesse sentido, é possível perceber uma contradição entre os valores de igualdade e justiça, que são proclamados pela lei, e a existência de hierarquias, que são vivenciadas sob a forma de discriminações e desigualdades sociais. Essa contradição é compreendida por Telles (2013) à luz da oposição entre a ordem legal e a ordem moral, dito de outra forma, a discriminação e exclusão sofridas pelo pobre advém de uma lógica moral que sustenta um modo de vida próprio às classes médias e que, por isso, nega a sociabilidade, a subjetividade e os direitos aos que não seguem esse padrão. Desse modo, surge uma oposição entre o que é preconizado pela lei e o que se vivencia de fato nas práticas concretas da vida social, de acordo com essa ordem moral adotada pela sociedade.

A vivência de exclusões e discriminações ressaltada por Telles (2013) também é analisada por Souza (2003) em trabalho que busca compreender como se dá a exclusão social de determinados grupos e pessoas, através da reprodução do que o autor chama de “*habitus precário*”.

De acordo com Souza (2003), *habitus* precário são as disposições de comportamentos diferentes daquelas valorizadas pela sociedade como necessárias para o bom desempenho social, que levam a sociedade a classificar os sujeitos que possuem essas disposições como inúteis e improdutivos, e por isso não gozam de reconhecimento social dentro da ordem social moderna. É relevante mencionar que, para o autor, o *habitus* precário mesmo sendo construído socialmente, é reproduzido dentro da família através da educação, sendo transmitido de forma opaca e intransparente, como Souza (2003) assinala.

A marginalidade de determinados indivíduos é compreendida por Souza (2013) através da imagem negativa que esses sujeitos têm perante os demais dentro de uma lógica moral e política que os coloca como imprestáveis para realizar atividades relevantes e produtivas no sistema capitalista, de acordo com a hierarquia valorativa e impessoal dessa ordem social (capitalista) que acaba por determinar quem são os classificados e os desclassificados dentro da sociedade.

Para o autor, o preconceito e a marginalização de determinados grupos se constitui através da reprodução de um *hábitus* precário que cimenta a antipatia e o preconceito ao não produzir laços de solidariedade e identificação dos segmentos sociais para com esse grupo marginalizado. Essa é a ideia que permeia a teoria de Florestan Fernandes em seu livro “Integração do negro na Sociedade de Classes”, em que o abandono do negro e do dependente à própria sorte ou ao "azar" é percebido como fatores que fazem com que esses grupos não consigam se adaptar à sociedade capitalista e, com isso, constituam e reproduzam um *hábitus* precário que os faz serem marginalizados e humilhados pela sociedade.

Paugam (2003) assinala também em seu trabalho que os pobres são sujeitos que não gozam de prestígio social, pois partilham de um status desvalorizado perante a sociedade. O autor irá ressaltar em sua análise como o fato dos indivíduos serem assistidos por ações sociais faz com que surjam as rotulações e estigmatizações com relação ao pobre, que deve comprovar sua situação de exclusão da vida econômica e social e que, por conseguinte, deve consentir ser controlado por quem os ajuda. O autor, tenta perceber se existe ou não uma aceitação das populações reconhecidas em situação de precariedade econômica e social das rotulações e designações que os assistentes sociais criam para eles.

De acordo com Paugam (2003) existe uma relação entre a identidade e/ou status do sujeito pobre e suas condições objetivas de vida, ou seja, os indivíduos gozam de uma autonomia na construção de sua identidade pessoal e social, pois através das experiências vividas em seu cotidiano e em suas relações sociais, lhes é possível interiorizar, recusar e/ou negociar seu status na sociedade. Como veremos no segundo capítulo, é possível perceber que as beneficiárias do PBF reconhecem a forma negativa como são percebidas pelos outros, mas também revelam certa resistência às classificações que lhes são determinadas pela sociedade e se percebem de forma diferente.

Paugam (2003) cita em sua análise sobre a desqualificação social dos pobres o estudo de Goffman sobre o estigma, assinalando sua concordância com o autor no que diz respeito à resistência ao estigma, pois, como Goffman (2008) ressalta, existe autonomia na forma como são incorporadas as identidades sociais dos sujeitos com deficiências e doenças mentais. Do mesmo modo, quando estudamos as identidades pessoais e sociais dos pobres, é possível perceber que essa autonomia na definição do status e da identidade está presente.

Tanto para Telles (2013) quanto para Souza (2003), a moral que envolve o pobre sempre opera no sentido de excluí-lo da sociedade e transformá-lo em um indivíduo invisível que não tem importância enquanto um sujeito de direitos e pertencente à uma rede de solidariedade que o reconheça enquanto pessoa minimamente igual, sob o padrão estabelecido na sociedade de classes. Já para Paugam (2003) é possível perceber que, mesmo o pobre sendo detentor de um status negativo perante a sociedade, este mantém certa autonomia quando negocia sua identidade e construção do status dentro de suas relações sociais.

Partindo da discussão realizada por Castel (1998) sobre a sociedade salarial na França, é interessante perceber que o trabalho possui uma figuração central quando analisamos as formas como se dão as exclusões, pois é através do trabalho e de seus suportes sociais que entendemos como se dá a geração ou não de laços de solidariedade nas sociedades modernas.

Castel (1998) analisa as formas como se realizam concretamente as relações de trabalho na sociedade industrial, e a vinculação do mundo do trabalho com a sociedade global. A condição proletária, a condição de operário e salarial são as formas analisadas pelo autor.

O que nos interessa observar na análise de Castel (1998) é que a sociedade salarial é caracterizada por uma ordem coletiva que nos remete a uma lógica de cidadania através do pertencimento a uma identidade salarial, em que existe a participação em coletivos, ou seja, a identidade salarial constituída na sociedade industrial é percebida como uma forma de pertencimento social para os indivíduos, pois passa a existir uma integração dos mesmos, na qual a identidade de ser salariado passa a se tornar o principal elemento de pertencimento social, pois a partir desse momento todos os sujeitos são salarizados, fazendo parte, assim, de um todo.

Conforme nos ressalta o autor, somente na sociedade salarial é que podemos começar a pensar no reconhecimento dos sujeitos enquanto seres iguais, pertencentes à condição

salarial e, portanto, detentores de direitos. Entretanto, Castel (1998) nos alerta para o fenômeno do individualismo negativo que ocorre em situações de enfraquecimento da condição salarial.

O individualismo negativo de que fala o autor consiste na desintegração da sociedade salarial através de mudanças estruturais econômicas que se desenvolveram na França, a qual é marcada pela subtração dos indivíduos dos enquadramentos coletivos, fazendo com que retornem à condição proletária que é caracterizada por uma situação de quase exclusão da vida social, pois nessa situação existe somente a condição de reprodução do proletariado, determinado por um mundo onde existe a contradição entre o capital e o trabalho, a seguridade – propriedade e a vulnerabilidade em massa.

É importante notar que, para Castel (1998), mesmo na situação proletária os indivíduos ainda fazem parte da sociedade salarial e, portanto, se encontram em uma condição melhor do que aqueles que nem fazem parte da sociedade salarial, e por isso, estão totalmente excluídos dos enquadramentos coletivos.

Considerando a discussão de Castel (1998) sobre as formas de pertencimento social que o trabalho favorece dentro da sociedade, nos permite pensar como as beneficiárias do PBF, que em quase sua totalidade são mulheres desempregadas e chefes de família, vivenciam a destituição material e simbólica de pertencimento social. No caso dessa pesquisa, o que nos interessa analisar é o pertencimento que não está atrelado ao mundo do trabalho diretamente, uma vez que, muitas das beneficiárias do programa nem chegaram a se integrar ao mercado de trabalho formal no Brasil, mas sim investigar a desmercadorização das rendas a partir da transferência monetária. O que importa é observar o pertencimento social dessas famílias a partir de situações que não estejam necessariamente vinculadas ao trabalho e ao mercado.

É possível perceber através da leitura da obra de Castel (1998), que a pobreza deve ser pensada além da concepção da privação unicamente econômica. As significações de pobreza, nesse sentido, podem ser pensadas como um conjunto diversificado de formas de exclusões no campo do trabalho, dos direitos, na esfera social e da seguridade.

O trabalho é outro fator importante que Telles (2013) assinala para compreender a destituição dos direitos entre os pobres, já que a identidade cidadã, a subjetividade e a sociabilidade dos sujeitos estão vinculadas ao fato de se ter ou não a carteira assinada. É através do trabalho que o pobre alcança legitimidade perante a sociedade como um sujeito

social que é capaz de lutar e de ter seus direitos assegurados. É justamente o trabalho que irá definir a diferença entre os “pobres de tudo”, que não possuem uma existência cívica e, portanto não conseguem assegurar seus direitos, e os “pobres honestos” que, apesar dos infortúnios da vida conseguem manter uma vida digna e, por isso, são reconhecidos pela sociedade e têm seus direitos garantidos.

Com relação ao trabalho, Zaluar (1985) também irá ressaltar a importância desse fator na concepção de representação da pobreza. A autora faz uma reflexão sobre como se dá a representação da pobreza na vida das famílias residentes num bairro popular no Rio de Janeiro, na década de 1980. Para compreender como a situação de pobreza é vivenciada e identificada pelas famílias a autora estuda a identificação social de “ser trabalhador” em contraposição a de “ser bandido”, tomando como unidade de referência a família e o consumo dessas pessoas, bem como, analisa a significação que a pobreza adquire sob contornos políticos e religiosos.

Foi possível para a autora identificar duas imagens que os moradores de Cidade de Deus têm em relação ao trabalho: 1º) visto sob um aspecto positivo, o trabalho está ligado a um valor moral para os pais e mães de família, e 2º) um aspecto negativo que o trabalho tem na visão dos jovens, que o qualificam como trabalho escravo, sem descanso, identificando o trabalhador como otário, que é humilhado e segue as ordens do patrão sem ter um momento de lazer.

Por outro lado, quando o assunto é o consumo restringido dessas famílias a identidade acionada é a de pobre, uma vez que, o que caracteriza essa identificação é a falta, a carência, a restrição do consumo, principalmente no que diz respeito à comida. A comida é um elemento importante, que se destaca como o principal, e, portanto, mais importante gasto dentro da hierarquia de consumo familiar.

Em trabalho que busca compreender as significações simbólicas do consumo de famílias pobres, e de modo particular das beneficiárias do PBF Cunha e Pires (2015) ressaltam que analisar a restrição no consumo dos pobres é relevante quando procuramos compreender como essa limitação influencia nas relações sociais constituídas.

Nesse sentido, compreender o campo de significações do consumo das famílias pobres é relevante no que tange à apreensão de como o capital

cultural é constituído em meio a restrições nas formas de consumo. Dito de outra maneira, é relevante se analisar as formas de consumo e a significações do mesmo, para se analisar como são construídas as relações sociais marcadas pelo campo simbólico que envolve o consumo de determinados bens em detrimento de outros. (CUNHA; PIRES, 2015, p.173)

Pensando novamente sobre a destituição dos direitos do pobre na vivência concreta das relações hierárquicas é que Telles (2013) irá analisar a violência simbólica como mecanismo para manter essa relação hierárquica, uma vez que, causa um desapossamento simbólico do indivíduo que tem a sua figura descredenciada enquanto sujeito de direitos. Dessa forma, é possível perceber que as práticas concretas da violência no mundo social se baseiam na discriminação e nas desigualdades sociais que tomam o “lugar” das hierarquias, descaracterizando o pobre como um sujeito de direito, que é capaz de lutar e de ter seus direitos assegurados.

É relevante ressaltar ainda que, de acordo com Telles (2013), a relação entre civilidade e cidadania é importante para se compreender a destituição de direitos dos sujeitos. Para a autora, é dentro dessa relação que podemos perceber como se dá o não reconhecimento do outro (pobre) como sujeito detentor de direitos, pois ocorre uma deslegitimação da dimensão moral dos pobres na trama social, a qual é responsável por definir o que é justo ou injusto, por definir as regras morais.

Dessa forma, o não reconhecimento do outro como sujeito de direito acaba por manter as hierarquias, que são colocadas como pertencentes a uma ordem natural da sociedade brasileira. Nesse sentido, a sociabilidade não se completa, pois existe uma nulidade da identidade do outro.

A incivilidade vivenciada pelo pobre está representada na forma como a própria ordem legal foi instituída no Brasil. A lógica das discriminações sociais é resultado da não vinculação das leis que sacramentam a equidade com as regras de civilidade, de modo que, as hierarquias são repostas e vivenciadas.

Essa oposição entre a igualdade e as hierarquias pode ser percebida de acordo com Telles (2013) como a oposição entre a racionalidade das sociedades modernas que defendem a igualdade e a justiça, e a natureza, já que as hierarquias são concebidas num plano natural, no sentido de que são vistas como “existentes desde sempre”. Dessa forma, a pobreza se transfere para a esfera da natureza, pois é concebida como uma paisagem da sociedade

brasileira, uma vez que, as hierarquias presentes na vida prática e concreta da sociedade são tidas como algo “natural” no Brasil.

A moralidade presente na análise de Telles (2013) para explicar a invisibilidade do pobre, a destituição de seus direitos e a reiteração das hierarquias e desigualdades sociais também é analisada por Lautier (2014) em outra chave interpretativa.

Em artigo que trata de analisar como se deu a criação e implementação de políticas ultra focalizadas e a transformação dessas em políticas de focalização ampla⁸, no final da década de 80 e decorrer dos anos 90, Lautier (2014) afirma que desde o final da década de 1980 houve mudanças no regime de governabilidade nos países da América Latina, o que implicou em mudanças também das políticas sociais adotadas, que passaram a ser focalizadas em públicos alvos na luta contra a pobreza.

Ao analisar as políticas sociais implantadas nesse período, o autor ressalta que começa a partir desse momento um julgamento moral e valorativo para caracterizar o público alvo dessas políticas. Sendo assim, surgem as figuras dos “bons pobres” e dos “maus pobres”, tendo os primeiros perfis de pessoas envergonhadas, que aceitam ser reeducados, são verdadeiros e humildes. Já a figura dos “maus pobres” está relacionada a pessoas que são dissimuladas e possuem muitos vícios, além de perceberem a ajuda assistencial como uma obrigação e não aceitarem a existência de contrapartidas.

Outra característica importante das políticas focalizadas é a moralidade, visto que, as políticas sociais de combate à pobreza são criadas por causa da indignação moral frente ao espetáculo da pobreza, e não pela situação de pobreza em si. Dessa forma, existem vários tipos de moral que orientam a criação das políticas sociais, a moral da compaixão, a moral da caridade e a moral da justiça produtiva são algumas que o autor apresenta.

No que se refere ao governo moral dos pobres analisado por Lautier (2014), cabe ressaltar que o PBF não pode ser considerado como um programa dentro dessa lógica, uma vez que, suas beneficiárias se encontram inseridas dentro da esfera dos pobres pragmáticos de acordo com o autor. Os pobres pragmáticos são aqueles que aceitam receber a ajuda dos

⁸ De acordo com Lautier (2014) as políticas ultra focalizadas se desenvolveram na América Latina entre os anos de 1990, e tinham como público alvo os pobres dentro de uma lógica valorativa, da moral da compaixão. Ulteriormente essas políticas foram substituídas nos anos 2000 pelas políticas de ampla focalização, que tinham como objetivo o combate às vulnerabilidades e não mais à pobreza, colocando no registro da atenção paternal as políticas sociais, em consonância com as ideias de Amartya Sen.

benfeitores sem, no entanto, se deixar assistir totalmente no âmbito moral e psicológico. (LAUTIER, 2014, p. 473)

Lautier (2014) compreende por pobres pragmáticos aqueles indivíduos que aceitam receber a ajuda do governo, mas não concordam serem observados e julgados por quem os ajuda, não admitindo que o governo ou qualquer outra pessoa que os ajude passem a ditar regras sobre a forma como devem viver e agir. Sendo assim, podemos também perceber que as beneficiárias do PBF não vivem de acordo com regras que lhes são impostas, seja na forma de criar seus filhos, seja na forma como utilizam o benefício. Mesmo que existam as condicionalidades do programa, requisitos para participação, as beneficiárias não vivem sob regras morais explícitas impostas pelo governo.

No que diz respeito à indignação moral frente ao espetáculo da pobreza e não à pobreza em si, Reis (2000) ressalta em seu estudo sobre a visão das elites brasileiras sobre a pobreza e desigualdade, que estes fenômenos não são percebidos pelas elites brasileiras como responsabilidade delas, mas sim do Estado, principal responsável pelas questões sociais. O Estado deve formular e implementar políticas bem planejadas, objetivando lidar com essas questões, que acabam por interferir na vida dos não pobres.

Nesse sentido, falta uma noção de responsabilidade social entre as elites. Aparentemente, elas não se vêem como parte de um todo, uma coletividade, nem tampouco percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da pobreza, elas se eximem da responsabilidade coletiva. (REIS, 2000, p. 149)

No trecho acima é possível perceber que as elites brasileiras não concebem a pobreza e a desigualdade como questões que afetam a coletividade, a sociedade como um todo, e não somente parcelas específicas da sociedade. De acordo com a análise de Reis (2000), as elites se vêem aquém dos problemas sociais e cobram medidas do Estado somente no caso de interferências em suas vidas, como ameaças a manutenção da ordem e da segurança.

Como já assinalamos a pobreza perpassa todo um conjunto de esferas da vida das pessoas, no campo do trabalho, da moral constituída pela sociedade, das relações sociais, e também de instituições como a igreja e a política.

Zaluar (1985) demonstra como se dá a representação da pobreza nos campos político e religioso. Na esfera política ocorre uma responsabilização e consequente cobrança do Estado pela situação de pobreza. Reinvidicações como aumento do salário e dos empregos são cobranças feitas ao Estado pelas famílias. Já no campo religioso, ocorre uma dessacralização da pobreza como meio de sofrimento para se chegar à redenção, sendo a pobreza concebida como fruto da desatenção do Estado e de Deus.

Por fim, a autora ressalta alguns elementos para pensar os aspectos positivos que envolvem a representação da pobreza, tais como a alegria, as festas, a solidariedade, a união e a igualdade. É possível perceber no seguinte trecho uma clara definição à que a autora chega em seu trabalho:

Entre a união, a amizade, a igualdade e a solidariedade de um lado, e o conflito, a política, a fofoca, a inveja, de outro, entre o trabalho incessante para prover o grupo doméstico e a revolta expressa na recusa em trabalhar, os trabalhadores pobres constroem suas identidades e vivem a experiência de uma classe em formação. (ZALUAR, 1985, p. 126 – 127)

Nesse sentido, para se analisar as significações da pobreza é necessário compreender as nuances que envolvem essa caracterização do “ser pobre” e que estão num campo amplo muito além da situação econômica dessas pessoas.

Ao se analisar o filme “Que horas ela volta?” (Direção de Anna Muylaert, 2015), que retrata a história de uma empregada doméstica (Val) que vive no quarto dos fundos da casa onde trabalha e que recebe sua filha que veio de Pernambuco para realizar o vestibular em São Paulo, começa a ter problemas de convivência dentro da casa, pois a menina não “sabe o seu lugar”, se portando inúmeras vezes de forma inadequada de acordo com as “regras da casa”, é possível perceber como os lugares sociais são colocados de forma naturalizada tanto pelos patrões quanto pela empregada, e como esses lugares não são reconhecidos pela filha que chega. O que se percebe no filme é que existe um discurso de que Val faz parte da família com o objetivo de camuflar as hierarquias presentes dentro da casa, ou seja, ela faz parte da família desde que “saiba seu lugar” dentro dessa hierarquia. A forma como esse discurso de “fazer parte da família” é incorporado pela empregada doméstica sem deixar de lado as regras de comportamento que devem ser seguidas nos remete à cordialidade presente dentro das estruturas hierárquicas que são analisadas por Sérgio Buarque de Holanda.

O filme demonstra de forma clara quais são os lugares que se pode ou não circular dentro da casa, e que atitudes se deve tomar frente aos padrões, demonstrando que mesmo estando presente a ideia de que Val faz parte da família, existe um protocolo a se seguir, o qual sua filha não aceita.

É possível perceber no decorrer da história que se explicitam os lugares sociais entre as pessoas, numa desigualdade hierárquica e moral, onde os inferiores são medidos por critérios dos superiores e não por critérios de igualdade, ou seja, as desigualdades estão aquém do social, da diferença de classes, as desigualdades estão no campo da ordem moral, na qual os superiores e inferiores compartilham uma reciprocidade em que cada um sabe qual é o seu lugar. É importante assinalar que, o filme vai apresentando quais são regras de comportamento que devem ser seguidas, e que são compreendidas como uma lei impessoal, onde as práticas da convivência social já estão disseminadas entre os atores e são percebidas como naturais.

Durante todo o filme é apresentada a posição de subalternidade da empregada doméstica Val, que reconhece seu lugar dentro da ordem hierárquica e que interioriza os comportamentos que são esperados que ela tenha.

Em trabalho que busca compreender os impactos de políticas sociais de combate à pobreza e da ação assistencial sobre a população assistida Yazbek (2006) aborda a categoria de subalternidade para compreender quem é a classe inserida no sistema de ação assistencial.

De acordo com a autora “a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política.” (YAZBEK, 2006, p. 18). Como assinala Yazbek (2006), a subalternidade deve ser compreendida a partir do contexto da dominação, em que determinado grupo, os dominantes, difundem no imaginário dos dominados sua hegemonia a partir da reprodução de seus interesses, que são apresentados como interesses da sociedade como um todo.

Desse modo, os subalternos acabam por reconhecer a hegemonia dos dominantes e passam a aceitá-la, pois se trata de aspirações consideradas legítimas, reproduzindo assim sua subalternidade ao construir projetos de vida baseados em interesses que não são os seus, mas sim aspirações introjetadas pela classe dominante.

Entretanto, Yazbek (2006) ressalta que os grupos subalternos também tem o poder de enfrentar essa situação de dominação a partir dos movimentos sociais, dos partidos políticos e das lutas sociais e políticas, construindo uma consciência de classe exigindo que seus direitos como sujeitos políticos sejam ouvidos e atendidos. De acordo com a autora, a partir dessa consciência de classe e consequente luta pela concretização de um projeto que busque a conquista de direitos e maior visibilidade do protagonismo desses indivíduos é que se torna possível superar a condição de subalternidade, como podemos perceber no seguinte trecho:

Nesse processo, a coletividade criada pela consciência de que são “iguais” na pobreza, na exclusão e na subalternidade coloca a questão da *cidadania dos subalternos* em um novo patamar: na perspectiva de sua constituição como *sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe*. Ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevaleçam seus interesses de classe. (grifos da autora, YAZBEK, 2006, p. 19)

Como a autora ressalta, para se conseguir fazer uma ruptura dessa situação de dominação é necessário que o Estado e a sociedade civil juntos, passem a defender e a difundir os interesses dos subalternos para que, com isso, as políticas sociais não sejam mais percebidas como benesse, mas sim como direitos sociais, fazendo com que a inclusão signifique de fato a integração dessa população excluída, e não uma inclusão que reitere a exclusão dos subalternizados.

Para Yazbek (2006) a pobreza pode assim ser definida:

A pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. (YAZBEK, 2006, p. 62 – 63)

De acordo com Yazbek (2006), a experiência da pobreza deve ser compreendida a partir de três fenômenos: *da renda limitada*, que resulta na privação material por conta dos baixos rendimentos, *da exclusão* de bens públicos e, *da subalternidade* que coloca o pobre em “um lugar no mundo” caracterizado pela falta de poder de mando e de decisão, pela carência

de bens materiais, ao mesmo tempo em que ocorrem práticas de resistência e de luta dos pobres.

A exclusão e a subalternidade são compreendidas pela autora como indicadores sociais que revelam para os pobres o “lugar social” ao qual pertencem, lugar esse caracterizado pela falta de poder de mando na ordem social e que delineia as formas pelas quais são constituídas sua identidade de classe desqualificada no jogo das relações sociais.

Conforme assinala Yazbek (2006: 73), as condições de vida dos classes subalternas, tanto no âmbito material quanto no espiritual, estão envolvidas por um conjunto de relações sociais que acabam por gerar uma imagem que essas classes têm sobre si, revelando seu “lugar no mundo social” a partir da vivência da exclusão e da resistência.

As representações da pobreza a partir da perspectiva das classes subalternas devem ser pensadas como produto da posição dessa classe na ordem social, ou seja, os sentimentos, considerações, constituição de identidades e as representações da pobreza para o sujeito subalterno devem ser compreendidos como resultado da posição que esse indivíduo ocupa na estrutura social da qual faz parte, e que lhe confere um determinado “lugar no mundo”, o lugar de subalterno.

No seguinte trecho podemos perceber que a subalternidade coloca os indivíduos em uma posição social de desqualificação, ao mesmo tempo em que revela de forma clara o lugar social dessas pessoas, que incorporam em sua consciência o olhar que o “outro”, no caso a classe dominante, tem deles.

Designações tais como inadaptados, marginais, incapazes, problematizados, dependentes, alvo de ações promocionais e outras tantas constituem expressão de relações socialmente codificadas e marcadas por estereótipos que configuram o “olhar” sobre as classes subalternas do ponto de vista de outras classes e, ao mesmo tempo, definem as posições que os subalternos podem ter na sociedade. Conforme Ianni, “a autoconsciência do subalterno compreende sempre a autoconsciência do senhor. Em essência, há sempre uma dialética senhor/escravo na constituição de cada um e os dois, todos” (Ianni, 1987). Assim, para a consciência de si, a mediação do outro, do social, é fundamental. Isso significa que o modo como nos apropriamos da realidade passa pelas mediações constitutivas da própria vida social. (YAZBEK, 2006, p. 75)

É importante notar que tal como aparece no exceto acima, a consciência da posição de subalternidade é compartilhada tanto pela classe que detém a manutenção no jogo de poder, como é o caso da classe dominante, quanto pela classe que não possui poder de mando nas relações sociais, que seriam as classes dominadas, que interiorizam das classes dominantes sua posição na ordem social e que acabam reproduzindo sua consciência subalterna.

Como assinala Yazbek (2006), os indivíduos subalternos se encontram sobre o controle e subordinação de outra classe, o que acaba por aliená-los e torna-los objetos sem reconhecimento no mundo social do qual fazem parte, conferindo aos outros, à classe dominante, o controle sobre as decisões de vida dos subalternos.

Sobre a situação de subalternidade ressaltada pela autora é interessante analisar como as relações sociais entre esses indivíduos subalternizados com outras pessoas se desenvolvem nos espaços públicos.

Em uma reportagem realizada nos anos 1990, chamada “Os pobres vão à praia” apresenta os problemas e dificuldades que os moradores dos subúrbios cariocas enfrentam para ir à praia nos finais de semana. A matéria mostra que as pessoas necessitam pegar até três conduções, sempre lotadas o que muitas vezes favorece os “batedores de carteira”. Depois ainda enfrentam situações de preconceito por parte de quem frequenta essas praias. Nesse caso a reportagem aconteceu na praia da Barra da Tijuca e as falas seguintes demonstram o que as outras pessoas pensam de quem sai dos subúrbios para aproveitar a praia:

Eu venho à praia na Barra, porque botaram uns ônibus horrorosos, que saem umas pessoas completamente horríveis de dentro dos ônibus e vão lá sujar a praia. [...] Não pode tirar o pessoal do meyer, do mangue, e leva à praia em Copacabana porque eu num posso conviver com uma pessoa que não tem o mínimo de educação. [...] cobrava entrada! Tem que cobrar entrada! Porque as pessoas que podem pagar a entrada, dependendo do lugar... porque Copacabana e Ipanema tem que custá mais caro, as pessoas que moram em Copacabana e Ipanema é sujeira... vê esses negócios, tudo bem. Mas é sujeira você pega uma pessoa que mora em Ipanema, uma pessoa bem vestida, legal, que tem educação, e coloca ela na praia num monte de gente que num tem educação, que vai dizer grosseria, sabe, que vai comer farofa com galinha, vai matar as pessoas, entendeu, de nojo. É um horror! [...] e eu tenho horror de olha pra essas pessoas e sabe que são do memo país que eu, entendeu... são brasileiros, eu tenho horror. Não são brasileiros não cara, são uma sub raça.

Não é cobrando pedágio que você vai evitar das pessoa virem, tem que dá um meio de divertimento para elas, pra elas não virem à praia. [...] Eu me sinto mal, porque eles não são educados.

O pessoal vai, sujam as praias... jogam tudo, tudo nas praias. Pô, mó galinhagem memo, pô, eu acho que isso aí tá totalmente errado. Tinha que... eu não sou contra pobre nem nada, agora eu venho pra praia do PP porque pô eu tô aqui, eu tô junto dos meus pô.

Nas falas acima fica explícito como as relações sociais são vivenciadas em locais em que ocorre um choque entre classes distintas, demonstrando como até mesmo nos locais de lazer as discriminações e preconceitos estão presentes, na tentativa de excluir os pobres, colocando-os em um patamar à margem da sociedade que é educada e quem tem seus interesses e opiniões ouvidas e asseguradas.

É importante ressaltar que na primeira fala principalmente, podemos perceber que existe a lógica de exclusão geográfica do pobre, que deve ficar no seu lugar, pois não tem as disposições de comportamento consideradas apropriadas para frequentar espaços públicos junto com a classe mais abastada. Conforme vimos em Souza (2003), os pobres com seu *hábitus* precário são excluídos da vida em sociedade, pois seu modo de vida não é aprovado pela coletividade e, portanto, como assinala Yazbek (2006) devem saber onde fica seu lugar dentro da ordem social.

É relevante mencionar que conforme foi desenvolvido nessa seção, existem vários focos de análise para se compreender a pobreza e não pretendemos aqui definir ou escolher qual perspectiva teórica é a melhor, mas sim o que nos chamou atenção foi que de formas diferentes é possível perceber que nos trabalhos analisados nessa pesquisa existe certo consenso sobre a desvalorização da imagem dos pobres em sua relação com os outros.

Dessa maneira, a desqualificação dos pobres na constituição de suas relações sociais é apresentada de diferentes maneiras por esses autores, seja através da subalternidade, da invisibilidade social, da repulsa pelas disposições de comportamento que constituem o *hábitus* precário, ou até mesmo pela desvalorização moral dos indivíduos pobres e pela sua posição subalterna na estrutura social.

Com isso, é importante deixar claro que não optamos pela escolha de nenhuma corrente teórica específica, mas sim, decidimos demonstrar o amplo consenso da literatura acerca da imagem desvalorizada do pobre frente ao outro, ponto central analisado nessa seção.

A discussão sobre a representação da pobreza para diferentes autores nos faz questionar até que ponto as políticas sociais de combate à pobreza como é o caso do PBF, podem proporcionar às suas beneficiárias mudanças nas representações pelas quais são vistas e percebidas pelos outros e por elas mesmas aproximando-se da condição de sujeitos dignos de direitos e se afastando da situação de indivíduos pertencentes a uma paisagem que sempre esteve presente no cenário brasileiro. (Telles, 2013)

Faz-se necessário ressaltar como Paugam (2003) e Yazbek (2006) assinalam em seus trabalhos, que os indivíduos assistidos por políticas sociais também demonstram resistência e autonomia frente às classificações que a sociedade lhes impõe. Dessa maneira, os sujeitos mesmo reconhecendo a desvalorização social de sua posição dentro da sociedade, lutam e resistem contra a depreciação de sua imagem, buscando encontrar em sua autonomia uma definição mais valorizada da vivência da pobreza, como iremos analisar no capítulo seguinte ao falarmos sobre a oscilação de imagens positivas e negativas sobre os pobres.

Os desafios enfrentados pelas beneficiárias desse programa de transferência condicionada de renda para uma inserção social será analisado no próximo capítulo objetivando compreender melhor a importância dessa política pública no combate à pobreza e à desigualdade social.

CAPÍTULO 2 - O PBF e as mudanças e/ou reafirmações das representações da pobreza na visão das beneficiárias

Nesse capítulo iremos realizar uma análise sobre as representações de pobreza para as beneficiárias do PBF, compreendendo como a situação de pobreza é vivenciada pelas mesmas em seu cotidiano a partir das relações que são construídas com o outro.

Partindo da premissa de que a pobreza desde sempre esteve vinculada às imagens negativas, em que os sujeitos são alocados em um campo de invisibilidade social, e, por conseguinte, naturalizados na paisagem brasileira como indivíduos sem voz e nem vez, que esse trabalho utiliza como meio de interpretação as vivências da pobreza das beneficiárias do PBF. Ao não vincular essa análise às interpretações da pobreza que privilegiam principalmente questões relacionadas à renda e ao consumo, pretende-se investigar como essas mulheres vivenciam e percebem sua situação, enquanto mulheres, pobres e beneficiárias de uma política de transferência de renda do governo. O que interessa nessa pesquisa é precisar quais são os sentidos da pobreza percebidos pelas beneficiárias, em suas relações sociais.

Esse capítulo se encontra dividido em duas partes. Primeiramente será feita uma exposição sobre os procedimentos relativos ao método da pesquisa, buscando esclarecer todo o processo de desenvolvimento do trabalho de campo.

Na segunda parte desse capítulo iremos apresentar a análise das entrevistas realizadas junto às beneficiárias do programa. Os resultados das entrevistas analisadas indicam que as representações da pobreza para as beneficiárias são caracterizadas por uma oscilação entre imagens negativas e positivas que as entrevistadas possuem sobre a forma como elas se veem e percebem que são vistas pela sociedade em suas relações cotidianas.

Analisando de forma mais prescritiva a alternância dessas imagens positivas e negativas, foi possível verificar que todas as beneficiárias mencionaram durante as entrevistas tanto as imagens negativas quanto positivas que envolvem a figura do pobre e do beneficiário do PBF, o que demonstra que não existe a predominância de nenhuma das duas formas de imagem dos pobres, mas sim, pudemos aferir que as oscilações entre as imagens negativas e positivas estavam vinculadas a partir do ponto de vista de quem se falava, ou seja, do ponto de vistas das beneficiárias e dos “outros” que recebem ou não o benefício.

Nesse sentido, foi possível verificar que estão presentes no imaginário das beneficiárias em determinados momentos as tradicionais ideias pejorativas do vagabundo, do coitado, do fraco, do morto de fome, do miserável, e em outros momentos o que se apresentam são as imagens de sujeitos que são pobres e também honestos, corretos, trabalhadores, que lutam com dificuldade e determinação.

Ainda, é importante salientar conforme será discutido mais detidamente na segunda parte desse capítulo, que as beneficiárias oscilam entre as imagens negativas e positivas a depender do ponto de vista de quem se fala, ou seja, pudemos notar que quando as beneficiárias falam sobre o que outras pessoas pensam sobre as beneficiárias do PBF as imagens negativas são as mais mencionadas, já quando se caracterizam enquanto beneficiárias são as imagens positivas que são indicadas.

Com relação às percepções das beneficiárias sobre o PBF é possível aferir que o benefício é percebido como um favor e também como um direito, o que denota que essas noções não se excluem necessariamente, mas sim no imaginário das beneficiárias podem até mesmo se complementar, na medida em que acreditam que o PBF seja um favor do governo para quem necessita, ao passo que também se consagra enquanto um direito que as mães e as crianças têm de possuir uma renda que lhes confira um mínimo de sobrevivência.

Assim, o que interessa nesse trabalho é perceber como a figura do pobre é associada pelas beneficiárias às suas relações cotidianas com outras pessoas que recebem ou não o benefício, percebendo qual é a forma como elas se veem enquanto pessoas, e como acham que outras pessoas as veem.

2.1 Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que utilizou como técnica de pesquisa a realização de dezesseis entrevistas semi estruturadas junto às beneficiárias do PBF no município de Campinas (São Paulo), cujo escopo foi proporcionar uma análise do PBF de forma a contribuir para uma maior e melhor compreensão acerca da importância desse programa na vida de suas beneficiárias.

A razão que me levou a escolher Campinas como local para a realização da pesquisa foi de caráter pragmático, visto que, havia maior facilidade de negociação para o desenvolvimento do trabalho de campo, pois como já tinha desenvolvido duas pesquisas de Iniciação Científica durante minha graduação junto às beneficiárias do PBF nesse mesmo município foi mais acessível a intermediação para a realização das entrevistas.

É importante considerar também que um estudo realizado num município como Campinas, uma região metropolitana envolta de certas especificidades como, um polo tecnológico, diversas Universidades, além de serviços oferecidos à população mais pobre, seja através de transferência condicionada de renda, seja de serviços prestados pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), implica uma análise diferenciada em relação a outras cidades, de menor porte.

Como assinalam Almeida, D'Andrea e Lucca (2008) em seus estudos sobre a pobreza e desigualdade social em três regiões diferentes de São Paulo, a pobreza se apresenta de forma diferenciada a depender das características de cada localidade, mesmo dentro de uma mesma cidade, o que acaba por diferenciar a própria pobreza urbana.

Pires (2012) também ressalta em seu estudo junto aos beneficiários do PBF as especificidades de se analisar a região metropolitana de Campinas, verificando que o município já ofereceu diferentes tipos de acesso a programas de transferência de renda, além de possibilitar uma ampla rede de vínculos entre as regiões ao entorno, que oferecem oportunidades de trabalho, assim, como de políticas sociais. De acordo com o autor, a possibilidade de maior inserção no mercado de trabalho, de acesso ao ensino superior, através da oferta ampliada de universidades e faculdades, são características importantes ressaltadas pelos beneficiários do programa. No seguinte trecho é possível verificar essa análise:

As oportunidades de entrar e sair do mercado de trabalho (formal e informal) e de participar de programas sociais (públicos e privados) são vistas pelos entrevistados como mais abundantes nessa cidade do que em outros municípios (convém lembrar que a maioria dos participantes do PBF não nasceu em Campinas). [...] Além disso, a possibilidade de acumular um capital simbólico vivendo num local como Campinas, que em princípio oferece um série de oportunidades cobiçadas, tal como a educação superior (tanto para o titular como para os filhos), mesmo que inatingíveis no momento, plasma um conjunto de experiências que interfere na forma pela qual o PBF é percebido pelas pessoas. (PIRES, 2012, p. 159)

Foram realizadas 16 entrevistas entre os meses de junho a agosto de 2015, com o intuito de compreender, através da visão das próprias beneficiárias, como o programa é percebido pelas mesmas e, de modo particular, apreender a representação da pobreza para as participantes do programa, a partir de suas relações sociais. Cabe ressaltar que nem todas as entrevistadas estavam recebendo o benefício, pois em alguns casos haviam sido bloqueados ou cancelados (caso de três entrevistadas), entretanto, como já haviam participado do programa por um longo período puderam expressar suas opiniões.

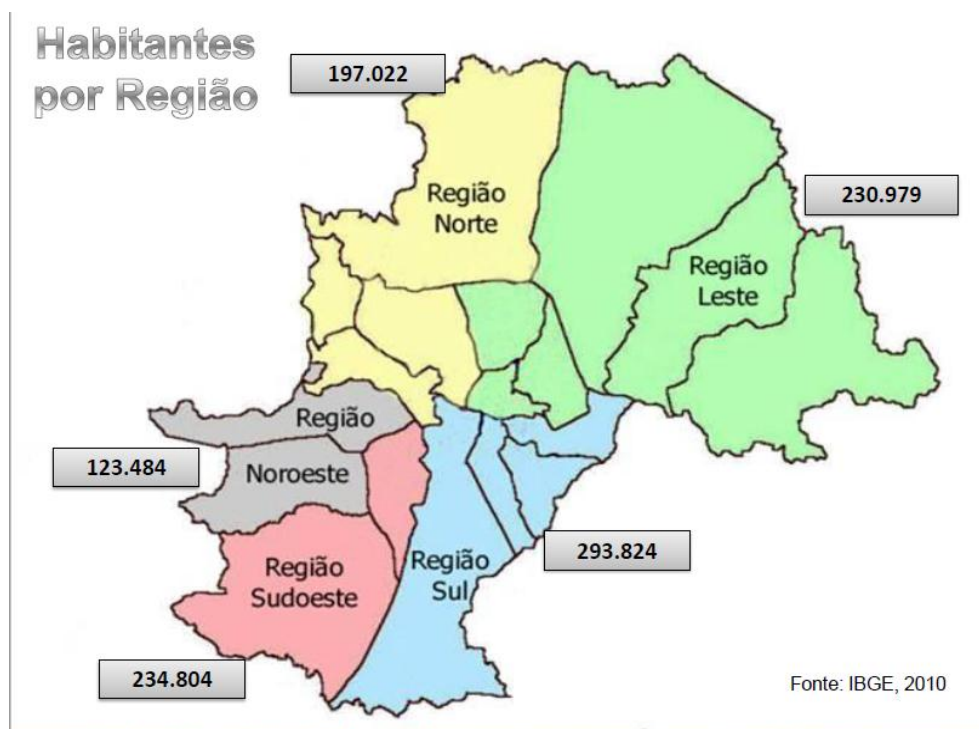
Das dezesseis entrevistas 07 foram realizadas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Jardim Campo Belo, e 09 aconteceram no Distrito da Assistência Social (DAS), da região Sul do município, local administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campinas, no qual são realizados os cadastros e acompanhamentos do PBF.

É relevante assinalar que as entrevistas aconteceram todos os dias da semana, exceto sexta feira, pois nesse dia o DAS e o CRAS não fazem atendimentos ao público, sendo que, eu me dispus a ficar o dia todo realizando o trabalho de campo, em horários e dias variados da semana, ou seja, pude conversar com as pessoas no período que elas dispunham para ir realizar o atendimento, possibilitando dessa forma uma heterogeneidade da população pesquisada.

Nas seguintes imagens é possível situar a região onde realizei as entrevistas, assim como os bairros que compõem a área investigada. Na primeira imagem é possível verificar o mapa do município de Campinas dividido de acordo com suas regiões, assim como a distribuição populacional do município a partir do número de habitantes por região. Como é possível ver nessa imagem a Região Sul possui o maior número de habitantes por região, cerca de 293.824. Já na segunda imagem, podemos constatar o nome de alguns bairros que

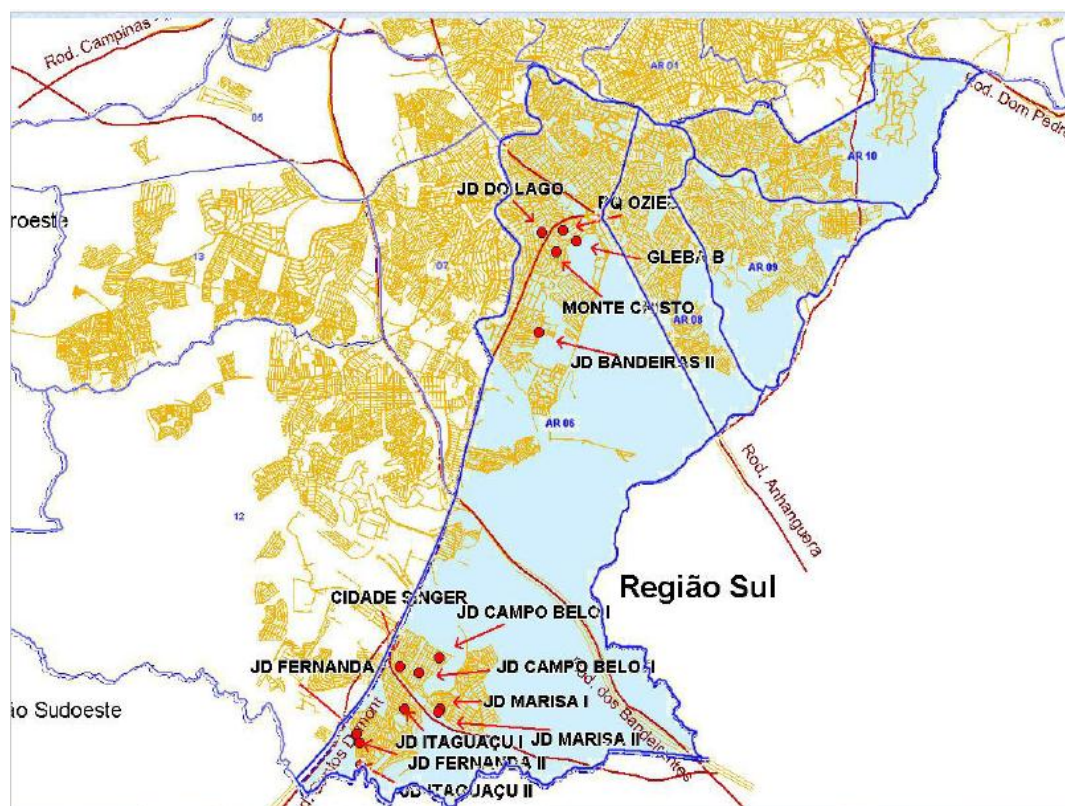
constituem a região Sul do município, a saber: Jardim do Lago, Parque Oziel, Gleba B, Monte Cristo, Jardim Bandeiras I e II, Cidade Singer, Jardim Campo Belo, I e II, Jardim Fernanda I e II, Jardim Itaguaçu I e II e Jardim Marisa I e II.

Imagem 1 – Mapa do município de Campinas dividido em regiões



Fonte: Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

Imagem 2 – Mapa da Região Sul do município de Campinas



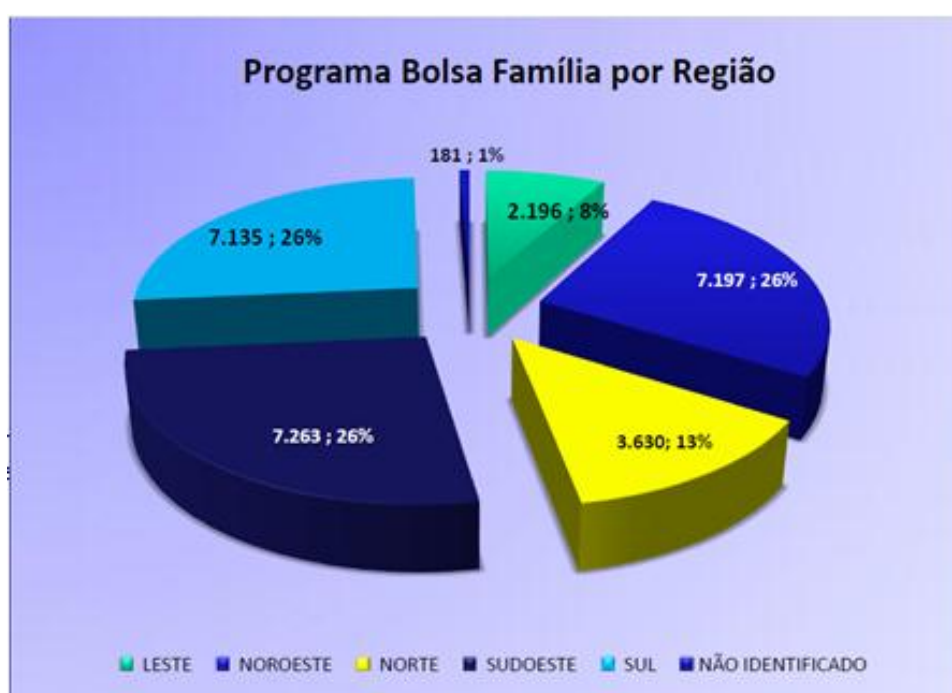
Fonte: Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

É importante assinalar que mesmo as entrevistas sendo realizadas dentro de um ambiente público municipal, pois me foram oferecidas salas no CRAS e no DAS, o lugar pouco interferiu no desenvolvimento das entrevistas, uma vez que, antes de começar as entrevistas minha preocupação inicial era deixar claro que eu não pertencia a nenhum órgão público, nem da esfera federal, estadual ou municipal, sendo assim, a pesquisa não se vinculava a nenhum tipo de fiscalização ou avaliação, mas sim de um meio pelo qual as beneficiárias pudessem ser ouvidas e percebidas dentro de sua relação com o programa.

Com relação à escolha da região onde aconteceram as entrevistas, o que nos orientou na seleção foi o número de beneficiários do PBF por região. De acordo com informações

apresentadas no I Seminário de Vigilância Sócio Assistencial em Campinas⁹, contendo dados presentes no Cadastro Único (CadÚnico), é possível perceber que a região Sul, escolhida para a realização da pesquisa, abrange cerca de 26% dos beneficiários do PBF no município, contemplando cerca de 7135 pessoas com o benefício, conforme ilustrado no gráfico 1, representando uma das regiões com maior percentual de beneficiários do PBF no município. Também é possível perceber, conforme o gráfico 2, que a Região Sul além de possuir 26% do total dos beneficiários do PBF no município também é a segunda região com maior percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico, representando 26,2% do total de pessoas cadastradas no município.

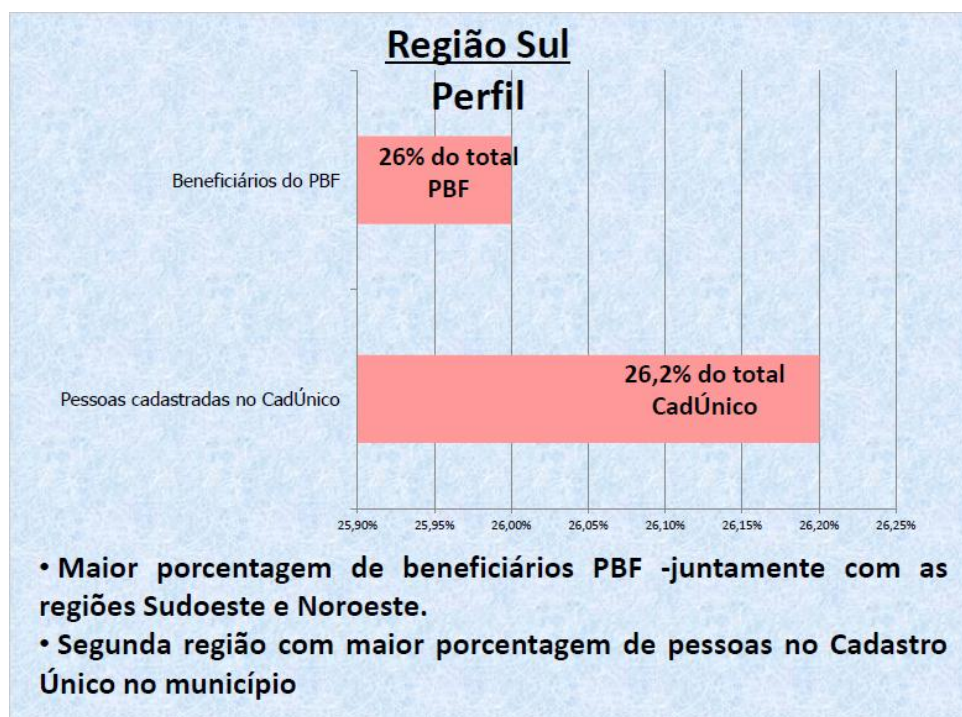
Gráfico 1: Percentual de beneficiários do PBF por Região do município de Campinas



Fonte: Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

⁹ Seminário realizado pela Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura de Campinas e pela PUC Campinas, no dia 27 de novembro de 2015.

Gráfico 2: Percentual de beneficiários do PBF e no Cadastro Único da Região Sul do município de Campinas



Fonte: Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

Com relação aos postos de atendimentos presentes na Região Sul existem três: DAS - Sul, CRAS Bandeiras e CRAS Campo Belo. Entretanto, os atendimentos no CRAS Bandeiras estão sendo encaminhados para o DAS - Sul, pois a localização é de difícil acesso para as pessoas, conforme as próprias atendentes do DAS relataram. Desse modo, realizei entrevistas em todos os postos disponíveis para atendimento da Região Sul do município.

Antes das entrevistas serem realizadas, eram apresentados os objetivos da pesquisa assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – em anexo), sendo enfatizado o caráter voluntário da participação e o anonimato.

As entrevistas duraram um tempo estimado de vinte a cinquenta minutos, sendo gravadas e posteriormente transcritas. Somente nos trechos selecionados deste trabalho foram feitas adaptações da linguagem oral para a escrita, sem, entretanto, acarretar danos de sentido e opinião expressos pelas entrevistadas.

Em relação à caracterização das dezesesseis entrevistadas, todas eram mulheres, e as idades variaram de dezenove (a mais nova) e sessenta e três (a mais velha), sendo nove provenientes de famílias monoparentais simples (mãe e filhos), que chefiavam a família, uma proveniente de família monoparental chefiada pela avó (caso da avó que cria o neto que perdeu os pais) e seis integrantes de famílias nucleares (pai/marido, mãe/esposa e filhos). Cabe ainda salientar que somente cinco eram de Campinas, sendo uma proveniente do estado de Sergipe (Poço Redondo), duas do Estado de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha e Porteirinha), uma do Pará (Belém), uma da região Nordeste (não disse de que Estado), três da Bahia, uma da cidade de Jundiaí (interior de São Paulo), uma de Bauru (interior de São Paulo) e uma de Santa Catarina (Florianópolis). Em relação ao grau de escolaridade, as entrevistadas possuem o Ensino Fundamental incompleto (caso de oito das entrevistadas), o Ensino Fundamental completo (caso de três das entrevistadas), o Ensino Médio Incompleto (caso de uma entrevistada) e o Ensino Médio Completo (caso de quatro entrevistadas).

No quadro a seguir é possível observar as características gerais das entrevistadas:

Quadro 1 – Características gerais das beneficiárias entrevistadas

Nome Fictício	Escolaridade	Idade	Número de filhos	Estado civil	Local de origem	Ocupação	Valor mensal do benefício 2015*
Mariana	Ens. Fundamental Incompleto	19	2	Solteira	Poço Redondo (SE)	Desempregada	R\$ 185,00
Josiane	Ens. Fundamental Incompleto	24	1	Casada	Campinas	Faz bico de faxina	R\$ 0**
Fátima	Ens. Fundamental Incompleto	30	3	Casada	Bauru (SP)	Desempregada	R\$ 310,00
Fernanda	Ens. Fundamental Incompleto	30	2	Separada	Belém (PA)	Faz bico de faxina	R\$ 233,00**
Luana	Ens. Fundamental Incompleto	33	2	Separada	Bahia	Faz bico com reciclagem	R\$ 211,00
Rosângela	Ens. Fundamental Incompleto	36	2	Solteira	Florianópolis (SC)	Faz bico: Lava e passa roupa	R\$ 112,00
Flávia	Ens. Fundamental Incompleto	63	1 (neto)	Viúva	Nordeste (não disse onde)	Desempregada	R\$ 156,00
Cibelle	Ens. Fundamental Incompleto		4	Separada	Bahia	Faz bico de faxina	R\$ 217,00
Débora	Ens. Fundamental Completo	24	3	Casada	Campinas	Faxineira – registrada	R\$ 310,00
Talita	Ens. Fundamental Completo	30	2	Casada	Campinas	Faz bico de manicure	R\$ 233,00
Alciane	Ens. Fundamental Completo	34	3	Separada	Jundiaí (SP)	Desempregada	R\$ 182,00
Clara	Ensino Médio Incompleto	22	2	Solteira	Vale do Jequitinhonha (MG)	Desempregada	R\$ 147,00
Marta	Ens. Médio Completo	23	1	Casada	Porteirinha (MG)	Telemarketing (Experiência)	R\$ 35,00
Marcela	Ens. Médio Completo	30	2	Separada	Campinas	Desempregada	R\$ 215,00
Amanda	Ens. Médio Completo	36	1	Separada	Campinas	Desempregada	R\$ 156,00**
Franciele	Ens. Médio Completo	43	3	Casada	Feira de Santana (BA)	Faz bico como bordadeira	R\$ 147,00

* Os valores dos benefícios apresentados nesse quadro foram retirados do Portal da Transparência e se referem ao valor mensal dos benefícios durante o ano de 2015.

** Entrevistadas que não estavam recebendo o benefício na época da entrevista.

É interessante assinalar que metade das entrevistadas (oito) possui o Ensino Fundamental Incompleto, sendo que a maioria não é proveniente de Campinas (onze), o que nos revela que mesmo onde existem mais oportunidades de estudos, como é o caso de regiões metropolitanas como Campinas, essas mulheres mesmo vindo pra cá desde cedo, muitas vezes ainda crianças, acabam por não conseguir se inserir no ensino básico, pois muitas vezes como pude constatar nessas entrevistas, mesmo chegando muitos jovens essas beneficiárias já vinham para trabalhar e ajudar na renda familiar, ou então, já vinham casadas e com filhos, dificultando assim, com que prosseguissem com os estudos.

Por outro lado é possível verificar que das três mulheres que possuem Ensino Fundamental Completo, duas são de Campinas, e das quatro que possuem o Ensino Médio Completo duas são de Campinas, ou seja, é possível indicar que as beneficiárias que nasceram e vivenciaram a experiência de pobreza em Campinas conseguiram atingir maiores níveis de escolaridade que as mulheres provenientes de outras regiões ou estados.

Também é relevante ressaltar que sete beneficiárias fazem bicos, sendo que, uma está trabalhando registrada e uma em fase de experiência. Como muitas dessas mulheres me relataram existem mais oportunidades de serviço em Campinas do que no local da onde vieram (lembrando que das dezesseis entrevistadas somente cinco são provenientes de Campinas), mesmo se tratando de uma renda que possui fluidez como é o caso dos bicos. É interessante constatar que as entrevistadas ressaltam que morar em uma região como Campinas lhes possibilita ter maior chance no mercado de trabalho (seja formal ou informal), em comparação com seu local de origem.

Com relação às entrevistadas que se encontram desempregadas, sem nenhum serviço, inclusive bicos, é necessário salientar que todas me relataram os motivos que as impedem de ter uma renda além do benefício do PBF. As justificativas para sua situação são as mais variadas, idade avançada para trabalhar, problemas de saúde como obesidade e epilepsia, violência doméstica, falta de vagas na creche e de parentes para cuidarem dos filhos para poderem trabalhar, já que muitas dessas mulheres vieram sozinhas com seus companheiros para Campinas e deixaram suas famílias em sua cidade natal. É relevante mencionar que todas essas beneficiárias recebiam ajuda financeira de outras pessoas, seja de vizinhos, de amigos e até mesmo de parentes que lhes enviam dinheiro para ajudar, já que o valor do benefício não é suficiente para manter uma família sem outra fonte de renda, que geralmente é maior que o benefício.

Para um maior aprofundamento sobre as percepções de pobreza para as beneficiárias do PBF em suas relações cotidianas distingui quatro dimensões de análise: 1º) o PBF como direito ou favor, 2º) as concepções de pobreza para as beneficiárias, 3º) as mudanças objetivas na vida das beneficiárias desde a sua inserção no programa e 4º) os sonhos e planos futuros das beneficiárias.

Levando em consideração as discussões presentes nas literaturas e também os resultados de pesquisas precedentes como da Rabelo (2011) e de Pires (2012), que muito me orientou para a construção do roteiro de pesquisa (em anexo), organizei o roteiro das entrevistas com os seguintes temas e subtemas:

1. Trajetória pessoal e familiar;
2. Trajetória profissional;
3. Sobre o PBF;
 - 3.1 Condicionalidades;
 - 3.2 Dinheiro do PBF;
 - 3.3 O PBF e as percepções de pobreza;
4. Cidadania e direitos sociais;
5. Projetos Futuros.

2.2 A pobreza a partir do ponto de vista das beneficiárias do PBF

A segunda parte desse capítulo pretende evidenciar as concepções de pobreza na visão das beneficiárias do PBF, percebendo se o programa de alguma forma tem possibilitado a construção de novos sentidos da pobreza para suas beneficiárias e / ou se tem reafirmado as já conhecidas imagens negativas que desde sempre estiveram vinculadas à situação de pobreza. Cabe salientar que a pobreza deve ser compreendida como um fenômeno social relacional, que envolve a subjetividade dos sujeitos e interfere decisivamente na forma como as pessoas se veem e como são vistas por outros sujeitos e grupos, o que acaba por intervir na forma como as relações sociais cotidianas são construídas e vivenciadas.

De acordo com o que foi exposto no primeiro capítulo, a análise da pobreza pode ser realizada através de uma série de perspectivas que podem nos ajudar a pensar sobre essa condição, entretanto, utilizar alguma dessas diversas matrizes conceituais, implicaria uma profunda e intensa discussão teórica, num contexto onde há pouco consenso sobre como conceituar os pobres quanto à sua identidade e consciência.

Considerando que essa literatura, como já foi tratada no capítulo anterior, expressa um consenso sobre a imagem desvalorizada dos pobres brasileiros frente aos demais cidadãos, o que se pretende nesse capítulo é verificar quais são as vivências da pobreza para as beneficiárias do PBF, percebendo se o programa muda os modos pelos quais os pobres, em função de sua condição de pobreza, se sentem desvalorizados perante os demais cidadãos. Em outras palavras, entre os extremos de uma imagem desvalorizada e a imagem de sujeitos de direitos, trata-se de observar as mudanças ou reafirmações da representação da pobreza para as beneficiárias.

2.3 Das dimensões de análise

Como foi mencionado na primeira parte desse capítulo, para um melhor desenvolvimento da análise dos dados coletados dividi em quatro dimensões de avaliação as entrevistas, e irei apresentar de forma específica cada uma dessas dimensões.

2.3.1 O PBF como direito ou favor

A primeira dimensão analisada diz respeito a perceber se o PBF é entendido na visão das beneficiárias como um direito ou como favor. Nessa chave o que nos interessou observar foram duas questões: Por que o governo oferece esse benefício na visão das beneficiárias? E como as beneficiárias percebem esse benefício, se como um direito ou como um favor?

O que se constatou através das entrevistas é que a maior parte das entrevistadas (caso de dez) acredita que o PBF é uma ajuda que o governo oferece para quem está passando por dificuldades, como é o caso delas que se encontram desempregadas, vivendo de aluguel e sem

condições de sustentar os filhos sozinhas. O sentido de ajuda para essas entrevistadas está relacionada ao favor, visão na qual as beneficiárias percebem que o PBF é um favor para aqueles que precisam da ajuda do Estado. Nas seguintes falas das entrevistadas é possível perceber como elas veem o benefício que recebem. A primeira entrevistada, Talita, vive com as duas filhas e seu companheiro na casa dos fundos de seus pais, e já participou do Programa de Garantia da Renda Mínima¹⁰ antes de entrar no PBF.

Cinthia: E assim se um dia cortassem o seu Bolsa Família, bloqueassem, não sei se já aconteceu alguma vez, o que você faria?

Entrevistada: Há eu ia fica desesperada, porque esse dinheiro me ajuda e muito com elas né, que nem uma vez, eu recebi essa carta e vim aqui, porque senão eles iam corta, mas foi só uma advertência, não foi pra bloquear, se acontecer novamente eles tiverem que mandar a carta, já vai vim pra bloquear o benefício. Se eu perdesse eu ia fica bem desesperada, porque é o que me ajuda né, o que eu não posso dá pras minhas filhas o Bolsa Família me dá esse auxilio pra mim dá alguma coisa pra elas. **(Talita, 30 anos)**

A segunda entrevistada, Amanda, é separada e tem um filho de 4 anos. A entrevistada recebia o benefício desde 2010, entretanto, o mesmo foi cortado há cerca de um ano e meio. É interessante ressaltar que o filho de Ângela não vive com ela, mas sim com os avós, fato que a entrevistada diz esconder das assistentes sociais.

Cinthia: E assim me fala um pouquinho o que você acha sobre o programa. O programa Bolsa Família na sua opinião? O que que você acha dele?

Entrevistada: Para mim seria assim... é para as pessoas que tem necessidade mesmo, as que não tem necessidade acho que não podia pegar!

Cinthia: Você acha que o Bolsa Família é para quem passa necessidade?

Entrevistada: Para quem passa mais necessidade do que uns... que nem assim... como fala para aquele que tem mais necessidade mesmo, tipo assim, aqueles que moram em favela que não tem condição de dar as coisas para as pessoas, para as crianças, para os filhos. **(Amanda, 36 anos)**

¹⁰ O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) foi criado pela prefeitura de Campinas em 1995. O programa visava beneficiar as famílias através de uma articulação entre a complementação monetária, fornecida pelo programa, e as políticas sociais básicas de educação e saúde, fornecendo com isso o atendimento às necessidades básicas.

A entrevistada seguinte, Clara, vive sozinha com sua filha de 5 anos e seu filho de 1 ano numa casa de aluguel e recebe o Bolsa Família há oito meses (desde dezembro de 2014). A entrevistada se mudou para Campinas há dois anos com seu ex-companheiro, ela veio de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha.

Cinthia: Mas você acha assim que o Bolsa Família, é pra quem, não sei, pra uma parcela específica da população ou devia de ser pra todo mundo, pra quem que você acha que deveria ser?

Entrevistada: Ah pra quem precisa né.

Cinthia: Pra quem precisa, assim como, seriam pessoas como?

Entrevistada: Ah pessoas que moram de aluguel, pessoas que não tem nada na geladeira, não tem nada no armário, eu acho. **(Clara, 22 anos)**

É interessante notar que mesmo a maioria das entrevistadas percebendo o PBF como uma ajuda do Estado para quem se encontra desempregado, a maioria delas não recebe somente a renda do benefício, mas também fazem bicos de faxina, manicure, entre outros, (caso de sete entrevistadas), uma está trabalhando registrada a quatro meses de faxineira e uma está em fase de experiência de telemarketing. É claro que a renda que se consegue com esses trabalhos não é suficiente para manter a família, o que denota que as beneficiárias percebem o benefício como um complemento até mesmo para quem já tem uma renda. Dessa forma, o benefício do ponto de vista de quem recebe é incorporado como uma ajuda para os que pelo desemprego ou que pelos baixos salários não conseguem se sustentar sozinhos.

É interessante notar que o PBF percebido como uma ajuda para quem dele precisa e como complemento para a renda familiar, como pude constatar nessa pesquisa, está em consonância com o artigo de Pires (2012), em um trabalho que busca compreender quais são os sentidos de ajuda para as beneficiárias do PBF.

De acordo com Pires (2012), existem dois sentidos para o termo ajuda de acordo com as beneficiárias. O primeiro sentido está relacionado ao fato de se viver em uma região metropolitana que possibilita que essas pessoas tenham maior facilidade de conseguir empregos, seja no setor formal ou informal, e de acesso à educação superior, o que faz com que o benefício do PBF seja percebido como um complemento pelas beneficiárias. Já o outro significado para o termo ajuda está relacionado à incorporação simbólica do benefício como

um dinheiro feminino e, portanto visto como ajuda e sendo utilizado para gastos com itens fundamentais para o bem estar das famílias.

Ainda, é relevante mencionar que mesmo não sendo o caso da maioria das entrevistadas, algumas pessoas (caso de seis beneficiárias) afirmaram que o PBF se trata de um direito, sendo esse direito compreendido como um dever do Estado para com as pessoas que não conseguem prover sua sobrevivência, e obrigação para com as crianças. Vejamos as opiniões das beneficiárias nos seguintes trechos:

Mariana é uma mulher de 19 anos que mora sozinha com as duas filhas de 3 e 1 ano, veio do Sergipe há 4 anos, com seu ex-companheiro.

Cinthia: E se algum dia cortasse o seu benefício, cortasse o Bolsa Família, o que você faria? Você reclamaria?

Entrevistada: Ai eu tô nos meus direitos, eu reclamaria!

Cinthia: Então você falou assim que você iria reclamar, porque você falou que é um direito né, “você tá no seus direitos”, você acha que o Bolsa Família é um direito seu?

Entrevistada: Então, não pra mim, pras crianças sim, porque é o direito que toda criança tem né, do Bolsa Família né, de ganhar essa renda.

Cinthia: É pra crianças?

Entrevistada: É pras crianças, não pra mãe, só pras crianças. **(Mariana, 19 anos)**

No trecho acima é possível perceber que Mariana compreende o PBF como um direito de seus filhos, pois o dinheiro é para as crianças, dessa forma, podemos aferir que o programa na visão dessa beneficiária é compreendido como um “semi - direito”, uma vez que, o benefício ganha um novo sentido, ou seja, o PBF é considerado um direito, entretanto, é um direito restrito, direcionada somente para os filhos.

Débora vive de aluguel com seu companheiro e seus três filhos, e recebe o benefício há aproximadamente cinco anos. É interessante ressaltar que diferente de outras beneficiárias, Débora é casada e também está trabalhando registrada na área da limpeza em uma empresa em Campinas, o que também não é muito comum entre as beneficiárias do PBF.

Cinthia: E assim, você acha que o Bolsa Família é um direito seu, você acha que não é um direito, que é um favor do governo, o que você acha? Em sua opinião.

Entrevistada: Direito né.

Cinthia: É um direito, por que assim é um direito?

Entrevistada: Ajuda né, assim a mãe né, quando não tem assim necessidades, tá passando por necessidades alguma coisa assim, ajuda muito, entra e já ajuda. **(Débora, 30 anos)**

Na fala acima é possível perceber que a beneficiária acredita que o PBF é um direito, pois a ajuda muito, já que ela passa necessidade e tem direito de receber o benefício para poder viver com mais dignidade. O que se verifica nessa fala é que a ideia de ajuda está vinculada à do direito na visão da beneficiária e não à ideia de favor.

Marcela vive sozinha com seus dois filhos de 8 e 4 anos, e tem problema de saúde (epilepsia). Seu marido era policial militar e foi preso há cinco anos, portanto a entrevistada não recebe pensão e nem auxílio reclusão¹¹ como ela mesma ressaltou apesar de ter ido atrás para tentar conseguir o benefício.

Cinthia: Você acha que o Bolsa Família é o que na sua opinião? Você acha que é um direito seu? Ele é um favor do governo? Ou não é nem direito e nem favor? O que você acha?

Entrevistada: Eu acho que é um direito que eu tenho de estar recebendo, porque eu não tenho condições de tá sozinha cuidando dos dois filhos, quando o pai estava eu até conseguia, mas agora o pai foi preso e eu não consigo e acho que eu tenho direito de receber o Bolsa Família, por que o governo dá pra muita gente e eu tenho direito também de receber. **(Marcela, 30 anos)**

É interessante ressaltar que Marcela estava muito irritada quando falou comigo, pois havia acabado de saber que seu benefício tinha sido cancelado quando foi atualizar o cadastro.

¹¹ Auxílio reclusão é um benefício concedido aos dependentes do segurado do INSS, que se encontra preso em regime fechado ou semi aberto, durante o período de reclusão ou detenção. Para a concessão do benefício é necessário que o segurado tenha contribuído regularmente com o INSS e seu último salário não ultrapasse o valor de R\$ 1212,64.

A entrevistada ressaltou várias vezes durante a entrevista como era injusto ter perdido o Bolsa Família, que é um direito dela e que o governo tem que ajudar quem necessita. A percepção que Marcela tem sobre o PBF nos permite constatar que o benefício muitas vezes pode ser compreendido pelas beneficiárias como um caminho para se garantir seus direitos, ou seja, como a entrevistada relata ela tentou conseguir o auxílio reclusão, e ao ter seu pedido negado ela transfere ao PBF a noção de direito suplente.

É possível perceber na fala de Marcela que existem duas concepções sobre direito: primeiramente ela afirma que ela tem direito de receber o benefício, pois precisa para sustentar seus dois filhos, já que seu marido se encontra preso e não pode ajuda-la, entretanto também podemos perceber que ao final de sua fala ela menciona que várias pessoas recebem o benefício e que, portanto ela também tem direito de receber, o que demonstra que a entrevistada ao reconhecer que todo mundo recebe ela também tem direito de receber o benefício que é devido a todos igualmente.

Podemos constatar na fala de Marcela que o benefício é compreendido como um direito, pois a beneficiária vincula o benefício à relação de impossibilidade que ela tem de inserção no mercado de trabalho, ou seja, o PBF é um direito porque ela enquanto indivíduo se encontra impossibilitada de oferecer sua força de trabalho, e dessa maneira não consegue prover seu sustento e de sua família. Aqui percebemos uma relação entre o direito que o PBF representa e a impossibilidade de inserção no mercado de trabalho relatada pela beneficiária.

A seguinte entrevistada, Franciele, se mudou para Campinas com o marido e seus filhos há um ano em busca de estudos para sua filha de 18 anos, que tem o sonho de estudar engenharia química na Unicamp. Atualmente sua filha é bolsista pelo Prouni na Unip e está cursando engenharia mecânica. A entrevistada já participava em sua cidade natal de outro projeto social, chamado Vida Melhor que lhe concedeu uma máquina bordadeira para que pudesse trabalhar como artesã. Aqui em Campinas faz quatro meses que Franciele está desempregada.

Cinthia: Você acha que o Bolsa Família é um direito seu?

Entrevistada: É um direito, na situação em que eu me encontro, e com os filhos que eu tenho, porque não pegamos esse dinheiro pra nada ilícito, é pra realmente nos mantermos o mínimo de dignidade de ser chamados de cidadãos sabe, eu no momento, eu digo que eu tenho direito desse Bolsa Família, eu tenho, minha filhas tem o direito também, elas merecem, eu mereço. Assim que

em nome de Jesus eu consegui um emprego, que me tire dessa situação, eu Franciele chego aqui no CRAS e falo “ó eu não preciso mais desse benefício”.

Cinthia: E dá onde você acha que vem esse dinheiro do Bolsa Família?

Entrevistada: Ela é uma justiça social né, é o mínimo, é o mínimo do mínimo, são imposto né, a sobra. **(Franciele, 43 anos)**

Na fala da entrevistada podemos verificar que existem três concepções diferentes de direito: primeiramente Franciele percebe o PBF como um direito de quem passa por necessidade, e diz que é direito dela e de seus filhos para manter uma vida digna, para serem verdadeiros cidadãos.

Também é possível perceber na fala da entrevistada que o PBF é um direito, pois ela merece receber esse benefício porque é uma pessoa honesta, que não tem nada ilícito em sua casa, o que denota que o programa também é visto na lógica da moral, da integridade, da decência, ou seja, tem direito quem merece.

Por fim, podemos perceber que a entrevistada também disse que o dinheiro do Bolsa Família vem dos impostos, e portanto é uma justiça social que o programa faz, ou seja, o direito aqui está vinculado à lógica das políticas contributivas, uma vez que, o benefício do PBF aparece nesse caso como retribuição do Estado para todos os que pagam seus impostos, e portanto acaba por se configurar como uma justiça social, como Franciele mesmo ressalta. É interessante assinalar que a entrevistada diz que se caso conseguisse um emprego que lhe permitisse ter uma vida boa, digna, ela pediria para sair do programa. A definição mais complexa sobre direito presente na fala de Franciele, pode ser compreendida a partir do nível educacional da entrevistada, que possui o Ensino Médio Completo.

Josiane é casada, tem uma filha e recebe o PBF há dois anos e meio. É interessante ressaltar que o marido de Josiane trabalha registrado de motoboy, a entrevistada faz bico de faxina duas vezes por semana, e acredita que recebe um valor alto do benefício, como muitos de seus conhecidos falam pra ela.

Cinthia: Assim você acha que o bolsa família é um direito seu? Ele é um favor do governo? O que que você acha, na sua opinião?

Entrevistada: Ah se é um direito meu... Ah eu acho que é, porque é pago tanto imposto e pelo tanto que eles roubam, eu acho que sim.

Cinthia: Que é um direito?

Entrevistada: Sim! (**Josiane, 24 anos**)

Josiane percebe o PBF como um direito, advindo do fato de que paga imposto, e também ressalta que os políticos roubam muito dinheiro, portanto as pessoas que precisam e pagam seus impostos têm o direito de receber o benefício. Como a entrevistada mesmo disse, se cortassem ou bloqueassem seu benefício ela iria atrás para saber o que aconteceu. A percepção de Josiane sobre o PBF como forma de redistribuir o dinheiro dos impostos através do benefício é semelhante à concepção de Franciele que também acredita que o benefício é a redistribuição dos impostos pagos, que é uma justiça social.

Na fala das entrevistadas fica claro que o direito aqui é concebido como um dever, uma obrigação do Estado de ajudar quem está precisando, quem está passando por dificuldades, e também que é um direito das crianças receberem uma renda que lhes ofereça um mínimo de dignidade para sobreviver.

Ainda, é importante assinalar que não pude verificar nenhuma característica particular, seja de nível educacional, de idade, número de filhos ou inserção no mercado de trabalho, que explique as diferenças de opinião dessas mulheres sobre o PBF ser percebido como um direito. Embora como já foi mencionado, a concepção mais complexa de Franciele sobre direito possa estar relacionada ao grau de escolaridade maior do que de outras beneficiárias.

O que foi possível verificar na análise das entrevistas é que o termo “ajuda”, muito utilizado pelas beneficiárias pode ser compreendido a partir de duas lógicas: do favor e do direito. Dessa maneira, a ajuda pode significar que o PBF é um favor do governo para as pessoas que precisam, que passam por necessidade, e que por se encontrarem fora do mercado de trabalho e possuírem uma situação de instabilidade no que diz respeito à renda necessitam do benefício para conseguir sobreviver.

Num outro sentido, a ajuda também pode significar no imaginário das beneficiárias um direito, uma vez que, ao reconhecerem que não existem oportunidades suficientes para que possam prover seu próprio sustento e de seus filhos, as beneficiárias percebem que é obrigação do Estado e direito delas e de seus filhos receberem uma ajuda para manterem um

mínimo de vida digna, já que também pagam seus impostos, e não depende delas as oportunidades para conseguirem sair da situação de pobreza em que se encontram.

Dessa forma, constata-se que o benefício é percebido como um favor e também como um direito, o que denota que essas noções não se excluem necessariamente, mas sim no imaginário das beneficiárias podem até mesmo se complementar, na medida em que acreditam que o PBF seja um favor do governo para quem necessita, ao passo que também se consagra enquanto um direito que as mães e as crianças têm de possuir uma renda que lhes confira um mínimo de sobrevivência.

A oscilação existente no imaginário das beneficiárias entre os termos favor e direito pode ser compreendida pela plasticidade institucional do PBF, ou seja, ao não se caracterizar propriamente como um direito previsto pela Constituição Federal, mas sim como um projeto de lei ordinário vinculado à Presidência da República o PBF cria certa inconformidade, uma vez que mesmo sendo amplamente reconhecido pela sociedade brasileira, é um programa que além de não ter a obrigatoriedade de atender a toda população que se encontra dentro dos requisitos necessários para ingresso no programa, pode sofrer mudanças no decorrer de sua existência, pois não se configura como um direito constitucional. Dessa maneira, é possível compreender a característica de quase direito do PBF, conforme nos assinala Cohn (2010).

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a relação das entrevistadas com as gestoras no DAS e no CRAS. Foi possível perceber que mesmo muitas vezes saindo com dúvidas importantes, as beneficiárias se sentiam bem atendidas pelas gestoras, o que nos coloca a seguinte hipótese: será que essas mulheres por muitas vezes perceberem o benefício como um favor, não se sentem a vontade para cobrar satisfações, e/ou um atendimento melhor por parte das gestoras, pois elas é que estão precisando dessa ajuda, e o governo atende cada necessidade conforme pode?

É preciso considerar que mesmo as beneficiárias se sentindo bem atendidas, podem sentir ao mesmo tempo certo receio ao cobrarem explicações para suas dúvidas, pois existe uma relação na qual as gestoras têm o poder de colocar ou tirar qualquer pessoa do benefício, pois são elas que fazem os cadastros.

Conforma assinala Ávila (2013), a função do gestor municipal que realiza os cadastros dos beneficiários é fundamental no controle e gestão do PBF, pois:

O gestor municipal tem poder de decisão sobre onde e como será o cadastramento; poder de inclusão e exclusão no Sistema de Gestão de Condicionais do Programa Bolsa Família (Sicon); poder de interrupção temporária ou permanente do benefício, além de ter acesso às informações do Cadastro Único das famílias beneficiadas. (ÁVILA, 2013, p. 109)

Dessa forma, o que se coloca é uma questão de poder frente à relação assistente – assistidos, sendo essa relação fundada sobre a prerrogativa de que o PBF é um favor do Estado e não um direito, e, portanto as beneficiárias enquanto assistidas não devem cobrar mais do que lhes é devido.

Muitas das beneficiárias que entrevistei saíram com dúvidas referentes ao motivo de seu benefício ter sido bloqueado, entretanto, mesmo sem suas dúvidas serem sanadas as entrevistadas sempre mencionam como foram bem atendidas pelas gestoras, mesmo quando voltam repetidas vezes para tirarem a mesma dúvida, que não foi respondida das vezes anteriores.

É necessário deixar claro que é muito complicado explicar o funcionamento do PBF para as beneficiárias, já que os benefícios são variáveis, e dependem de fatores diversos, como será abordado adiante. Ainda, é importante ressaltar que o maior motivo das dúvidas não serem explicadas pelas gestoras reside no que Cohn (2012) denomina de “jogo de empurra”.

Em seu trabalho Cohn (2012) realiza uma análise das 1375 cartas enviadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, percebendo as múltiplas dimensões sociais da condição de pobreza e de extrema pobreza na vida das pessoas e na construção da cidadania no Brasil.

A autora ressalta as dificuldades que o PBF enfrenta junto ao seu funcionamento, que é descentralizado, e que por isso, acaba resultando em inúmeros problemas de comunicação entre as esferas de governo local e federal, num jogo de empurrar responsabilidades entre essas esferas, o que acaba dificultando o funcionamento do programa. Dessa forma, as cartas ao presidente Lula aparecem como último recurso ao qual as pessoas recorrem para tentar resolver seus problemas, sendo a figura do presidente percebida como aquele que entende a situação dos mais pobres.

O “jogo de empurra” demonstra como se dá o enfretamento da máquina burocrática estatal, mostrando como a responsabilidade das dificuldades para ingresso no programa é

jogada do governo local para o governo federal, e do federal para o local. As beneficiárias que entrevistei, muitas vezes recebiam como resposta que o problema era na esfera federal e que por isso as gestoras não podiam responder às suas perguntas, pois não tinham como saber qual era o motivo do problema.

Isso demonstra a incapacidade de resolução de problemas no atendimento realizado pelas gestoras em relação às dificuldades das beneficiárias, pois estas nem mesmo chegavam a olhar no sistema para saber sobre a situação das beneficiárias, pedindo que ligassem para o atendimento que é realizado na prefeitura para resolver seus problemas. É necessário assinalar que não são todos os casos que os atendimentos são problemáticos, entretanto, apesar de muitas assistentes realizarem um atendimento bom, e tratarem bem as beneficiárias, não conseguem resolver os problemas, das mesmas, e nem ao menos explicar o que está acontecendo com o benefício.

2.3.2 Concepções de pobreza para as beneficiárias

A segunda dimensão analisada por essa pesquisa consiste em compreender quais são as concepções de pobreza para as beneficiárias do PBF, observando como elas se veem enquanto beneficiárias, e como elas percebem que são vistas por outros (beneficiários ou não) em suas relações cotidianas.

De acordo com a análise das entrevistas foi possível verificar que existem três concepções diferentes sobre o que é ser pobre, a partir do ponto de vista de quem se fala, ou seja, existe a concepção de pobreza dos “outros” (pessoas com melhor ou igual condição de vida das beneficiárias, mas que não recebem o benefício), do “eu” (no caso, a percepção da beneficiária sobre ela mesma), e por fim, de “nós” (que consiste na visão que a beneficiária tem em relação às outras beneficiárias).

De acordo com a análise das entrevistas foi possível verificar que a partir do ponto de vista dos “outros”, ou seja, de pessoas que possuem uma situação de vida melhor, a pobreza está relacionada com as tradicionais ideias do vagabundo, do fraco, do coitado, do morto de fome que depende da ajuda do Estado, para ter uma vida digna, indicando assim, que a imagem do pobre continua sendo atrelada a ideias pejorativas e até mesmo de responsabilização do sujeito pela situação de pobreza.

Nas seguintes falas das entrevistadas é possível observar como as beneficiárias percebem o modo que são vistas por pessoas que não recebem o benefício do governo, e que possuem uma condição de vida boa, ou seja, têm dinheiro. A primeira entrevistada é uma mãe que vive sozinha com seus três filhos, e recebe o benefício há dez anos. É interessante salientar que Alciane vem sofrendo violência doméstica de seu ex - companheiro, e por isso muitas vezes se vê obrigada a sair de casa para ficar em abrigos com as crianças, o que dificulta com que cumpra uma das condicionalidades do programa, que é manter a frequência escolar de suas filhas, e, portanto muitas vezes seu benefício é bloqueado, o que prejudica muito sua situação.

Cinthia: E assim, o que você acha das pessoas assim... que tem melhor condição de vida, tem mais dinheiro, o que que você acha que essas pessoas pensam de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Eu vejo muitos falando que são vagabundo, que não trabalham, que não sei o que... (risos)

Cinthia: Eles acham o que? Que quem recebe...

Entrevistada: Que deveria que ter um projeto assim... Igual estudar, ter um trabalho pra pode receber. Eu vejo eles falando isso. Eu também acho que deveria de ter um curso pra gente fazer, igual a mim... eu queria tanto fazer curso, se tivesse um curso pra melhorar, pra mim trabalha em outra coisa, eu achava melhor. **(Alciane, 34 anos)**

A segunda entrevistada é uma beneficiária que vive com seus quatro filhos, veio da Bahia há dois anos e recebe o benefício há três anos.

Entrevistada: Ah eu acho que pensam que... ah num sei... Não tenho bem assim... acho que eles pensam que a gente é bem fraco né, pra gente recebe esse Bolsa Família. **(Cibelle)**

A terceira entrevistada, já apresentada anteriormente vive com as duas filhas e seu companheiro na casa dos fundos de seus pais, e já participou do Renda Mínima antes de entrar no PBF.

Entrevistada: Eu já ouvi muita gente fala que Bolsa Família é pra quem não gosta de trabalha. [...] Que tem muita pessoa que recebe o Bolsa Família e já tá, “A já tá recebendo aquele lá então eu nem preciso trabalha” eu já ouvi muita gente falando que esse negocio desse Bolsa Família é pra quem não quer.

Cinthia: Pra quem não quer trabalhar?

Entrevistada: E daí eu nem me manifesto, eu fico na minha. [...] Que é gente preguiçosa, eu já ouvi fala. Que acha erradíssimo pessoas... que o governo dá Bolsa Família, pras famílias. Já ouvi muito disso. **(Talita, 30 anos)**

Nas falas acima é possível perceber que de acordo com as beneficiárias participar do PBF é considerado por outras pessoas como uma fraqueza ou como comodidade, colocando em foco as imagens do “pobre malandro” que não trabalha porque não quer e, do “pobre coitado” que não consegue se manter sozinho e por isso depende da ajuda do Estado, expressões essas muito analisadas por Zaluar (1985).

Na fala de Alciane é possível notar que existe a ideia de que o beneficiário deveria fazer algum curso para receber o benefício, o que denota a necessidade do sujeito provar que merece receber a “ajuda” do Estado, que é um “pobre honesto”, para utilizar os termos de Telles (2013), que não está acomodado, mas sim que é um sujeito proativo, que se esforça. A ideia do pobre honesto também está presente nas falas de Franciele, que relaciona a imagem do pobre à de pessoas esforçadas, que lutam com dificuldade, mas que são indivíduos honestos e corretos.

Entrevistada: [...] então o meu filho pediu leite e eu falei filho só tem quatro bolachinha pra você come, (chora) isso me dói muito porque nós não somos aqueles pobre miserável, nós somos pobre que lutamos, porque como eu já havia falado minhas filhas são excelentes alunas, eu sou artesã também eu faço muita coisa, e o meu companheiro, ele é uma pessoa muito pobre, ele é muito... de origem muito pobre, mas ele é uma pessoa muito esforçada, somos uma família muito honesta, nós não temos nada, mas o pouco que a gente tem em casa, tudo tem nota fiscal, tudo tem procedência legal, e dói tanto né. **(Franciele, 43 anos)**

Na fala acima é possível perceber a concepção da pobreza a partir do ponto de vista do “eu”, isto é, a forma como a beneficiária percebe a si própria e à sua família, que é de forma honesta, correta, justa, em contraposição às imagens negativas do pobre que é preguiçoso,

vagabundo, bandido. É importante ressaltar que mesmo as beneficiárias tendo consciência de que muitas vezes são percebidas pelos outros de forma desvalorizada, elas não se veem dessa forma, mas sim, refutam as ideias negativas que envolvem a situação de pobreza por elas vivenciadas, como é o caso de Franciele que faz questão de relatar que tudo que tem dentro de casa “tem procedência legal”, ou seja, ela e sua família são pessoas honestas.

Na fala da próxima entrevistada também podemos verificar as imagens positivas utilizadas pela beneficiária para se descrever enquanto uma pessoa honesta, que luta para conseguir ter uma vida digna e correta.

Entrevistada: Eu acho, você morando na favela num barraco de madeira, você é mais honesto que uma pessoa que mora numa casa de tijolo, porque você tem a dignidade de trabaiaá, lutá e tê as suas coisa, porque eu tenho uma ropa porque eu lutei pra tê, pra trabalha pra mim tê. Porque eu tenho um filho maravilhoso, tenho, porque eu lutei pra tê aquilo, pra conquistá, pra ele tê uma educação melhor, uma vida melhor do que eu não tive, entendeu, e tem muita gente que me excomunga, fala “Não que não sei o que”, “Ai Rosângela, que você é banguela”, sô, com muito orgulho, tiro da minha boca pra dá pros meus filhos, tiro dona. **(Rosângela, 36 anos)**

Já na entrevista de Talita é possível notar o constrangimento da beneficiária ao ouvir o que outras pessoas acham sobre os beneficiários do PBF, que são pessoas preguiçosas que não querem trabalhar. Prova desse constrangimento é que a entrevistada diz que escuta as pessoas falando esse tipo de coisa e nem se manifesta, mostrando que o mal estar dessa situação é tão grande que a pessoa nem consegue se defender do discurso internalizado de que quem recebe um benefício do Estado é um acomodado, preguiçoso que não quer trabalhar, e, portanto, deve envergonhar-se por não poder se sustentar sozinha e ter que viver à custa do governo.

Outra entrevista que me chamou a atenção foi o relato de uma das entrevistadas que mencionou que sofre discriminação quando vai à casa lotérica para receber o benefício. A entrevistada vive sozinha com sua filha de 5 anos e seu filho de 1 ano e recebe o Bolsa Família há oito meses (desde dezembro de 2014). A entrevistada se mudou para Campinas há dois anos, ela veio de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha.

Cinthia: Assim pessoas que tem condição de vida melhor, que não precisa receber o Bolsa Família, pessoas que tem uma condição econômica boa né, o que que você acha que esse pessoal pensa de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Eles pensam que são os pobres. [...] Já ouvi pessoas falando, que quem recebe o Bolsa Família é morta de fome. Já vi fala.

Cinthia: Nossa me conta um pouquinho como que foi.

Entrevistada: Não tipo assim, eu vi as pessoas recebendo na lotérica, aí falavam, que essas pessoas não sei o que, é morta de fome, tal.

Cinthia: Dentro da lotérica?

Entrevistada: Sim. Gosta de esnoba né. **(Clara, 22 anos)**

No trecho acima o que se constata é que a participação no PBF muitas vezes pode ser vivenciada pelas beneficiárias através da humilhação e discriminação de outras pessoas, uma vez que, além da situação de pobreza essas mulheres também tem que lidar com o fato de serem beneficiárias de um Programa de Transferência de Renda do governo, o que muitas vezes resulta em ter que enfrentar situações humilhantes como a descrita acima.

Outro relato de discriminação que me chamou a atenção foi o de Rosângela. A entrevistada mora sozinha com seu filho mais novo, numa favela em Campinas e fala desde o início da entrevista que o lugar onde mora é muito perigoso e violento, que sempre fala para seus filhos não se envolverem com drogas, e sonha em vê-los na faculdade.

É interessante perceber que a todo o momento Rosângela diz ter a preocupação de ensinar o caminho certo para seus filhos, para que eles sejam honestos, corretos, justos. Mais uma vez é possível perceber a figura do pobre relacionada ao sujeito que deve se provar honesto, correto, deve mostrar que é diferente dos outros pobres que escolheram a vida fácil, da malandragem, da bandidagem.

Ainda, é importante mencionar que Rosângela me relatou momentos de discriminação pela qual passou pelo fato de ser pobre e favelada. Como a entrevistada disse, ela é uma pessoa correta, apesar de outras pessoas, inclusive uma ex patroa, dizer que quem mora na favela, não presta.

Entrevistada: [...] então eu penso assim, porque não olhar pra aqueles que precisa também, não é porque eu moro numa favela, não é porque eu moro

num lugar que é desconsiderado do bairro, porque moro na favela, crasse b, é aquela “merda” que eles fala, a maioria, eu já trabalhei em casa de família que falo pra mim que quem mora na favela não presta. (chora)

Cinthia: Nossa! Sua patroa?

Entrevistada: Minha ex - patroa. Daí eu falei pra ela assim, “então eu moro na favela”, entendeu, então ela me deu as conta.

Cinthia: E você falou um pouquinho que o pessoal acha ruim de quem mora na favela, que olha diferente né, queria que você falasse um pouquinho mais sobre isso assim, você já sentiu algum tipo de preconceito?

Entrevistada: Eu já, eu fui chamada de nega, preta, favelada, carnicenta, quem mora na favela não presta, monte de coisa já. **(Rosângela, 36 anos)**

É relevante mencionar que Rosângela em todo momento questiona o papel do governo, dos políticos, e da falta de qualidade dos serviços públicos prestados para a população mais pobre, mostrando assim que as vulnerabilidades vivenciadas pela população mais necessitada vão muito além da privação material dos sujeitos, mas envolve também a própria dignidade humana, uma vez que os indivíduos pobres além de lidarem com a restrição econômica ainda têm que enfrentar situações diversas de humilhações.

Entrevistada: [...] Entendeu, o que a gente precisa do governo, é pouquinho pra gente aqui em baixo, porque é a mesma coisa, você é ser humano se tá trabaiaando, trabaiaando seu ganha pão, tá ajudando a sua casa também, que nem eu preciso lava a privada de gente rico, preciso faze comida pra gente rico, chega na minha casa, não tenho pra faze pro meu filho. “Se você quisé leva aquele resto, você leva!”. Eu sou cachorro pra leva o resto, mas não sou digna pra come numa mesa com você, entendeu. É isso que o pobre é humilhado, o pobre ele humilha na hora de vim atrás do Bolsa Família, ele humilha na hora que vai no postinho na Orozimbo Maia (rua), vai no posto de saúde, quando vai procura um hospital pubrico, ele é humilhado, porque eu tiro pelo causo do meu filho e do pai dele. Porque eu vim no Mario Gatti (hospital municipal de Campinas) interná ele, “não, não tem nada” e mandô pra casa. A úrsula estorô, estorô comigo, duas hora da manhã e eu com uma criança de colo, vou faze o que? Chamá a Samu! Nada de Samu, a Samu foi chegá quatro horas depois quando o homem tava aqui no hospital, que eu parei dois vizinhos pra socorrer, porque depende de prefeitura, depende de tudo, que nem a gente fala, a gente tá ajudando em tudo, ajudando no que? Os voto que a gente dá, cada um vota neles, pra quê? Pra eles fazê o Brasil melhor, o mundo melhor, não é? Sem fome, sem miséria, sem nada, o Brasil não tá nisso, o Brasil tá cada vez mais indo pro buraco, as pessoas tá levando mais pro buraco, e não é as pessoas mais baixas, é as pessoas mais em cima, do alto escalão, que aqui, nós somos fichinha, nós somo pior que papel, papel higiênico vale mais do que nós, porque a gente é descartável, eles não,

em quanto você almoça arroz e feijão, eles tá arrotando caviar. **(Rosângela, 36 anos)**

Com esse forte depoimento Rosângela nos aponta as humilhações que vivencia em diferentes esferas da sua vida: no âmbito do trabalho, no qual ela percebe que não é um sujeito digno de ser tratado como igual pelos seus patrões, uma vez que ela é vista somente como a empregada que lava a privada e cozinha; no âmbito público, no qual ela faz referência à precariedade dos serviços de saúde no momento que precisou; e por fim, no âmbito político, quando fala que os políticos deveriam perceber as necessidades da população e resolver seus problemas, mas que por se tratar da população pobre eles não fazem nada, pois os pobres não têm valor nenhum, valem menos que papel higiênico como ela mesma fala.

Com relação à imagem dos políticos, pude verificar em outra entrevista como a beneficiária percebe que é tratada pelos políticos em época de eleição e a forma como é destrutada após esse período, assim como, na visão dessa entrevistada os políticos prestam mais atenção nos ricos.

Cinthia: E na sua opinião assim, quem merece ter mais atenção no governo? Pra quem que o governo tem que olhar mais assim? Ai tem que olhar pra esse tipo de pessoa, por tal, tal, tal motivo.

Entrevistada: Vichi, nem eu sei explica isso, que o governo se você for presta bem a atenção, eles dão mais atenção pra quem tem dinheiro, e os pobres eles não dão atenção, eles faz de conta que é um cachorro. Na minha opinião é isso.

Cinthia: Você acha que é assim que eles te vêm? Eles não vêm pessoas que passam por dificuldades?

Entrevistada: Eles, são muito difícil de até falar um “oi” pro pobre.

Cinthia: Você já passou por uma situação assim?

Entrevistada: Já!

Cinthia: Se pode falar um pouquinho pra mim?

Entrevistada: Ai no lugar que eu morava né, vinha vereador passava do meu lado, às vezes fingia que nem tava vendo, eles viravam a cara pro outro lado, só vinha atrás em época de eleição só, que oferecia uma coisinha, oferecia outra, eu falei assim “ Não quero não, fio, vim atrás de mim só quando que voto, então pronto sai fora”. Cumprimenta quem tem dinheiro, quem não tem, é mais fácil eles dá um bicudo. **(Mariana, 19 anos)**

Ainda, é relevante ressaltar que Rosângela demonstra que não aceita a imagem negativa que se constrói em relação ao pobre, mencionando que ela, mesmo passando por dificuldades, é igual às pessoas que têm melhor condição de vida como é possível perceber no seguinte trecho:

Entrevistada: [...] a gente não tem o Brasil perfeito, o Brasil, tinha que te o Brasil perfeito. Pará as roubalheira, ladroeira, pensasse nas pessoas mais carentes, pensasse nas outras pessoas. Não vô fala assim, “ó moça você é melhor de estação do que eu”, não, cê é ser humana que nem eu, cê é carne e osso, cê come, eu como também, acho que tem que vê um ingual o outro, ser humano. Meu modo de pensa é assim, que Deus fez nois todos por quê? Nós somo amigos, somo irmão, somos todos, a mema carne, tudo vai fede, não tem ninguém melhor. Só porque você passa um perfume Frances, eu vô usa um do Paraguai você é melhor do que eu?” **(Rosângela, 36 anos)**

Mais uma vez podemos apreender qual é a percepção do “eu” em relação à pobreza, nesse caso específico pode se perceber que a entrevistada mesmo reconhecendo que é desvalorizada pelos outros por sua situação de pobreza, não se sente inferior, pois como ela mesma fala é igual a qualquer pessoa, pois todos são iguais, independentemente de sua situação econômica e social.

Cabe assinalar também que além das diversas humilhações que essas mulheres sofrem pelo fato de serem pobres, como Rosângela relatou, também se vêm frente à outras situações de discriminações por receberem o PBF, como é mencionado mais uma vez por Talita que se sente constrangida quando falam mal do PBF.

Cinthia: Você conhece casos assim de pessoas que trabalham, tem uma condição de vida boa e mesmo assim recebem?

Entrevistada: Os outros ainda tiram sarro que quanto mais filhos você tem, mais dinheiro você recebe. “Eu recebo tanto de dinheiro eu tenho tanto, uma renca de filho”. “Nossa, mas pra que fazer uma renca de filho?”, eu ouvi uns comentarem que fulano faz um monte de filho pra consegui o Bolsa Família, porque não precisa de trabalha então pega o dinheiro do Bolsa Família. **(Talita, 30 anos)**

No trecho acima é interessante perceber que o fato do benefício ser variável e, muitas pessoas não saberem como funciona exatamente o programa, até mesmo as beneficiárias, faz com que se perpetue a ideia de que as beneficiárias poderiam se “encostar” no governo, já que, quanto mais filhos, maior será o benefício. Entretanto quando compreendemos o funcionamento do programa, assim como se calculam os valores dos benefícios, é possível perceber que mesmo o benefício sendo maior para famílias com mais filhos, ainda assim não é possível que essas famílias consigam suprir todas as necessidades básicas somente com o dinheiro do programa, e assim se tornem “acomodadas” ou “encostadas”, pois o valor do benefício é muito baixo.

A discussão sobre o valor que cada família recebe está muito presente em todas as entrevistas, sendo constantemente ressaltado pelas entrevistadas que elas desconhecem o motivo de uma família com um ou dois filhos receberem um benefício maior que uma família com três ou mais filhos, ou quando duas famílias com a mesma quantidade de filhos recebem valores diferenciados.

Essa situação de desconhecimento sobre o funcionamento do programa acaba por estigmatizar de certa forma as beneficiárias, como mulheres interesseiras que querem ter cada vez mais filhos para receber um benefício cada vez maior, mesmo sabendo-se que a taxa de natalidade entre as mulheres pobres tem diminuído mais que o resto da população como muitas pesquisas demostram, entre as quais de Simões e Soares (2012), Portal Brasil (2015).

Nesse caso é possível perceber que o fato das pessoas não terem pleno conhecimento sobre como funciona o PBF faz com que tenham julgamentos errados sobre o valor recebido por cada família, levando as beneficiárias muitas vezes a se sentirem injustiçadas por receberem valores que consideram inferiores ao que deveriam receber.

O valor que cada família recebe é composto pela soma de diferentes tipos de benefícios previstos no PBF. Os vários benefícios presentes no programa estão vinculados à composição familiar (número de pessoas, idades, presença de gestante e nutriz, etc) e da renda familiar *per capita*.

Desse modo, existe o benefício básico no valor de R\$ 85,00 direcionado a famílias extremamente pobres, que possuam uma renda *per capita* de até R\$ 85,00.¹² Também existem

¹² Os valores dos benefícios apresentados nessa pesquisa estão atualizados de acordo com o reajuste feito pelo Governo Federal em julho de 2016. Entretanto, à época das entrevistas o valor do benefício básico era de R\$

os benefícios variáveis no valor de R\$ 39,00 cada um, podendo ser acumulado até cinco benefícios desse tipo, que se referem às seguintes situações:

- Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade;
- Benefício Variável Vinculado à Gestante: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. O pagamento de nove parcelas mensais. O benefício só é pago se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.
- Benefício Variável Vinculado à Nutriz: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. Pagamento de seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Existe também um benefício variável no valor de R\$ 46,00, que é vinculado aos adolescentes, podendo ser acumulado até dois benefícios desse tipo. Esse benefício é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes.

Já o benefício para Superação da Extrema Pobreza, é calculado individualmente para cada família, e é pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. O valor do benefício é calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa. (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016)

77,00 para famílias com renda *per capita* de até R\$77,00 e os benefícios variáveis eram no valor de R\$ 35,00 para famílias com renda *per capita* de até R\$ 154,00.

Como é possível perceber não é tão simples compreender claramente como funciona o cálculo dos valores dos benefícios concedidos às famílias, pois os diversos tipos de benefícios estão vinculados a diferentes variáveis (filhos, renda, idade, renda *per capita*).

Outro aspecto também vinculado às crianças e presente em uma entrevista também se relaciona com o que as outras pessoas pensam de quem recebe o PBF. De acordo com a seguinte entrevistada, Fernanda, as pessoas acham que o governo tem criado futuros “vagabundos”, que no caso seriam os filhos das beneficiárias, pois ao crescerem conscientes de que recebem uma renda sem precisar trabalhar estes se transformariam em sujeitos que futuramente iriam querer viver à custa do governo.

Fernanda mora no fundo da casa de sua cunhada com seus 2 filhos, veio de Belém do Pará há cinco anos e recebia o benefício há sete anos. Seu benefício foi cortado em fevereiro de 2015, há seis meses, na época da entrevista.

Cinthia: Assim na sua opinião, o que você acha dessas pessoas que tem condição de vida, que estão empregadas, que tem uma vida boa, que tem condições financeiras né, o que você acha que essas pessoas pensam de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Eles pensam que, eles pensam assim... tipo tá... que criança não pode trabalha né, e eles diz que o governo tá criando vagabundo.

Cinthia: Criando vagabundo?

Entrevistada: É que a criança vai crescer e vai virar um vagabundo. Não pode trabalhar, fica recebendo o dinheiro do governo e vai virar um vagabundo.

Cinthia: Nossa, é isso?

Entrevistada: Ah o que eu já ouvi fala e muito, foi isso. **(Fernanda, 30 anos)**

Na fala acima é possível verificar que, de acordo com a percepção dos “outros” o PBF tem favorecido que as crianças não precisem ter uma atividade que auxilie o disciplinamento das mesmas, para assim, possibilitar que futuramente estejam preparadas adequadamente para ingressar no mercado de trabalho.

Com relação ao que outras pessoas que também passam por dificuldades pensam de quem recebe o PBF, isto é, a concepção de pobreza para os “outros”, nesse caso, pobres que

não participam do programa, cinco entrevistadas relatam que isso desse ser percebido pelos outros como uma injustiça, ou seja, de acordo com as beneficiárias quem também é pobre e está dentro dos requisitos para participar do programa e não consegue o benefício, se sente injustiçado. Nove entrevistadas não souberam me dizer o que pensavam sobre o que outras pessoas que também passam necessidades pensam sobre quem recebe o PBF.

Outra entrevistada disse que as pessoas que também passam por necessidade e precisam do benefício, mas não recebem, acham que é mixaria do governo e que as beneficiárias são aproveitadoras, como é possível perceber na fala de Mariana:

Cinthia: [...] o que que você acha das pessoas que não recebem o Bolsa Família, mas que também passam por dificuldades, o que que você acha que elas pensam de quem recebe?

Entrevistada: Ai tem muita gente que acha que como a gente recebe o Bolsa Família, a gente quer aproveita, dessas coisa assim. Ai tem gente que tem muito orgulho com isso.

Cinthia: É mais me explica só direito, são pessoas que não recebe, e que tem condição de vida assim, ou que mesmo não tendo condição de vida...

Entrevistada: Mesmo não tendo, ainda fica falando mal.

Cinthia: Fica falando mal, fica falando o que?

Entrevistada: Ai fala que é coisa do governo, é coisa veia, mixaria.

Cinthia: Que é mixaria, eles falam que é mixaria?

Entrevistada: Tem gente que fala. Tem gente que precisa mais não vem atrás, que diz que é mixaria do governo. **(Mariana, 19 anos)**

Já de acordo com Rosângela, é possível perceber que existe uma ideia ainda mais pejorativa sobre o que pensam as pessoas que também são pobres, mas não recebem o PBF:

Cinthia: E o que que você acha assim, de pessoa que passa dificuldade também, e que não consegue o Bolsa Família, o que que você acha que eles pensam de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Que a gente é covarde.

Cinthia: Covarde! Mas por quê?

Entrevistada: Porque a gente luta por um direito da gente, e eles não têm capacidade. Eu acho que é pessoa fraca de cabeça, pessoa fraca de memória, porque eu luto, não é por mim, é pro bem dos meus filhos. **(Rosângela, 36 anos)**

Como todas as entrevistadas me disseram, elas conhecem muitas pessoas que precisam desse benefício e não conseguem, enquanto existem outros que não precisam, mas que recebem. Abaixo são alguns exemplos:

Cinthia: Mas assim, o que você acha que as pessoas que não recebem o Bolsa família, mas que precisa dele, pensa de quem recebe? Você entendeu? Pessoas que também precisa, mas não tá recebendo, o que você acha que elas pensam de quem recebe?

Entrevistada: Às vezes eles falam assim, que tem gente que não precisa e recebe, e quem precisa não tem. Porque eu também já falei isso. **(Cibelle)**

Cinthia: O que que você acha das pessoas que não recebem o Bolsa Família, mas que precisam do Bolsa Família, o que que você acha que elas pensam de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Uma injustiça, porque tem muita gente que não precisa e tá recebendo. A partir do momento que você tá trabalhando, você tem você não precisa mais... eu tirei por mim, entendeu... então você não precisa mais, então dá prioridade praquela pessoa que tá precisando no momento né, mas é muito difícil né, as pessoas não pensa dessa forma. Eu tive aqui e a mulher falou que tem um programa aqui que eu num sei qual que é, que quando a pessoa tá passando dificuldade fica três anos, e nesse momento eu tava precisando, só que ela falo que não podia pôr eu, porque tem várias pessoa que tá e você num pode tira, a pessoa fica três anos... então quer dizer... **(Fátima, 30 anos)**

Entrevistada: Eu acho que elas acham que tá sendo injusto com ela.

Cinthia: Injusto?

Entrevistada: Porque tá precisando e tem pessoas que precisa realmente e não conseguem ou conseguem e recebem muito pouco que não dá pra nada. **(Josiane, 24 anos)**

Em todas as entrevistas pude constatar que as beneficiárias gostariam que houvesse uma melhor fiscalização sobre as famílias participantes do programa, sugerindo inclusive,

várias delas, que houvesse uma visita da assistente social às casas, para constatar desse modo, quem realmente precisa do PBF.

É interessante notar que mesmo as entrevistadas que percebem o PBF como direito, também fazem essa cobrança de fiscalização, e dizem conhecer pessoas que precisam e não recebem o benefício, o que nos indica que o programa está inserido numa lógica de políticas contributivas, ou seja, mesmo sendo percebido como um direito delas e de seus filhos, as beneficiárias colocam o PBF na esfera do merecimento, da contribuição, onde deve receber quem merece, quem contribui de alguma forma sendo honesto, correto, cumprindo com as condicionalidades, utilizando o dinheiro de forma correta. Nessa perspectiva o PBF é percebido como um direito que cumpre uma justiça social de recompensar quem merece receber esse benefício.

Outro aspecto importante também para se analisar é o fato de que as beneficiárias ao colocarem o PBF na lógica do merecimento podem acabar de certa forma corroborando as imagens depreciativas que os “outros” possuem sobre elas, uma vez que ao afirmarem que tem direito somente quem merece, quem está moralmente apto a receber o benefício, elas acabam por afirmar também que quem não recebe, ou recebe “irregularmente” são aqueles que são considerados os pobres vagabundos, preguiçosos, etc.

Dito de outra forma, as beneficiárias ao perceberem o PBF como um direito ou um favor que deve ser concedido somente para quem “merece”, acabam por interiorizar e reproduzir a ideia de que só deve receber os pobres que são honestos, justos, certos, ou seja, as beneficiárias acabam por ratificar a ideia de que os pobres são vagabundos, preguiçosos, bandidos, uma vez que elas se colocam como pessoas que são honestas em contraposição com o resto que é desonesto.

Conforme pude verificar na análise das entrevistas, receber o Bolsa Família está envolvido em uma série de percepções que estigmatizam suas beneficiárias, fazendo com que tenham que passar por situações de preconceito, e enfrentem a realidade de além de serem pobres, serem também beneficiárias de um Programa de Transferência de Renda.

Outro aspecto relevante a se mencionar se refere à opinião das entrevistadas sobre outras beneficiárias, ou seja, a concepção de pobreza a partir do ponto de vista do “nós”. Sempre quando perguntadas o que achavam das outras pessoas que recebiam o PBF, o assunto era desviado, sempre fazendo menção que o benefício é bom, que ajuda muito, mas

somente em um dos casos (Roseli) foi possível verificar diretamente a sua opinião sobre outras beneficiárias. Nas seguintes falas é possível perceber o que as entrevistadas respondem quando perguntadas sobre o que acham de outras beneficiárias:

Cinthia: Agora na sua opinião, o que você acha de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Ah, eu fico alegre com quem recebe né, porque ajuda. Eu só num gosto de quem recebe pra fazer coisas que num... que não é importante. Que deixa os filho talvez até de lado, pra pode curtir com o dinheiro, beber, sair, enquanto as criança precisa daquele dinheiro. Eu acho assim que eles dão porque tem filho e precisa né, as criança precisa daquele dinheiro né. **(Cibelle)**

Cinthia: E o que você acha das pessoas que recebem o Bolsa Família, sua opinião como recebedora do Bolsa Família?

Entrevistada: Quem recebe, eu acho que todas as pessoas que recebem são pessoas digna, que luto pra tá onde eu... onde ela tá, sendo humilhadas tem horas, humilhado pras pessoas, porque é uma enrolação é, porque papel, vai pra Brasília, vai não sei pra onde. **(Roseli, 36 anos)**

Nas duas falas acima é possível perceber que as entrevistadas falam o que pensam sobre quem recebe o PBF, sendo que, a primeira entrevistada fica feliz por quem recebe, mas ressalta que existem pessoas que utilizam o dinheiro do programa de forma considerada errada por ela. Já a segunda entrevistada diz que outras pessoas que recebem o benefício são pessoas dignas que passam por humilhações no momento de pedir o benefício.

As demais entrevistadas respondem de forma menos clara o que pensam sobre outras beneficiárias, como podemos ver nas seguintes falas:

Cinthia: E agora a sua opinião o que que você acha de quem recebe o Bolsa Família, de todo mundo que recebe?

Entrevistada: Olha de alguns precisam né, tem alguns que precisam mesmo, tem uns que não precisam mesmo, e só querem tirar de quem precisa. **(Clara, 22 anos)**

Cinthia: E agora assim, oque que você acha de quem recebe o Bolsa família?

Entrevistada: Eu acho bom. Eu gosto. **(Débora, 24 anos)**

Cinthia: Então agora você, o que você acha de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Ó tem gente que precisa, mas tem gente que num precisa e mente que tá precisando. **(Fátima, 30 anos)**

Cinthia: O que que você acha de quem recebe o Bolsa Família?

Entrevistada: Não sei responde. **(Fernanda, 30 anos)**

Cinthia: E você o que você acha de quem recebe o bolsa família. Você como uma beneficiária o que que você acha?

Entrevistada: De quem recebe... Bom. Pra mim é bom. Pra mim me ajuda.

Cinthia: Ah tá certo.

Entrevistada: Poderia até aumentar um pouquinho mais. **(Josiane, 24 anos)**

Uma hipótese surge a partir da omissão dessas entrevistadas que não sabem dizer claramente o que acham das outras beneficiárias: será que por conhecerem a imagem desvalorizada que os “outros” têm sobre quem recebe esse benefício, elas de certa forma acabam por incorporar esse discurso e não se sentem à vontade para falar de outras beneficiárias, pois de certo modo acreditam que nem todos os pobres são honestos, corretos, justos e guerreiros?

Na fala das entrevistadas é muito comum perceber que elas sabem definir o que outras pessoas pensam sobre quem recebe o PBF e sobre o que é ser pobre. Entretanto, elas mesmas não apresentam uma definição tão específica sobre essas condições, demonstrando que em seu imaginário mesmo estando na posição de beneficiárias elas não se percebem enquanto sujeitos com características negativas do “ser pobre”, mesmo sabendo quais são os sentidos

pejorativos que os outros constroem sobre “o pobre que é beneficiário de um programa social”.

O que se evidencia é que as beneficiárias sabem definir o que é pobreza para elas mesmas, que é diferente do que os “outros” pensam, mas as entrevistadas não têm clareza para falar da condição de pobreza para as outras beneficiárias. Nesse sentido, elas não conseguem definir uma consciência comum de pobreza para o “nós beneficiárias”, pois sua concepção de pobreza é diferente tanto da noção dos “outros” que não recebem o benefício, quanto dos “outros” que recebem o benefício.

Dessa constatação podemos aferir que as beneficiárias ao se afastarem da ideia do “nós” enquanto um todo, acabam por fazer com que elas não se mobilizem enquanto sujeitos que devem fazer valer seus direitos, dificultando melhorias para o programa no qual participam.

É interessante lembrar que há três anos, houve boatos de que o PBF acabaria. A situação que se passou nos bancos da Caixa Econômica Federal, responsável por pagar os benefícios, foi calamitosa. Todos os beneficiários do PBF correram para os bancos na tentativa de retirar o benefício antes que fosse bloqueado ou cancelado. Essa situação nos mostra que mesmo sem existir uma organização direta entre as beneficiárias do PBF, em determinadas circunstâncias essas mulheres se mobilizam para não deixar que seu benefício seja retirado.

O que se pode verificar é que nas diversas situações em que essas beneficiárias relatam que sofreram algum tipo de discriminação ou humilhação, o que fica claro é que elas se classificam como sujeitos honestos, corretos, justos, que batalham diariamente, que lutam com dificuldade, mas que são pessoas certas. Nesse sentido, é possível aferir que mesmo reconhecendo as imagens negativas associadas à figura do pobre pelos outros, essas beneficiárias não se incluem nessas classificações, mas sim ressaltam a sua honra e honestidade, o que acaba por nos indicar que existe uma oscilação entre os “pobres honestos”, e os “pobres malandros”, entre aqueles que merecem ou não a ajuda do governo, entre aqueles que têm direitos e os que não têm.

Dessa forma, o que se constatou é que as imagens negativas e desvalorizadas dos “outros” em relação às beneficiárias são conhecidas pelas mesmas, entretanto, a imagem que elas mesmas têm de si enquanto pessoas pobres e beneficiárias são diferentes, entrando em

cena qualidades como honra, honestidade, justiça, para se descreverem, demonstrando, portanto, que as beneficiárias variam em seu imaginário entre as imagens negativas e positivas do ser pobre, de acordo com a posição de quem fala.

Já com relação ao que as entrevistadas pensam de quem faz parte do PBF, o que se coloca é uma hipótese de que ao perceberem a desvalorização da imagem do pobre frente à sociedade, elas não se sintam à vontade para falar o que pensam sobre as outras beneficiárias, ou também podem reconhecer até certo ponto que realmente o que os “outros” pensam é verdade, sem deixar de ressaltar que elas não são iguais às outras beneficiárias.

2.3.3 Mudanças objetivas na vida das beneficiárias

Na terceira dimensão da pesquisa o que nos interessou perceber foi se as mudanças objetivas na vida das beneficiárias a partir do recebimento do benefício proporcionou que elas passassem a se sentir mais incluídas socialmente através da circulação em diferentes locais, construindo novas redes de sociabilidade e consumindo determinados bens. Cabe ressaltar que o que se buscou compreender não foi propriamente as mudanças ocorridas na vida dessas beneficiárias, mas sim observar se a partir dessas mudanças foi possível que essas mulheres se sentissem mais incluídas socialmente.

É importante salientar que o PBF possibilitou para as beneficiárias através da transferência monetária, um maior consumo de determinados bens, entre os quais se destacam roupas, sapatos e brinquedos para os filhos, bem como a circulação por espaços de lazer. Podemos perceber nas seguintes falas das entrevistadas que o benefício ajuda com que elas possam se locomover nos transportes públicos da cidade, e possam comprar coisas para dentro de casa.

Cinthia: E fala um pouquinho assim de você como beneficiaria, desde que você passou a receber o Bolsa Família, você sentiu que teve alguma mudança? Assim é, por exemplo: na sua casa você conseguiu comprar mais coisas, pode passear mais ou visitar parentes quando você precisa? Assim, alguma mudança na sua vida depois que você começou a receber o Bolsa Família ou não, continuou igual?

Entrevistada: Não, mudou porque antes eu tinha que usar o cartão da minha mãe pra ir para a cidade, hoje não, quando eu tava recebendo não, porque aí do dinheiro do Bolsa Família eu colocava no cartão para ir para o médico, eu vou para a Unicamp e comprar as coisas para as crianças, por que a menina você já viu quer um Shampoo da Barbie e tal... eu vou lá e compro né, agora eu não recebi, não consegui receber as crianças ficam me pedindo e como é que vou comprar eu não tenho condições. **(Marcela, 30 anos)**

Entrevistada: Não, assim... mudou sim, mas um pouco. Não muito, mas mudou.

Cinthia: Mudou no que?

Entrevistada: Eu tenho mais dinheiro pro lanche deles, é..., se eles que ir em algum lugar, a gente marca aquela data do Bolsa Família.

Cinthia: Ah que legal.

Entrevistada: Se eles que uma roupa, já ficou diferente, já posso até dá uma muda pra cada um quando recebo o Bolsa Família. Então teve muita mudança, pra mim mesmo teve. **(Cibelle)**

Entrevistada: Não, melhorou mais. Dá pra compra agora o que eu não podia compra.

Cinthia: É, tipo o quê? Você pode falar?

Entrevistada: Assim, igual assim eu não tinha nada dentro da minha casa, de móvel assim... (risos) Hoje eu já tenho. **(Alciane, 34 anos)**

Num estudo realizado junto às beneficiárias do PBF em Campinas Cunha e Pires (2015) analisam a forma como o dinheiro do programa é incorporado simbolicamente pelas beneficiárias, assim, como os usos que são percebidos pelas mesmas como certos ou errados.

De acordo com os autores, foi possível verificar que existe uma moralidade na forma como o dinheiro é usado pelas beneficiárias, que está vinculado ao fato de se tratar de um dinheiro feminino, e, portanto deve ser gasto com os filhos primordialmente, para comprar roupas, sapatos e alimentos, sendo também correto gastar com as necessidades para a casa, como pagar as contas de luz, água, aluguel, só que em um grau menos valorizado. Já a forma

incorreta seria para uso próprio das beneficiárias, para comprar perfume, esmaltes, arrumar os cabelos, sendo ainda mais errado o gasto para manter vícios de drogas, cigarros e álcool.

Dessa forma, é possível perceber que pelo dinheiro do PBF se tratar de um dinheiro feminino, ele está vinculado a gastos com os filhos e com a casa, o que pode de certo modo explicar porque as mudanças objetivas na vida das beneficiárias não são concebidas como significativas, e nem como atingíveis já que os gastos estão vinculados intrinsecamente com a esfera doméstica, não sendo considerados outros gastos como, por exemplo, no âmbito do lazer.

Mesmo sendo possível perceber que ocorreram mudanças objetivas na vida dessas mulheres, através do consumo de determinados bens e de uma maior mobilidade, pude verificar que essas mudanças não podem determinar transformações sobre a imagem desvalorizada dos pobres quando colocamos o escopo dos direitos de igualdade, sendo estes últimos compreendidos aqui como mudanças nas formas como essas mulheres se veem e percebem que são vistas enquanto sujeitos com voz. Dessa maneira, mesmo o benefício possibilitando significativas mudanças na vida de suas beneficiárias é difícil dizer que essas transformações tem se apresentado como determinantes na construção de um status mais valorizado para essas mulheres.

As entrevistas indicam, portanto, que as vulnerabilidades pelas quais as beneficiárias do programa passam cotidianamente faz com que as mesmas não enxerguem possibilidades positivas para suas vidas, mas sim depositem suas esperanças e sonhos em seus filhos, como iremos analisar a seguir.

2.3.4 Sonhos e Planos Futuros

A quarta dimensão de análise consiste em averiguar através dos sonhos e planos futuros das beneficiárias como elas percebem sua vida, se elas conseguem imaginar situações futuras em que poderiam concretizar suas aspirações ou se pelo contrário as situações de pobreza em que se encontram têm influenciado essas mulheres a pensarem o futuro como algo imutável, onde as marcas das vulnerabilidades as forçam a pensar sempre na realidade

precária e desistam de sonhar e planejar coisas que acreditam serem impossíveis de se alcançar.

O que me parece é que as situações de vulnerabilidades pelas quais essas mulheres passam, fazem com que seus desejos e sonhos sejam concebidos como metas inalcançáveis, impossíveis de se concretizar. Fato disso, é que ao perguntar sobre seus sonhos e planos futuros, me deparei muitas vezes com entrevistadas chorando muito e me falando que tem muitos sonhos, mas que as dificuldades são muito grandes.

Entrevistada: Ah se eu tivesse condições eu queria uma casa pra mim pôr meus filhos, pra mim ter mais... é como é que fala... (chora). Ah eu fico até... quando eu falo... (chora), porque é tanta coisa que a gente tem vontade e que... a gente vê os filhos da gente, os filhos das outras pessoas passeando, e eles pergunta: “por que que a gente não pode fazer isso?” (chora), e a gente fica sem ter nem como responde porque é muita dificuldade que a gente passa, e então é muita coisa que a gente tinha vontade de ter. **(Cibelle, 36 anos)**

Entrevistada: Sei lá eu to... não tenho mais nem sonho, meu sonho parece que morreu...

Cinthia: Nossa, mas por que isso?

Entrevistada: Não sei... (chorou) **(Alciane, 34 anos)**

Nessas falas fica evidente que as dificuldades vivenciadas diariamente por essas beneficiárias faz com que elas se enxerguem de certa maneira como a geração perdida, que seus sonhos são uma realidade que não têm chance de se concretizar. Entretanto, pude constatar também que mesmo existindo uma grande descrença por parte de muitas beneficiárias sobre seus sonhos, o mesmo não ocorre quanto aos sonhos para seus filhos, ou seja, elas enxergam nos filhos a possibilidade da realização profissional, material e pessoal.

O que se verifica nas seguintes falas é que as beneficiárias reconhecem diferentes oportunidades para seus filhos, que elas mesmas não tiveram no decorrer de sua vida. O PBF conjuntamente com outras políticas públicas de educação como o Prouni, o Pronatec, o

Sisutec, o Fies são percebidos pelas beneficiárias como possibilidades para a geração futura, e, por conseguinte de realização de sonhos futuros para seus filhos.

Entrevistada: Isso é meu sonho deles estudarem e ter um bom estudo e, quando arrumar futuramente uma boa família né, a única coisa que eu quero é que eles sigam um caminho certo e não siga o caminho errado, porque eu ensino o caminho certo e não o errado e eu quero que eles aprendam o caminho certo. Eu não gosto de amizades, eles estando com amizades, com amiguinho não, ele tá sempre dentro de casa. “Ah mãe não tem nada para fazer”, “pega o caderno e vai estudar, tem tabuada lá, vai estudar a tabuada!”. Então o sonho meu é que eles sigam o caminho certo, e que eles façam uma faculdade que eu não pude fazer, mas se ele não puder fazer ele vai fazer uns bicos alguma coisa assim, porque hoje para pagar uma faculdade é fácil, não tá difícil pra pagar, pode pagar até parcelado em 36 vezes, se eles quiser fazer a faculdade, se eles quiser não, eles vão fazer! Porque eu vou tá... eu tenho certeza que Deus vai me dar a vida pra vê eles crescer, Deus queira que dê essa saúde pra mim até lá. **(Marcela, 30 anos)**

Entrevistada: [...] eu tenho exatamente doze meses aqui em Campinas, eu vim de Feira da Santana na Bahia, e eu vim abraça, a fartura, a família veio abraça o sonho da minha filha Vitoria que tem dezoito anos, o sonho dela é entrá na Unicamp, é fazê engenharia química. É a Unicamp, que ela tem o sonho de ser uma engenheira da Petrobras. Por uma pontuação mínima o ano passado e a gente chegou muito em cima da hora, e ela não se preparou bem pro vestibular, ela ficou fora da Unicamp ano passado, mas esse ano ela vai insisti de novo, mas, ela conseguiu bolsa na Unip cem por cento, pra fazer engenharia mecânica na Unip, bolsista, cem por cento. E a gente tá lutando contra tudo e contra todos.” **(Franciele, 43 anos)**

Outro aspecto que me chamou a atenção também são as redes de sociabilidade das entrevistadas com igrejas, católicas e evangélicas, que ajudam com cestas básicas, nas contas de água e luz, das beneficiárias. Conforme pude aferir nas entrevistas a participação em cultos religiosos e também nos projetos que as igrejas oferecem para os filhos das beneficiárias formam uma importante rede de ajuda para essas mulheres, que acabam recorrendo às igrejas para receber ajuda, quando necessário.

Cinthia: E lá no seu bairro, como é que é lá? Tem bastante amizade no seu bairro? Seus parentes eles moram próximos e como é que é lá quando você precisa de ajuda quem é que te ajuda?

Entrevistada: Quando eu preciso de ajuda lá é a igreja, a igreja católica.

Cinthia: Você participa lá?

Entrevistada: Ela (filha) participa de um programa que chama... aí como que chama... que faz todo o mês a pesagem da criança. É da igreja mesmo, é da igreja católica, aí ela fala né “tá precisando disso? O que você tá precisando”, aí eu falo “eu tô precisando de uma cesta básica e tudo...” aí quando acaba ali daqui umas duas semanas elas já ligam lá na minha mãe e elas falam “ó fala pra Marcela vir buscar a cesta porque a cesta tá aqui.”
(**Marcela, 30 anos**)

Na fala acima é possível verificar a importância que essas redes de solidariedade têm na vida dessas beneficiárias. Em se tratando de entidades religiosas, o que se constata é que além da relevância religiosa existe também uma importância prática na vida dessas mulheres que recebem ajuda dessas instituições.

O que se verificou com relação aos sonhos e planos futuros dessas beneficiárias é que existem três tipos de situações: primeiramente das mulheres que não têm sonhos nem planos para elas e nem para os filhos, pois não enxergam nenhuma possibilidade de melhora em suas vidas, é o caso de uma entrevistada; a segunda situação é de mulheres que possuem o sonho da casa própria, como forma de melhora de vida para ela e sua família, caso de nove entrevistadas; e a terceira situação é a de mulheres que têm sonhos e planos para elas mesmas e para seus filhos, como a faculdade e empregos bons, apesar de muitas acreditarem que elas (beneficiárias) são a geração perdida, e seus filhos têm mais oportunidades, caso de seis entrevistadas.

No geral, não pude verificar nessas situações nenhuma característica marcante, seja no nível de escolaridade ou na inserção ou não no mercado de trabalho que explique essas perspectivas de futuro para as beneficiárias. Somente no primeiro caso, a entrevistada que não tem sonhos para os filhos e nem para ela, pode ser explicado pelo fato de que a mesma sofre violência doméstica do ex-companheiro, e esse deve ser o motivo pelo qual não consegue imaginar um futuro melhor para ela e para suas filhas, pois em seu cotidiano somente vivencia a situação de pobreza e violência.

CAPÍTULO 3 - Uma análise comparativa dos estudos sobre o PBF

Nesse capítulo faremos uma análise comparativa dos resultados encontrados nessa pesquisa, com demais estudos realizados junto às beneficiárias do PBF resguardando os diferentes objetivos e características de cada trabalho.

O que se objetivou através dessa análise comparativa é verificar como os resultados apontados nessa pesquisa se relacionam com as conclusões de outros trabalhos que privilegiaram a visão de quem participa do programa, verificando de forma específica quais são as representações de pobreza para as beneficiárias e como elas se veem e percebem que são vistas pelos outros, bem como compreender como elas percebem o programa no qual estão inseridas.

Esse capítulo encontra-se dividido em duas partes. Num primeiro momento realizaremos uma análise com outros trabalhos acadêmicos, entre os quais se destacam as pesquisas de Rabelo (2011), Cohn (2012), Ávila (2013) e Rego (2013), que de forma variada analisaram as opiniões e representações sobre o que as beneficiárias do PBF pensam sob diferentes enfoques.

Posteriormente iremos analisar algumas pesquisas que enfatizaram o que a população em geral pensa sobre o PBF, sobre seus beneficiários e sobre a pobreza. Nessa parte o que interessou observar é se a forma como as próprias beneficiárias se veem e percebem que são vistas está em concordância ou discordância com o que essas pesquisas indicam. Buscamos verificar as afinidades, semelhanças e discrepâncias entre os estudos já realizados entre as beneficiárias do PBF e os resultados dessa pesquisa.

Apreender a forma pelas quais as beneficiárias percebem o PBF, assim como, os sentimentos, avaliações e percepções sobre seu pertencimento ao programa é o que nos interessa nesse capítulo. O que nos importou observar é como as beneficiárias se apropriam do PBF em suas vivências, compreendendo os sentidos e significados de participar dessa política pública, assim como a apropriação das beneficiárias com relação aos efeitos gerados pelo programa em alguns conceitos correlatos, tais como, a pobreza, os direitos e a cidadania.

3.1 O Programa Bolsa Família: uma análise comparada

Rabelo (2011) realizou um trabalho que teve por objetivo analisar em que medida o PBF contribuiu para a construção de relações sociais mais igualitárias, percebendo se houve mudanças no reconhecimento social das beneficiárias desse programa. A autora pretendeu, a partir da análise sobre como as beneficiárias participam e se apropriam do PBF, compreender se esse programa possibilita um reconhecimento social de seus participantes, consistindo em uma “cidadanização” dos mesmos.

Para realizar a análise sobre as diferentes representações do PBF para suas beneficiárias, Rabelo (2011) partiu da hipótese de que o programa se constitui como um propulsor de “cidadanização” das famílias beneficiadas, promovendo um (auto) reconhecimento social das mesmas, se aproximando de desfrutar de uma condição de igualdade, mesmo com pequena abrangência das dimensões da cidadania. No seguinte trecho é possível perceber qual é a definição de “cidadanização” utilizada pela autora:

Assim, o PBF será analisado, nesse estudo, como um possível instrumento de cidadanização, definida essa como uma progressiva aproximação de uma igualdade simbólica e material, aqui compreendida, de acordo com Frazier, através do reconhecimento e da redistribuição. (RABELO, 2011, p. 21)

O interesse da autora sobre a representação do PBF para as beneficiárias está relacionado à compreensão da identidade que os participantes dessa política social constroem a partir do fato de pertencerem ao programa. Como destaca Rabelo (2011) o que interessa é entender qual identidade se constitui entre os recebedores do BF, levando em consideração as identidades que já o caracterizam e que são introjetadas pela sociedade, como por exemplo, ser pobre, ser trabalhador, ser vagabundo.

Usualmente, o beneficiário de um programa de transferência de renda, já tem, por definição, uma identidade de pobre e /ou de desempregado, antes mesmo de ser identificado como beneficiário. Mas, a partir do momento de ingresso no programa, soma-se, àquela, uma identidade de alguém que “recebe”, que “ganha” um rendimento para o seu sustento. Mas, ele não vivencia apenas esta “faceta” do Programa (de “ganhar” um benefício); ele

também tem obrigações a cumprir. Quão humilhante é receber um dinheiro “de graça”? E, da mesma forma quão humilhante é ter que prestar contas sobre o encaminhamento da própria vida (o respeito às condicionalidades)? Ou, diversamente, quão desesperador é, sendo um cidadão, não poder sustentar a si e a sua família e, ao mesmo tempo, não receber qualquer suporte social e governamental? (RABELO, 2011, p. 23)

A partir do objetivo geral da pesquisa que é compreender as representações do PBF para as famílias beneficiárias e perceber se o programa favorece ou não uma cidadanização de seus participantes é que Rabelo (2011) observou diferentes impactos de cidadanização nos dois grupos que analisou (inseríveis e não-inseríveis¹³), observando atentamente como se constitui a relação entre as beneficiárias e o PBF, percebendo quais são as identidades que se forjam na relação das mulheres com essa política pública, como é possível perceber no seguinte trecho:

Ser parte (beneficiário) de uma política pública implica em *colocar-se em uma nova relação* para a qual se institui uma identidade, uma forma de existir (na relação), conformando uma dimensão *identitária*, que orientaria os modos de ação voltados para a obtenção do benefício. Afinal, o beneficiário *se apresenta* para receber o benefício (independentemente, aqui, de quão necessitado ele é, já que o Programa não é obrigatório). Por mais que ele já esteja segregado, precarizado, agora é ele que se coloca como “candidato a beneficiário”, o que é diferente. Ou seja, encontra-se implícito aí algo como “*eu preciso*”; ou “*eu mereço*”; ou “*eu quero*”; ou “*a sociedade me deve*”; ou “*é obrigação do governo*”, etc. (grifos da autora, RABELO, 2011, p. 24)

É relevante perceber no trecho acima que as beneficiárias se colocam em uma relação com o PBF que defini sua identidade, o que acaba por revelar a forma como elas concebem o próprio programa e como elas se percebem dentro dessa relação. Podemos perceber que, fazer parte de um programa como o PBF acaba por definir uma identidade particular às beneficiárias, que soma-se às demais identidades que já possuíam, e a forma como se constrói a relação entre as beneficiárias e o programa, desde o momento de seu cadastramento junto

¹³ Com relação aos grupos de análise construídos por Rabelo (2011), foram utilizados dois critérios para fundamentar a categorização dos grupos de beneficiárias inseríveis e não inseríveis. Os critérios de construção dos grupos se referem à trajetória educacional e ocupacional das beneficiárias, e à possibilidade ou não de sua (re) inserção no mercado de trabalho.

aos gestores até sua inserção no programa, são aspectos relevantes que irão influenciar a forma como esta nova identidade será forjada.

Rabelo (2011) analisa se as beneficiárias do PBF sofrem algum tipo de preconceito ou estigmatização por fazerem parte dessa política pública. Como a autora ressalta em seu trabalho, muitos meios de comunicação, desde o início da implementação do programa, têm realizado duras críticas ao programa, promovendo também uma desinformação da população sobre como este funciona ao não informarem os valores dos benefícios, contribuindo dessa forma para que preconceitos e discriminações com os beneficiários desse programa se reitem.

Conforme ressaltou Rabelo (2011), as beneficiárias do PBF enfrentam diversos tipos de preconceito. É possível verificar através da análise da autora que as beneficiárias percebem que sofrem preconceito pelo fato de participarem do PBF, assim como outros tipos de discriminações de classe e de cor, de frequentarem locais que não se sentem à vontade de ir como “shopping centers”, ou preconceito com o lugar em que vivem, que muitas vezes é considerado perigoso e de “má fama”.

De acordo com Rabelo (2011), a maioria das beneficiárias não relatou que vivenciaram elas próprias situações de preconceito, com exceção de quatro mulheres, que dizem ter passado por experiências de discriminação pelo fato de serem beneficiárias do PBF. Nas entrevistas que a autora analisou, o preconceito se deve ao fato das pessoas perceberem que o governo não tem obrigação de fornecer esse benefício e de que quem recebe esse benefício não irá precisar ou querer trabalhar mais.

Podemos perceber que a forma como as beneficiárias percebem que são vistas pelos outros no trabalho de Rabelo (2011) também é confirmada pela presente pesquisa, uma vez que, as beneficiárias percebem o peso negativo que carregam por serem pobres e beneficiárias do PBF, por serem consideradas preguiçosas, vagabundas, que não querem trabalhar, pois, recebem a ajuda do governo.

Também pudemos verificar como já analisamos no capítulo 2, as imagens negativas que envolvem as beneficiárias do PBF, reiterando muitas vezes as representações do pobre que seria vagabundo, preguiçoso, bandido, do pobre coitado que depende da ajuda do Estado, do pobre que é morto de fome, que é fraco, responsabilizando muitas vezes as pessoas por sua

situação de vulnerabilidade, e deixando de lado as implicações estruturais que são responsáveis pela questão social.

Esta fala (entrevista analisada) expressa claramente a luta cotidiana contra a estigmatização, que vem de todos os lados: cobra-se o tempo todo da beneficiária que ela trabalhe e ela responde, o tempo todo, que, de fato, *quer* trabalhar, mas não tem oportunidade. Ou seja, o pobre é responsabilizado por não aproveitar oportunidades que, para eles, efetivamente não existem. (RABELO, 2011, p. 192)

Também foi possível verificar no trabalho de Rabelo os preconceitos contra os filhos das beneficiárias. De acordo com o relato das entrevistadas seus filhos são considerados sujos, “mortos de fome” e dependentes do governo.

Com relação à forma como as beneficiárias se veem Rabelo (2011) assinala que as entrevistadas lutam contra os estigmas que lhe são impostos pela sociedade, demonstrando que existe uma autonomia na forma como as beneficiárias se veem independente da forma como elas percebem que são vistas pelos outros. No seguinte trecho é possível perceber como se dá a luta contra o estigma:

É necessário diferenciar *sofrer* o estigma de *aceitar* o estigma que lhe é imposto. As beneficiárias “lutam” contra os estigmas mostrando seus esforços, sua dedicação, os obstáculos que devem superar. O problema é que sua própria condição subalterna faz com que suas “vozes” não sejam ouvidas e elas sejam “faladas” por outros (em geral, de forma estigmatizante). (grifos da autora, RABELO, 2011, p. 194)

O trecho acima corrobora a oscilação entre as imagens negativas e positivas do “ser pobre” já assinalado no capítulo anterior. É possível verificar na citação que mesmo reconhecendo que outras pessoas vinculam a pobreza a imagens negativas, as beneficiárias ressaltam que elas são pessoas honestas, corretas, justas, que são diferentes das representações que a sociedade tem de quem é pobre, demonstrando que as beneficiárias em seu imaginário possuem uma alternância na forma como elas definem o que é ser pobre, e confirma a questão da autonomia verificada por Rabelo (2011) em que as beneficiárias não aceitam passivamente serem humilhadas e estigmatizadas.

Rabelo (2011) ressalta em sua pesquisa que as beneficiárias falam entre si sobre o programa, inclusive algumas das entrevistas que realizou foi por indicação de entrevistadas que conheciam outras beneficiárias e indicaram para a pesquisa. A autora afirma que muitas beneficiárias se sentem “espertas” por conseguirem receber o benefício, já que o mesmo não está disponível a todos que se encontram dentro dos requisitos, dessa forma, conseguir ultrapassar as barreiras para participar do programa é comemorado.

Entretanto, na análise das entrevistas que realizei pude constatar que as beneficiárias não falavam com frequência entre elas sobre o benefício. Quando perguntadas se alguém sabia que elas recebiam o PBF, me respondiam que muito poucas pessoas sabiam, na maioria das vezes somente a família, o que me chamou a atenção, pois no momento em que elas chegavam no CRAS para serem atendidas, enquanto esperavam pude presenciar que muitas falavam abertamente o motivo pelo qual estavam ali, sendo que as vezes reclamavam em voz alta sobre desconhecer o motivo de seu benefício ter sido bloqueado.

O que me pareceu foi que as beneficiárias tinham resistência em falar com outras beneficiárias que provavelmente moram perto de suas casas, na mesma rua, ou no mesmo bairro, o que deixou a seguinte questão: será que o motivo pelo qual as beneficiárias não falam entre si sobre o benefício dentro do bairro onde vivem seria por medo de que outras pessoas soubessem o valor que recebem, já que o valor do benefício é diferenciado? Será medo de que outras pessoas que também se encontram dentro dos requisitos do programa, mas que não participam, reclamem com elas o motivo do por que elas recebem e eles não?

É importante salientar que mesmo o valor do benefício sendo público, já que se encontram declarados no Portal da Transparência do governo federal o benefício de todas as pessoas inseridas no programa, as beneficiárias muito provavelmente não sabem que é possível consultar os valores dos benefícios que elas e outras pessoas recebem, uma vez que, ao serem questionadas se outras pessoas sabiam que recebiam o benefício, e o valor que cada uma recebia, todas entrevistadas me afirmaram que só a família sabia sobre essas informações.

Rabelo (2011) também assinala que as beneficiárias entrevistadas têm preconceito com o próprio grupo ao qual pertencem, ou seja, reproduzem os preconceitos, estigmatizações e discriminações com outras beneficiárias através de críticas que elas realizam sobre quem merece ou não receber o benefício.

Também em minha pesquisa pude perceber essa distinção que as entrevistadas fazem entre elas e as outras beneficiárias. Mesmo não revelando exatamente o que pensam sobre as outras beneficiárias, todas as entrevistadas relataram que conhecem pessoas que não merecem, mas recebem o benefício, o que denota que elas percebem que merecem receber esse benefício enquanto outras pessoas pelos mais variados motivos (seja porque têm melhores condições de vida, seja porque utilizam o benefício de maneira considerada incorreta, seja porque não cumprem as condicionalidades, seja porque não cuidam corretamente de seus filhos) não deveriam receber.

Dessa forma, o que se pode constatar é que as beneficiárias se percebem de forma diferente das outras pessoas que recebem o PBF sem merecer, pois de alguma forma elas acreditam que façam algo diferente para merecer esse benefício, seja sendo uma boa mãe e cuidando dos filhos, seja gastando o dinheiro corretamente, seja se esforçando mais do que os outros para conseguir superar as dificuldades e falta de possibilidades que se colocam em sua luta diária.

É interessante mais uma vez assinalar que, as beneficiárias ao compreenderem o PBF na lógica do merecimento, insistem que a fiscalização é imprescindível para que o programa contemple corretamente as pessoas que precisam do benefício, e retire aquelas que não precisam.

Rabelo (2011) também ressalta que pôde perceber em suas entrevistas estratégias de distinção, conforme analisa Paugam (2003) em seu trabalho. De acordo com a autora as entrevistadas se utilizam de diferentes meios para transmitir o estigma que sofrem para outras beneficiárias, a fim de se distinguir do grupo desvalorizado ao qual pertencem.

Em minha pesquisa não pude verificar a ação de transmissão de preconceito das beneficiárias uma vez que, conforme já mencionei no capítulo anterior, as entrevistadas não evidenciaram de forma clara o que pensam a respeito de outras beneficiárias. O que pude verificar foi que as entrevistadas ao conhecerem de forma bastante consciente os discursos negativos que a sociedade tem em relação a quem participa do PBF, tentavam explicar que elas eram diferentes, colocando ênfase em qualidades pessoais e morais, como serem pessoas corretas, batalhadoras, justas e honestas.

Em um trabalho realizado por Cohn (2012) sobre o PBF, que tem como foco privilegiado a análise de cartas enviadas ao presidente Lula entre os anos de 2004 e 2006 por

beneficiários ou potenciais beneficiários do PBF, a autora busca compreender as múltiplas dimensões sociais da condição de pobreza e de extrema pobreza na vida das pessoas e na construção da cidadania no Brasil.

A autora assinala as dificuldades que o PBF enfrenta em seu funcionamento, desde a descentralização até o complicado desenvolvimento de uma “cultura de má vontade” no funcionalismo público, motivos esses que causam inúmeros problemas de comunicação entre as esferas de governo local e federal, num jogo de empurrar responsabilidades entre essas duas esferas, o que acaba por dificultar o funcionamento do programa.

Outro problema analisado por Cohn (2012) diz respeito à inserção de pessoas que participam de Políticas de Transferência de Renda anteriores ao PBF e que não conseguem ingressar no novo programa, ou então, recebem valores inferiores depois de incluídos no PBF.

Cohn (2012) analisa em seu trabalho as relações construídas pelos sujeitos e o poder público a partir de três dimensões: do direito, da ajuda e da humilhação. De acordo com a autora a dimensão do direito está atrelada a uma noção particular de cidadania no Brasil, na qual o sujeito deve provar que tem direito e que é um cidadão na sociedade.

Também pude constatar em minha pesquisa a necessidade das beneficiárias de afirmarem que elas recebem o benefício porque merecem, seja porque estão passando necessidade, seja porque são pessoas corretas, honestas, batalhadoras que não devem nada a ninguém. Nesse sentido, o que se verifica, é que existe o interesse das beneficiárias em provar que recebem o benefício porque merecem, respaldando as afirmações de Cohn (2012).

Já com relação à dimensão da ajuda presente nas cartas ao presidente Lula, Cohn (2012) assinala que as pessoas solicitam a ajuda do presidente para conseguir acesso ao PBF, e também ajuda financeira relacionada a maiores oportunidades de fontes de renda.

A dimensão da humilhação pode ser compreendida a partir do “jogo de empurra” já mencionado, pois a dificuldade que as pessoas enfrentam para conseguir realizar o cadastramento, receber o benefício, ou compreender o funcionamento do programa, acaba resultando em frustração e humilhação, pois o benefício existe, porém a impotência para conseguir ser bem atendido e recebê-lo é muito grande.

Nessa pesquisa também pudemos verificar que as beneficiárias muitas vezes eram atendidas no CRAS e saíam com as mesmas dúvidas, sem saber muitas vezes porque seu

benefício havia sido bloqueado, ou porque o valor havia diminuído. Pude constatar nas falas das beneficiárias que apesar de muitas se sentirem bem atendidas, seus problemas não eram resolvidos, e elas não sabiam o que fazer, pois não lhes era passado nenhuma informação. Diversas vezes pude presenciar as gestoras do programa informando às beneficiárias que o problema com o benefício não podia ser resolvido ali (no CRAS), pois era um problema da esfera federal então elas não podiam fazer nada, o que corrobora o que Cohn (2012) ressaltou sobre a frustração, impotência e humilhação dos beneficiários e potenciais beneficiários frente ao atendimento prestado.

Em certa ocasião, realizando meu trabalho de campo pude presenciar uma situação de desrespeito no atendimento da gestora com uma pessoa no CRAS em que realizava as entrevistas. A mulher em questão havia chegado bem cedo – por volta das oito horas - para o atendimento no CRAS, entretanto, não sabia onde era o atendimento do cadastro (pois no espaço do CRAS são realizados outras atividades e atendimentos) e por isso, ficou esperando em um local que não realizava o atendimento que precisava. Quando essa pessoa soube que estava no lugar errado foi até o local correto e explicou o que havia acontecido para a gestora. Nesse momento, a gestora lhe disse que não poderia lhe atender, pois já havia passado trinta minutos do horário marcado, voltou para a sala e ficou mexendo no celular.

A pessoa então ficou revoltada, começou a falar alto, o que fez com que a gestora voltasse para conversar com ela. De acordo com a gestora a mulher não poderia ser atendida, pois já havia passado o horário marcado, mesmo sabendo, que os atendimentos duram uma hora, e naquele momento restavam trinta minutos para essa mulher ser atendida, impossibilitando que o atendimento fosse completo. Assim, o que a gestora informou para essa mulher é que ela deveria ligar para o 0800 (telefone do MDS) para reagendar seu atendimento. A mulher lhe perguntou se seria agendado rápido, pois ela já estava esperando três meses por esse atendimento, a gestora então lhe disse que só tinha vagas a partir de setembro, ou seja, somente para depois de quatro meses, já que estávamos em maio.

Na situação relatada acima, podemos perceber a situação de humilhação e frustração pela qual as pessoas passam ao procurarem atendimento do programa, pois como pode ser percebido nessa situação, a gestora não se interessou nem em saber qual o motivo pelo qual a mulher precisava do atendimento, e muito menos, atendeu de maneira considerada minimamente digna essa pessoa, pois num primeiro momento quando lhe foi explicado o

motivo do atraso, a gestora somente respondeu que não iria realizar o atendimento, entrou na sala, e ficou mexendo no celular.

É importante ressaltar que não são todos os gestores que realizam o atendimento do PBF que têm uma atitude desrespeitosa com as pessoas, pude muitas vezes presenciar situações em que gestoras tiravam dúvidas das pessoas que chegavam sem agendar horário para acalmá-las, já que muitas pessoas chegavam angustiadas sem saber o que aconteceu com seu benefício. Entretanto, o que interessou aqui ressaltar é que tal como Cohn (2012) assinala em seu trabalho, muitas vezes, o “jogo de empurra”, a burocracia na forma de agendamento, de atendimento, faz com que as pessoas se sintam frustradas e humilhadas ao não serem atendidas de forma satisfatória.

Outro importante aspecto assinalado por Cohn (2012) em sua análise das cartas ao presidente Lula está relacionado ao fato de o PBF ser um quase direito. De acordo com a autora o programa pode ser considerado dessa forma, pois as pessoas estariam exercendo seu direito ao continuarem procurando formas para terem seus pedidos atendidos, seja através das instituições públicas, ou das cartas ao presidente Lula. O PBF não é um direito previdenciário como nos lembra Cohn (2012), entretanto, é uma política tão difundida na sociedade, que seria muito difícil deixar de existir, mesmo porque, com o amplo conhecimento da população sobre o PBF, existe uma recusa em aceitar a impossibilidade de participação no programa.

Cohn (2012) resalta em seu trabalho que as pessoas que escreveram as cartas têm uma postura de indignação frente ao descaso e humilhação de não serem atendidas em suas demandas, em oposição a uma postura passiva, de aceitação, de conformismo, frente à sensação de injustiça para com o Estado que não lhes concede o benefício.

Em minha pesquisa não pude perceber essa postura de indignação nas entrevistadas, pelo contrário, me parece que as beneficiárias com quem conversei tinham uma postura mais passiva, de conformismo, já que todas me disseram que são bem atendidas, até mesmo quando vão embora sem ter a informação que foram buscar, o que ocorre na maior parte dos casos. Como relatei no capítulo 2, o fato de muitas entrevistadas perceberem o PBF como um favor do Estado, e não como um direito, pode fazer com que elas não se sintam a vontade para cobrar maior satisfação junto às gestoras do programa, quando não recebem a informação que procuram, pois existe uma relação de poder entre as gestoras e as beneficiárias, uma vez que, as primeiras podem ser vistas como aquelas que têm o poder de tirar ou colocar no PBF.

A passividade constatada nas entrevistas pode ser compreendida a partir da inconformidade que o PBF gera no imaginário das beneficiárias, oscilando entre o favor e o direito. Essa oscilação pode ser compreendida pela plasticidade institucional do PBF, que não se configura propriamente como um direito previsto pela Constituição Federal, mas sim como um projeto de lei ordinário vinculado à Presidência da República, sendo assim, é um programa que além de não ter a obrigatoriedade de atender toda a população que se encontra dentro dos requisitos necessários para ingresso no programa, pode sofrer mudanças no decorrer de sua existência, o que faz com que as beneficiárias não se sintam a vontade ou no direito de cobrar explicações sobre seu benefício.

É importante salientar que as beneficiárias compreendem as ambiguidades do PBF, ao caracterizar o programa tanto como direito quanto como favor, e que de certa forma, elas acabam por reagir de forma ambígua também, uma vez que mesmo indo atrás saber o que acontece com seu benefício, não se sentem à vontade para cobrar maiores explicações.

Em seu trabalho sobre o PBF, Rego (2013) realiza uma análise junto às beneficiárias do programa, que vivem nas regiões mais desassistidas pelo Estado, verificando quais foram as principais mudanças ocorridas na vida dessas mulheres, de forma específica, a autora tenta compreender se a participação no programa possibilitou para suas beneficiárias um maior grau de autonomia.

De acordo com Rego (2013), as beneficiárias puderam superar a cultura da resignação, ou seja, viver apenas na perspectiva de escapar da morte, pois a renda monetária transferida permite principalmente em regiões mais pobres, que as pessoas possam ao menos subsistir.

Outro aspecto ressaltado por Rego (2013) diz respeito à avaliação positiva do programa feito pelas beneficiárias, assim como o desenvolvimento de uma consciência da superioridade feminina sob a gestão da economia doméstica. Dessa forma, a autora assinala que o programa possibilitou que essas mulheres tivessem mais poder dentro do ambiente doméstico pelo fato de serem as titulares do benefício e se perceberem enquanto as pessoas mais qualificadas para gerir a economia doméstica.

De acordo com a autora, mesmo que de forma limitada, o PBF deve ser analisado como uma possibilidade de emancipação das mulheres beneficiadas, a partir de uma maior autonomização propiciada pela transferência de renda. Dessa maneira, o programa deve ser visto como um “poder germinativo de formação de cidadãos em sentido substantivo”, pois

proporciona, até certo ponto, a liberação da mulher da dominação familiar, liberação inclusive moral para essas mulheres em situação de extrema vulnerabilidade econômica e social. (Rego, 2010, p. 9)

Rego (2010) irá apresentar em seu trabalho a importância do PBF como uma renda regular na vida das beneficiárias, que em sua maioria nunca tiveram a experiência de obtenção de uma renda regular. Também ressalta a relevância que esse benefício tem sobre o aspecto de credibilidade que as beneficiárias conquistaram junto aos comerciantes, às pessoas de sua localidade e ao Estado, uma vez que passaram a ser vistas, como pessoas que vão ter condições de pagar suas contas ao final do mês, e que devem ter responsabilidade pelo benefício junto ao Estado e à sua família.

Nos seguintes trechos, é possível perceber que a autora analisa o PBF como um programa que possibilita que as pessoas possam ter mais liberdade, seja pessoal ou interior, o que acaba por germinar nesses indivíduos uma formação mais cidadã, a partir da maior autonomização monetária.

Devo dizer ainda por várias razões interessa realçar a função social da Bolsa Família na forma de dinheiro, para percebê-la principalmente como incrementadora de mais liberdade pessoal, de mais liberdade interior dos indivíduos que chegam à renda monetária. (REGO, 2010, p. 12)

E ainda:

Nesse sentido, o BF não é uma esmola governamental, antes acaba criando as condições para uma mudança profunda na subjetividade dos beneficiários. (REGO, 2010, p. 14)

De acordo com Rego (2010) o PBF trás a possibilidade de ser um programa comprometido com a cidadania, pois lança mesmo timidamente, a busca por uma formação substantiva das mulheres beneficiadas, lhes proporcionando maior autonomia e liberdade, através de uma renda regular, o que acaba por modificar a própria subjetividade delas.

[...] o programa federal Bolsa Família pode ser visto como política de **urgência moral**, para utilizar a expressão de Nancy Fraser. Mesmo assim,

possuem em germe condições de se transformar em política pública de cidadania para se efetivar no Brasil um desenvolvimento econômico comprometido com a radicalização substantiva da nossa democracia. (grifo da autora, REGO, 2010, p. 17 – 18)

Nessa pesquisa diferente do que ressalta Rego (2010) em seu trabalho, o que me pareceu foi que as entrevistadas não conseguiam perceber o PBF como uma forma de conseguir mais autonomia ou liberdade proveniente da renda regular do programa. O que se verificou nesse trabalho, foi que as beneficiárias possuem oscilações nas formas pelas quais se veem e acham que são vistas pelos outros, ou seja, o que se constatou foi que as entrevistadas tinham imagens negativas e positivas sobre o que é ser pobre e também como eram percebidas pelos outros e por elas mesmas enquanto beneficiárias do PBF.

A alternância entre imagens positivas e negativas que as beneficiárias têm, deve ser compreendida a partir de uma maior complexidade, visto que, a depender das mais variadas situações que elas vivenciam, e também da visão de quem se fala, ou seja, a opinião delas mesmas ou dos outros, é que vão se delineando quais são as imagens acionadas. Conforme já assinalamos no capítulo anterior, quando as entrevistadas se referem a elas mesmas, são mobilizadas as imagens positivas, já quando falam da opinião dos outros, são as imagens negativas as mais acionadas.

Como pude perceber na análise das entrevistas, as beneficiárias em sua maioria ressaltam que o benefício é bom, que ajuda muito, mas que não é suficiente para mudar objetivamente a situação de pobreza em que se encontram. Quando perguntadas sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas quando começaram a receber o PBF, pude observar que as mudanças se referiam a um maior consumo de determinados bens, entre os quais, sapatos, roupas, brinquedos e comidas para as crianças, mobília para a casa e também maior circulação em espaços de lazer. Entretanto, essas mudanças não são percebidas como uma maior autonomia ou liberdade para essas beneficiárias, até mesmo porque reconhecem que pelo fato de o valor do benefício ser muito pequeno, não podem gastar com outras coisas.

É necessário reconhecer que existe uma grande diferença e relevância entre o benefício que é recebido por pessoas que vivem em áreas urbanas e rurais, como nos lembra Rego (2013) em seu trabalho. Conforme podemos perceber na pesquisa de Rego (2013) as beneficiárias entrevistadas viviam em regiões muito pobres, onde não havia sequer acesso a bens públicos, como transporte, saúde e educação, regiões que com a chegada do PBF

possibilitaram que as pessoas alcançassem maior autonomia e liberdade, não só no âmbito do consumo, como também em outras esferas da vida pessoal dessas beneficiárias.

O que interessa ressaltar aqui é que, mesmo o benefício do PBF sendo relevante na renda familiar dessas beneficiárias possibilitando mudanças significativas em suas vidas, como em seu consumo e mobilidade, não se pode afirmar que essas transformações tem se apresentado como determinantes na construção de um status mais valorizado para essas mulheres. É importante lembrar que como Rego (2013) assinala em seu trabalho “as pequenas aberturas na autonomia das mulheres merecem registro”, no entanto, essas aberturas não demonstram possibilitar que essas mulheres se sintam mais incluídas socialmente, somente a partir da concessão de uma renda regular.

Em um artigo que busca compreender a interação entre as beneficiárias e o PBF Ávila (2013) realiza um levantamento sobre as percepções, avaliações e sentimentos das participantes do programa, objetivando apreender os efeitos políticos e subjetivos dessa política, através do olhar do beneficiário.

De acordo com a autora, o termo “beneficiária” utilizado para descrever quem participa do programa, não está incorporado no vocabulário e nem no imaginário das mulheres inseridas no PBF. Mesmo as beneficiárias reconhecendo que fazem parte do programa elas não se auto classificam a partir desse termo, e isso pode ser explicado, de acordo com Ávila (2013) por causa da falta de contato dos participantes do PBF com documentos e estudos que explicam o funcionamento e realizam avaliações sobre o programa.

Em minha pesquisa pude verificar de modo particular que as entrevistadas não conseguiam construir um imaginário comum entre elas e outras beneficiárias para definir a concepção de pobreza para as participantes do programa. Disso decorre que as entrevistadas acabam por se afastar da ideia do “nós” enquanto beneficiárias, não possibilitando que construam uma consciência comum enquanto grupo, não permitindo portanto que se mobilizem conjuntamente para reclamar por melhorias no programa em que se encontram inseridas.

A autora também ressalta que o PBF é compreendido pelas beneficiárias como uma ajuda e não como um direito, pois o valor do benefício é muito baixo, e ajuda a comprar o que está faltando para os filhos, o que se está precisando durante o mês, entretanto não é suficiente para superar a situação de pobreza na vida dessas mulheres.

Conforme vimos no capítulo 2, as beneficiárias na maioria dos casos também concebem o PBF como uma ajuda do governo para quem precisa, para quem está passando por necessidades, entretanto, o termo ajuda é compreendido a partir de dois focos: do favor e do direito.

Conforme pudemos perceber, a ajuda pode significar que para as beneficiárias o benefício do PBF é um favor e não uma obrigação do Estado para quem está precisando, passando por necessidades e não tem como sobreviver sem essa renda. Por outro lado, o PBF também é percebido como uma ajuda que significa um direito de quem precisa e obrigação do Estado, para manter um mínimo de vida digna.

Ávila (2013) destaca que o dinheiro do Bolsa Família é percebido como sendo dos filhos, mesmo o benefício estando no nome “das mães”. Também pude constatar nessa pesquisa e em outras¹⁴, que o dinheiro do programa é utilizado primordialmente com os filhos, pois o benefício é reconhecido pelas beneficiárias como sendo dos filhos, e, portanto deve ser utilizado com eles.

Outro aspecto relevante que Ávila (2013) observou em seu trabalho é que as beneficiárias mesmo avaliando na maioria das vezes o PBF de forma positiva também fazem sérias críticas relacionadas ao funcionamento do programa, como por exemplo, sobre a inclusão, bloqueio, exclusão do programa e também sobre os valores diferenciados do benefício para cada família. O que a autora pôde verificar é que as beneficiárias não compreendem porque determinadas pessoas conseguem o benefício e outras não, mesmo “merecendo receber”, também não entendem porque as famílias recebem valores tão diferenciados, o que acaba por resultar em sentimentos de injustiça.

Nessa pesquisa encontramos respaldo nas críticas que Ávila (2013) menciona em seu trabalho. Conforme pude constatar nas entrevistas, as beneficiárias sempre mencionavam que conheciam pessoas que precisavam e mereciam participar do PBF e não recebiam o benefício, e que também sabiam de pessoas que recebiam mesmo sem precisar ou merecer.

O que se pode verificar dessa situação é que as beneficiárias concebem o PBF sob a lógica do merecimento, de uma ordem moral, em que deve receber o benefício somente pessoas que contribuem de alguma forma, sendo honestos, corretos, justos, ou seja, pessoas que merecem participar do programa, seja porque são pessoas honestas, seja porque cumprem

¹⁴ Para maiores informações sobre o uso do dinheiro do PBF ver CUNHA e PIRES (2015).

com as condicionalidades, ou porque utilizam o dinheiro de maneira considera correta, com os filhos.

Ávila (2013) também assinala a importância do PBF na subjetividade das beneficiárias, uma vez que o benefício se trata de uma renda e não somente de alimentos, o que acaba por possibilitar um maior segurança por se tratar de uma renda fixa, maior liberdade de escolha no consumo e autonomia para essas mulheres na gestão dos gastos domésticos, que se emancipam da dependência financeira dos maridos.

3.2 Percepções da população sobre o PBF e seus beneficiários

Nessa seção iremos realizar uma comparação entre os resultados verificados em algumas pesquisas realizadas junto à população sobre o que acham do PBF, sobre a pobreza e desigualdade, com a visão das beneficiárias entrevistadas nessa pesquisa.

Em trabalho desenvolvido por Castro e Mesquita (2014) com dados coletados na pesquisa domiciliar amostral realizada pelo IPEA, os autores objetivaram compreender a percepção da população brasileira sobre a pobreza, bem como, suas causas e soluções.

Os resultados encontrados na pesquisa demonstram que a maior parte da população (41,1%) percebeu uma diminuição da pobreza nos últimos cinco anos, bem como mencionaram que o desemprego é visto como a principal causa da situação de pobreza, e medidas voltadas para o mundo do trabalho, como a criação de mais empregos, salários maiores e o aumento do salário mínimo, foram tidos como as principais soluções para a redução da pobreza no país.

Ainda, é possível perceber de acordo com os dados da pesquisa que a pobreza e a fome não são percebidas como os maiores problemas do Brasil, mas sim a saúde, a corrupção, a violência e a insegurança, foram apontadas pela população como alguns dos maiores problemas do país.

Outro aspecto importante assinalado por Castro e Mesquita (2014), é que a população não percebe o emprego como única medida capaz de acabar com a pobreza, indicando

também outros aspectos como, por exemplo, o problema da baixa remuneração em muitos casos.

De acordo com os autores, a principal causa da pobreza é o desemprego (29,4%), seguido da falta de acesso à educação de qualidade (18,4%), da corrupção (16,8%) e da má distribuição de renda e desigualdade social (12%). Nesse sentido, é possível perceber que as causas da pobreza estão relacionadas à ordem estrutural e não individual, mostrando que a ideia de responsabilização do pobre por sua situação não aparece como causa da pobreza, mas sim, aspectos estruturais como o desemprego, colocando em foco a responsabilidade do Estado frente o combate à pobreza, na esfera pública e não individual, de um problema que é social.

Mesmo Castro e Mesquita (2014) apontando que a causa da pobreza é percebida pela população como sendo proveniente da ordem estrutural, e que, portanto a ideia da responsabilização do pobre por sua situação é afastada, pude verificar nessa pesquisa que as imagens negativas que sempre estiveram vinculadas aos pobres culpando-os pela situação de pobreza ainda estão muito presente nas falas e vivências das beneficiárias do PBF.

De acordo com a análise das entrevistas constatou-se que muitas beneficiárias passaram e ainda passam por situações de humilhação das mais diferentes formas, seja pela falta de emprego e por não conseguir prover o próprio sustento sem a ajuda do benefício, seja pelo local em que moram, seja nos lugares que frequentam.

Também se apurou que as beneficiárias em alguns casos percebem que são vistas pelos “outros” (pessoas que não participam do PBF) como pessoas preguiçosas, acomodadas que não trabalham porque não querem, pois recebem o PBF, o que demonstra que para os “outros” as beneficiárias se sentem confortáveis ao receber o PBF e não sentem a necessidade de trabalhar e com isso melhorar sua condição de vida, ou seja, preferem ficar na situação de pobreza para assim usufruir do benefício.

Com isso podemos aferir que mesmo ocorrendo uma mudança sobre quais são as causas da pobreza na percepção da população indicada pela pesquisa, o que se observa nas entrevistas analisadas é que ainda está presente fortemente a ideia de que a culpa pela situação de pobreza está vinculada aos sujeitos, conferindo aos mesmos, imagens desvalorizadas e negativas.

Com relação às soluções apontadas para a superação da pobreza Castro e Mesquita (2014) indicam que o principal meio é a criação de mais empregos (31,4%), o acesso à educação de qualidade (23,3%) e questões referentes ao mundo do trabalho, como aumento do salário mínimo e maiores salários (16,1%).

É interessante notar que as beneficiárias ressaltavam que gostariam de ter um emprego, pois assim não precisariam recorrer à ajuda do Estado recebendo o PBF, bem como, afirmam que querem ver seus filhos na escola estudando para terem maiores oportunidades na vida, para conseguir um emprego melhor. Esses relatos indicam que as beneficiárias reconhecem que a solução para saírem da situação de pobreza na qual se encontram estão vinculadas a melhorias estruturais no mundo do trabalho, assim como a maior escolarização dos filhos, o que corrobora os resultados apontados por Castro e Mesquita (2014).

Em um artigo que trata sobre a percepção das elites sobre a pobreza e a desigualdade Reis (2000) assinala que existem muitos estudos desenvolvidos na área da economia sobre a pobreza e a desigualdade, e uma escassez de estudos nas ciências sociais sobre esses fenômenos.

Pobreza e desigualdade são temas tradicionais das ciências sociais, embora no Brasil os economistas pareçam às vezes mais preocupados com essa questão do que os sociólogos, antropólogos ou cientistas políticos. [...] Entretanto, meu argumento aqui é que, salvo notáveis exceções, tem faltado maior empenho nos estudos de caráter mais sistemático entre os cientistas sociais. Tem sido também negligenciada a análise da formulação e implementação de políticas sociais, assim como a análise de como grupos e setores particulares vivenciam e interpretam a pobreza e a desigualdade. (REIS, 2000, p. 143)

De acordo com a autora, é importante analisar a percepção dos não pobres e da elite sobre a pobreza e a desigualdade de forma mais sistemática nas ciências sociais, pois são classes que possuem uma enorme influência quando pensamos a criação e implementação de políticas sociais.

Como assinala Reis (2000) em seu trabalho as elites brasileiras tendem a considerar as questões sociais como pobreza e desigualdade como os principais problemas do país, assim como possíveis ameaças à democracia. Ainda, de acordo com a autora a principal solução para esses problemas, na concepção das elites brasileiras, seriam investimentos em educação,

o que indica que é um meio que resolveria as questões sociais, sem envolver uma mudança na vida dos não pobres.

Com relação às soluções apontadas pelas elites no trabalho de Reis (2000), é importante destacar que como vimos na análise das entrevistas as beneficiárias também percebem a necessidade de manter os filhos na escola para dessa forma acabar com o ciclo intergeracional da pobreza, possibilitando aos filhos maiores e melhores condições de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, é possível verificar na fala das beneficiárias que a solução para a situação de pobreza na qual se encontram também deve ser pensada a partir da impossibilidade que elas enfrentam para ingressar no mercado de trabalho, não permitindo com que elas consigam prover o sustento de suas famílias. Nessa perspectiva é relevante perceber que as beneficiárias reconhecem que existe um problema de ordem estrutural que envolve a pobreza, e que, portanto, políticas de Transferência de Renda são necessárias para conseguir combater de forma imediata o problema da pobreza.

É relevante ressaltar que no trabalho de Reis (2000) as elites brasileiras percebem que a pobreza e a desigualdade são grandes problemas do país, no entanto, não aludem que esses problemas sejam de ordem estrutural, conforme afirmam Castro e Mesquita (2014) em seus estudos. Pelo contrário, de acordo com Reis (2000) as elites afirmam que é responsabilidade do Estado cuidar dessas questões sociais, através de políticas públicas, para que assim, o problema seja resolvido e não ocorra nenhuma mudança significativa na ordem estrutural em que se apoiam seus privilégios de classe.

Conforme é indicado no trabalho de Reis (2000) as elites não tem preocupação em acabar com a situação de pobreza e desigualdade do país, mas sim, querem soluções para que esses problemas sociais não cheguem até elas, o que revela que não existe uma consciência de que essas questões são coletivas, da sociedade.

Em pesquisa que investiga junto à população o impacto das políticas sociais de combate à pobreza no Brasil, Cobo (2014) verifica que as pessoas com boas condições de vida não têm modificado a forma como percebem a pobreza. Dessa maneira, como a autora demonstra em seu trabalho, as pessoas na grande maioria dos casos, ao definirem sua condição de vida se percebem enquanto pertencentes à classe média, não se identificando enquanto pobres ou extremamente pobres, mesmo sabendo que 44% do total de entrevistados possuíam uma renda familiar mensal inferior a 1000 reais.

Já com relação às causas da pobreza Cobo (2014) assinala que as pessoas pesquisadas ressaltaram dois fatores principais: 37% acreditam que a pobreza se deve à falta de oportunidades e 39% pensam que os pobres não querem trabalhar.

Outro aspecto interessante apresentado pela autora está relacionado ao que as pessoas acham sobre o número de filhos de mulheres que recebem benefícios advindos de políticas distributivas. O que se constatou de acordo com Cobo (2014) é que 51% dos pesquisados acreditam que mulheres beneficiadas por políticas distributivas têm maior quantidade de filhos com o intuito de receber mais benefícios, o que demonstra que as pessoas acabam por responsabilizar os pobres por sua situação, uma vez que, a pobreza nessa perspectiva é concebida como consequência do grande número de filhos.

Cobo (2014) também apresenta outros aspectos relacionados à percepção da população sobre as políticas sociais, como por exemplo, 42% dos entrevistados acreditam que os benefícios sociais devem manter baixos valores, para que dessa forma, as pessoas não se acomodem, e deixem de procurar emprego.

Todas essas análises sobre as percepções da população sobre pobreza, políticas sociais distributivas, e sobre os pobres verificada por Cobo (2014), nos levam à aferir as discriminações e preconceitos que envolvem a figura do pobre beneficiário do governo.

Conforme pudemos perceber ao longo desse trabalho as beneficiárias conhecem todos os preconceitos e discriminações que envolvem a imagem dos pobres e os classificam como sujeitos moralmente desvalorizados e desprestigiados perante a sociedade. A responsabilização dos pobres por sua condição, a discriminação das mulheres beneficiárias que têm maior número de filhos, a ideia de que os benefícios podem acomodar as pessoas, deixando-as preguiçosas e encostadas no Estado, são algumas das representações da pobreza ressaltadas por Cobo (2014) e que encontram respaldo nessa pesquisa.

Considerações Finais

As questões que nortearam a pesquisa giram em torno de compreender se o PBF tem proporcionado mudanças nos sentidos da pobreza para as beneficiárias dessa política social. De maneira específica, apreender como as privações são vivenciadas pelas participantes do programa em suas realidades cotidianas.

O que se buscou compreender nesse trabalho foi analisar em que medida o PBF propiciou mudanças nas formas como as beneficiárias se veem e são percebidas pelos outros, levando em consideração as transformações objetivas na vida das beneficiárias, tais como: a modificação nos padrões de consumo, a diversificação na mobilidade urbana e a geração ou não de novas relações sociais.

Ao longo da discussão teórica realizada no primeiro capítulo, pudemos verificar que a experiência da pobreza está além da privação econômica e material, abrangendo vários aspectos da vida social dos indivíduos que vivenciam essa condição em seu cotidiano. Compreender a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, apreendendo os aspectos subjetivos que envolvem esse fenômeno, foi o que se tentou observar a partir da análise de diferentes vertentes teóricas sobre esse assunto e também baseado nas falas das entrevistadas.

Conforme vimos, o estudo sobre a pobreza possui várias nuances a depender do foco que se pretende analisar. Alguns dos trabalhos analisados nessa pesquisa tiveram como cerne a questão da exclusão social e a desvalorização da imagem do pobre em sua relação com o outro. Não houve a pretensão de esgotar a discussão sobre todas as correntes teóricas que trabalham com o fenômeno da pobreza, e tampouco optar por uma determinada concepção, mas sim analisar alguns trabalhos que exploram esse conceito através da experiência que os pobres têm sobre seu cotidiano, suas relações sociais e sobre sua imagem.

Alguns dos aspectos discutidos nesse trabalho relacionam a pobreza e a exclusão social a partir de diferentes perspectivas, entre as quais se destacam a do trabalho, do consumo, da subalternidade, dos comportamentos identificados como indesejáveis na sociedade, da invisibilidade social e da desqualificação social. Em todos os trabalhos analisados pudemos verificar que a desvalorização moral da imagem do pobre em relação aos outros é uma questão presente de forma variada em todas as análises.

Dessa forma, podemos aferir que a vivência da situação da pobreza e da exclusão social deve ser apreendida a partir da desvalorização moral do pobre em suas relações sociais, caracterizadas por diferentes formas, através do trabalho, do consumo, da submissão, da desqualificação, entre outros.

A partir dessa constatação, sobre a desvalorização da imagem social do pobre, buscamos compreender no capítulo 2 desse trabalho as formas como as beneficiárias do PBF se veem e percebem que são vistas pelos outros, percebendo se de fato essa desvalorização social do pobre está interiorizada no imaginário das beneficiárias.

No decorrer do capítulo 2 podemos perceber que existe uma oscilação entre imagens positivas e negativas que as beneficiárias do programa utilizam para se descreverem. Essa alternância de concepções de pobreza está relacionada com o ponto de vista dos diferentes atores sociais, ou seja, a oscilação entre imagens negativas e positivas sobre a pobreza é compreendida a partir da visão que as beneficiárias têm a partir de diferentes focos: dos “outros” (pessoas que não recebem o PBF), do “eu” (imagem que a beneficiária tem si mesma) e do “nós” (como a beneficiária percebe as outras pessoas que também participam do PBF).

Dessa forma, pode-se apreender que, na perspectiva dos “outros”, as beneficiárias acionam imagens negativas, caracterizando o pobre como vagabundo, preguiçoso, morto de fome, sujo, que depende da ajuda do Estado para conseguir sobreviver.

Já quando analisamos a ótica do “eu”, o que se percebe é que são mobilizadas imagens positivas que as entrevistadas utilizam para se descrever, como por exemplo, que são pessoas honestas, justas, corretas, que lutam contra tudo e contra todos para conseguir prover seu próprio sustento, mesmo não tendo as oportunidades para a realização de tal objetivo.

Com relação à concepção de pobreza sob o ponto de vista do “nós”, o que se verificou é que todas as beneficiárias não se sentiam à vontade para comentar o que pensavam de outras pessoas que participavam do PBF, o que se mostrou ser uma informação valiosa para essa pesquisa. Dessa situação decorre uma hipótese: será que ao perceberem a desvalorização da imagem do pobre frente à sociedade, as entrevistadas não se sentem à vontade para falar o que pensam sobre as outras beneficiárias? Ou será que ao reconhecer até certo ponto que o que os “outros” pensam é verdade, acabam por interiorizar as imagens negativas da pobreza e por isso não se sentem a vontade para falar de outras beneficiárias?

Pode-se aferir a partir do material coletado e das análises realizadas que mesmo o PBF possibilitando mudanças objetivas na vida das beneficiárias, essas transformações não parecem, até o momento, serem propulsoras de uma maior integração social dessas mulheres, a partir da formação de um status social mais valorizado, permitindo assim, com que essas mulheres possam vir a superar as representações pejorativas difundidas pela sociedade, como as imagens do pobre / bandido / vagabundo / coitado / trabalhador.

Dessa forma, podemos perceber que essas mulheres conhecem muito bem, através da vivência em suas relações cotidianas, quais são as barreiras sociais que se impõe, e que elas sabem muito bem “seus lugares” dentro dessas classes. É interessante notar que justamente por conhecerem quais são seus lugares sociais, as beneficiárias podem se permitir navegar de forma ambígua entre oscilações de imagens positivas e negativas, caracterizadas por uma plasticidade que é dada pelo próprio desenho do programa, uma vez que o benefício é percebido tanto como favor quanto como direito, e a depender da forma como as entrevistadas se apropriam dessas concepções influencia na forma como elas irão se perceber enquanto beneficiárias.

Com relação às formas como o PBF é percebido pelas beneficiárias, é relevante assinalar que o benefício é compreendido como uma ajuda, que se configura enquanto favor e também como direito. O que se procurou compreender a partir da visão que as entrevistadas têm sobre o programa, é se o benefício é percebido como um direito delas e se esse direito é reconhecido coletivamente, publicamente, ou seja, se é legitimado pela sociedade.

Conforme analisamos no segundo capítulo o PBF é concebido como um favor do Estado para pessoas que se encontram em situações de necessidade, que não conseguem manter uma vida digna sem a ajuda que essa renda lhe confere. Entretanto, no imaginário das beneficiárias o PBF também é considerado como um direito devido às mães e aos filhos, por causa da falta de possibilidades que essas mulheres encontram ao tentar ingressar no mercado de trabalho, e assim prover o sustento de sua família.

Existem ainda, diferentes concepções de direito para as entrevistadas, como pudemos perceber no capítulo 2. Em consonância com trabalho de Bello (2016), que ressalta as diferentes noções de direitos para as beneficiárias do PBF, é possível perceber cinco significados para o direito presente na fala das entrevistas, a saber: 1º) é percebido como direito por causa dos impostos, ou seja, é visto como retribuição do Estado a todos que pagam

seus impostos; 2º) é direito porque as beneficiárias cumprem as condicionalidades em saúde e educação dos filhos, dessa forma o benefício seria uma contrapartida do Estado; 3º) como o PBF possui uma cobertura ampla, é direito porque muitas famílias recebem, portanto não existe motivo para que determinadas pessoas não venham a receber também o benefício; 4º) é percebido como um direito para as famílias que estão passando necessidades, sendo assim, é uma justiça social para essas famílias e, por fim, 5º) o benefício é um direito porque a sociedade deve reconhecer que as famílias não possuem uma renda que lhes garantam manter uma vida digna, e por isso, o Estado tem a obrigação de fornecer esse benefício.

De acordo com Bello (2016) as duas primeiras noções de direito presentes no imaginário das entrevistadas aludem a uma complexa relação entre dever e direito. Já na terceira concepção o direito está relacionado a uma dimensão pragmática, já que está vinculado ao fato de que muitas famílias recebem o benefício, portanto todos têm o direito de receber. Já a diferença entre a quarta e quinta concepção de direito está baseada no caráter individual e coletivo dessas noções, pois uma percebe o direito a partir de um foco particular em que a família necessitada precisa desse benefício, e a outra concebe o benefício como um direito legitimamente reconhecido pela sociedade.

No decorrer da pesquisa pude constatar na fala das entrevistas as quatro primeiras concepções de direito assinaladas acima. Somente não verifiquei a quinta concepção que pressupõe o direito como meio de reconhecimento público, legitimado junto à sociedade e formalizado em lei.

Ao se analisar as oscilações entre imagens positivas e negativas que representam a pobreza na visão das beneficiárias, é necessário compreender como essas mulheres percebem o PBF, para assim, apreender como essas concepções de direito e favor influem na forma como as entrevistadas percebem que são vistas pela sociedade, e como elas se identificam enquanto beneficiárias.

É importante salientar que o PBF tem como objetivo principal o alívio imediato da pobreza através da transferência de uma renda para as famílias e também a superação da situação de pobreza da geração futura a partir de suas condicionalidades. Dessa forma, não é possível exigir que um programa em tão pouco tempo de existência consiga superar a classificação social negativa vivenciada pelas populações mais vulneráveis desde sempre, e

suplante a situação de subalternidade que envolve os mais pobres em suas relações sociais cotidianamente.

Com relação à análise comparativa desenvolvida no terceiro capítulo, o que se buscou realizar foi uma aproximação com estudos que também privilegiaram a visão das beneficiárias a partir de diferentes enfoques, observando em que medida os resultados dessa pesquisa possuem ou não afinidades, semelhanças e discrepâncias com os trabalhos já realizados junto às beneficiárias do PBF.

É necessário reconhecer que, apesar dos inegáveis avanços alcançados pelo PBF nesses 13 anos de existência, como a ampliação de sua cobertura, sua importância para uma maior redistribuição de renda no país, sua relevância no que diz respeito ao empoderamento e maior autonomia da mulher, como muitos estudos ressaltam, ainda é necessário considerar que o programa não tem possibilitado que as representações da pobreza que acometem suas beneficiárias de forma negativa sejam superadas. O que se constatou nessa pesquisa é que as beneficiárias tem que lidar diariamente com situações que as colocam em classificações negativas por estarem participando dessa política pública específica.

O que se verifica assim, é que pelo PBF se tratar de uma política veiculada à presidência da república e não ter se configurado como um direito social propriamente dito faz com o programa não alcance realizar mudanças significativas na esfera subjetiva da vida dessas beneficiárias. Nesse sentido, podemos perceber que as entrevistadas não conseguem alcançar os direitos de igualdade de serem ouvidas, vistas e percebidas na sociedade como indivíduos de direitos legitimados.

Dessa forma, é possível aferir que, mesmo o PBF possibilitando uma inserção maior dessas pessoas através do consumo, outras medidas são necessárias para mudar as representações negativas que contornam a questão social brasileira e que colocam o pobre num patamar de sujeitos sem direitos, naturalizados na paisagem social.

Conforme pude perceber na análise das entrevistas, receber o Bolsa Família está envolvido em uma série de percepções que estigmatizam suas beneficiárias, fazendo com que tenham que passar por situações de preconceito e enfrentem a realidade de, além de serem pobres, serem também beneficiárias de um Programa de Transferência de Renda.

É importante notar que o estigma sofrido pelas beneficiárias não é produzido pelo formato do PBF, mas sim pela forma como a sociedade percebe esse programa, que acaba se voltando contra suas beneficiárias, ou seja, o programa em si não reproduz o estigma, mas sim a forma como ele repercute na sociedade volta contra as beneficiárias reforçando o estigma. Dessa forma, o problema da estigmatização das beneficiárias não é causado pelo programa e nem pela sua implementação, mas sim pela relação entre sociedade e programa.

O PBF poderia através de sua atuação local, ou seja, nos locais de atendimento ao público alvo (DAS e CRAS), fornecer atividades que possibilitem um maior empoderamento das beneficiárias, visando construir no imaginário dessas mulheres através de ações objetivas a conscientização cidadã do que é ser beneficiária. Um trabalho complementar para que as beneficiárias mitigassem o estigma que acompanha a visão dessas mulheres, para que elas se sintam sujeitos de direitos.

Atualmente o CRAS desenvolve atividades normatizadoras que são desconexas com a realidade cotidiana dessas mulheres através das atividades socioeducativas, que acabam por sobrecarregar as beneficiárias de exigências e de impotências, e assim não proporcionam para essas mulheres um empoderamento.

O empoderamento das beneficiárias deveria acontecer no CRAS, através de trabalhos desenvolvidos junto às famílias, elaborando ações com potencial de transformação sobre essas mulheres, desenvolvendo uma consciência de cidadania, para que as participantes do programa tivessem a percepção de que elas também são sujeitos de direitos.

O que se pôde verificar é que nas diversas situações em que essas beneficiárias relataram que sofreram algum tipo de discriminação ou humilhação, o que fica claro é que elas se classificam como sujeitos honestos, corretos, justos, que batalham diariamente, que lutam com dificuldade, mas que são pessoas certas. Nesse sentido, é possível aferir que, mesmo reconhecendo as imagens negativas associadas à figura do pobre pelos outros, essas beneficiárias não se incluem nessas classificações, mas sim ressaltam a sua honra e honestidade, o que acaba por nos indicar que existe uma oscilação entre os “pobres honestos” e os “pobres malandros”, entre aqueles que merecem ou não a ajuda do governo, entre aqueles que têm direitos e os que não têm.

É importante analisar como se desenvolverão os processos políticos originados desse momento de efervescência política pela qual o Brasil passa em 2016, oriunda da crise

socioeconômica que se iniciou em 2013, em que vários protestos foram realizados contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que completaram 14 anos de mandato na presidência. É preciso avaliar como as mais diversas políticas sociais que foram desenvolvidas durante o governo PT, sejam políticas de caráter social ou econômico, têm possibilitado que os pobres se sintam no direito de defender suas ideias, se percebendo enquanto sujeitos de direitos, que devem ter suas aspirações e interesses reconhecidos socialmente, para que dessa forma passem a se sentir dentro de uma rede de pertencimento social, por saírem da situação de invisibilidade em que se encontravam.

É importante investigar, nesse período em que ocorreu uma mudança de governo no Brasil durante o processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff (PT), e consequente exercício de Michel Temer (PMDB), os discursos que se desenvolverão sobre as políticas públicas vinculadas aos pobres e a medidas desse novo governo em relação às conquistas sociais alcançadas até o momento. O PBF tem sofrido duras críticas durante os movimentos nas ruas e principalmente em redes sociais, realizados contra o governo do PT. Cabe verificar em que medida essas reinvidicações feitas contra esse programa vão se elevar e resultar em retrocessos nas conquistas obtidas até o momento.

As medidas tomadas pelo novo governo trazem consigo dúvidas quanto ao futuro das políticas sociais, e de modo específico dos direitos sociais, entre os quais a educação e saúde, principais serviços públicos que afetam com mais afinco a população pobre. Exemplo dessas mudanças é o Projeto de Emenda Constitucional 55 (PEC 55), proposto pelo Ministério da Fazenda e em votação no Congresso Nacional, que preconiza um ajuste fiscal através da criação de um teto para os gastos públicos, com vistas a alcançar o equilíbrio fiscal das contas da União, e assim, tentar superar a crise econômica do país. De acordo com o texto da PEC 55:

Art. 101. Fica instituído, para todos os Poderes da União e os órgãos federais com autonomia administrativa e financeira integrantes dos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Novo Regime Fiscal, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos art. 102 a art. 105 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (PEC 55, 2016)

De acordo com essa proposta serão congeladas as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Cabe salientar que o resultado dessa proposta

significa que irá ocorrer uma paralisação dos investimentos nas áreas da saúde e educação, previstos na Constituição Federal, e que também poderá afetar o reajuste do salário mínimo.

Caso seja aprovada essa proposta o resultado dessas medidas será responsável pelo sucateamento da saúde e educação, principais serviços públicos vinculados ao PBF para a superação da situação de pobreza, e irão afetar diretamente a população mais pobre, que dependem desses serviços públicos e não dispõe de plano de saúde ou têm acesso à educação privada. É importante mencionar que os investimentos dirigidos à educação e saúde estão previstas na Constituição, são direitos sociais conquistados pela população, portanto o que a PEC 55 propõe é inconstitucional.

É possível perceber que as mudanças propostas pelo atual governo repõe o discurso utilizado na década de 1990, em que as políticas econômicas são percebidas como mais relevantes do que as políticas sociais. Nessa perspectiva, o debate acerca da importância das questões sociais na agenda pública, que pareciam até certo ponto terem se tornado central para se pensar o desenvolvimento do país, têm dado lugar novamente às políticas econômicas. É preciso mencionar que, na situação de crise econômica em que o país se encontra, políticas econômicas de caráter restritivo são necessárias, entretanto, os cortes econômicos não devem ser realizados em áreas essenciais que irão afetar diretamente a população pobre, como saúde, educação e programas sociais, mas sim é necessário que outras medidas econômicas sejam pensadas com o intuito de não prejudicar a população, como por exemplo, a realização de auditoria da dívida pública e a taxação de riquezas.

Assim, é relevante pensar como as mudanças propostas pelo atual governo, que alcançou o poder através do processo de impeachment, e que não passou suas propostas de governo pelo crivo das urnas, irão afetar as conquistas obtidas pelo governo anterior, e de modo específico, como irá atingir de forma significativa a população pobre. É necessário considerar que, os projetos propostos por esse governo são medidas econômicas com vistas à superação da crise financeira, e consequente recuperação da confiança dos investidores internacionais no Brasil, sendo que isso implica necessariamente em mudanças e cortes na área social, e consequentemente aflige a população mais carente.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiarajú; LUCCA, Daniel. Situações Periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos**, Cebrap, 82, novembro 2008, p. 109 – 130.
- ÁVILA, Milene Peixoto. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Revista de Ciências Sociais**. N. 38, abril de 2013, p. 105 – 122.
- BELLO, Carlos A. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: Singer, A. & Loureiro, I. (organizadores) – *Contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* Editora Boitempo, São Paulo, p. 157,184, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). Art. 3º, Inciso III. Brasília, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/reducao-do-numero-de-filhos-e-maior-entre-familias-cadastradas>> Acesso em: 25 de jul. 2016.
- CASTEL, Robert. A sociedade salarial. In: CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 415 – 493.
- _____. O individualismo negativo. In: CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 593 – 611.
- CASTRO, J. A.; MESQUITA, A. C. S. Percepção sobre pobreza: causas e soluções. IN: NERI, Marcelo Cortês; SCHIAVINATTO, Fabio. (Org.) **SIPIS 2014**: Percepções da população sobre políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2014, p. 105 – 128.
- COBO, Barbara; WALTENBERG, Fabio; VEIGA, Alinne; MÉMDEZ, Yasmín S. *Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social?* Coordenação de Lena Lavinas – Rio de Janeiro: Letra e Imagem: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como Política de Estado. In: CASTRO, J. A. ; MODESTO, L. *Bolsa Família 2003 – 2010 : avanços e desafios*. Brasília: IPEA, 2010, 2v. p. 216 – 240.
- COHN, A. As dimensões sociais da pobreza e o PBF. In: COHN, Amelia. *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. São Paulo: Pensamento brasileiro, estudos e intervenções, 2012, p. 147 - 175.
- CUNHA, Cinthia de Oliveira; PIRES, André. Bolsa Família em Campinas: como o dinheiro é usado? In: XIII Semana da Pós-Graduação em Ciências Sociais: nas teias da memória e da imaginação: anais do evento, 2015, Araraquara: FCL - UNESP, 2015. p. 165-180. Modo de acesso: <<http://semanadepos.blogspot.com.br/>>.
- FONSECA, Ana M. Transferencias condicionadas, estrategias de combate al hambre y la desnutrición en América Latina y el Caribe. Santiago: FAO, 2009.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Erving Goffman; [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes]. – 4ª ed. – Rio de

Janeiro: LTC, 2008.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade como questão política. *Textos Para Discussão*. nº 1, Janeiro de 2008 - *UFF/Economia*, CEDE. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/s%C3%A9rie-cede-de-textos-para-discuss%C3%A3o>> Acesso em: 10/06/2014.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Públicas Sociais. *Textos Para Discussão*. nº 92, Fevereiro de 2014 - *UFF/Economia*, CEDE. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/s%C3%A9rie-cede-de-textos-para-discuss%C3%A3o>> Acesso em: 10/06/2014.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das Políticas Públicas na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463 – 477, set./dez., 2014.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. *Governança Mundial e Pobreza: do Consenso de Washington ao consenso de oportunidades*. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Fundamentos do combate à pobreza na contemporaneidade: Amartya Sen e a perspectiva do desenvolvimento humano. In: SERAINE, A. B. M. S.; SANTOS JÚNIOR, R. B.; MIYAMOTO, S. (Org) Estado, desenvolvimento e Políticas Públicas. Editoras: Unijuí e Teresina, 2008, p. 87 – 128.

MESQUITA, A. C. S. ; CASTRO, J. A. Percepção sobre pobreza: causas e soluções. IN: NERI, Marcelo Cortês; SCHIAVINATTO, Fabio. (Org.) **SIPIS 2014**: Percepções da população sobre políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2014, p. 105 – 128.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: < www.mds.gov.br > Acesso em: 20/12/2013.

OS POBRES NÃO VÃO À PRAIA. Produção de Elaine Mattos. Rede Manchete. Documento Especial (28 min), son., color, Port.

PAUGAM, Serge. Apresentação. In: PAUGAM, Serge. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Trans. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço; pref. e rev. Maura Pardini Bicudo Vêras – São Paulo: Educ / Cortez, 2003, p.45 – 80.

PIRES, André. Orçamento Familiar e Gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n 145, jan./abr. 2012, p. 130 – 161.

QUE HORAS ELA VOLTA? Direção de Anna Muylaert. Produção de Caio Gullane, Débora Ivanov, Fabiano Gullane, Gabriel Lacerda. São Paulo: Pandora Filmes, 2015. Longa metragem (114 min), son., color, Port.

RABELO, Maria Mercedes. Introdução. In: *Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias*. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 15 - 41.

-
- Reconhecimento de cidadania. In: *Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias*. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 216 - 258.
- REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Dossiê desigualdade – vol. 15 , nº 42, fevereiro 2000, p. 143 – 152.
- REGO, Walquíria D.L. Bolsa Família: limites e alcances. *Mimeo*, 2010.
- REGO, Walquíria D.L. & PIZZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Unesp, 2013, p. 189-214, 2013.
- ROCHA, Sonia. Transferências de renda no Brasil: conquistas e desafios. In: ROCHA, Sonia. *Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p 151.
- SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. **RBE**. Rio de Janeiro, v. 66, nº 4, Out – Dez 2012, p. 533 – 556.
- SOUZA, Jessé de. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? *Lua Nova*: nº 59, 2003, p. 51 – 74.
- TELLES, Vera da Silva. Os sentidos da destituição. In: TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. 2ª Edição. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/ Editora 34, 2013. p. 57 – 88.
-
- Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. 2ª Edição. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/ Editora 34, 2013. p. 13 – 56.
- ZALUAR, Alba. Os trabalhadores em suas famílias: trabalho e pobreza. In: ZALUAR, ALBA. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Brasiliense, 1985. p. 87 – 131.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza na visão das beneficiárias

Caro participante: _____

Venho convidá-lo a participar como voluntário desta pesquisa. O objetivo deste estudo é entender qual a relevância do Programa Bolsa Família e o seu impacto sobre a população de Campinas. Sua forma de participação consiste em responder algumas perguntas que serão feitas por mim a respeito da sua história, da história de sua família, da sua opinião sobre o programa. Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante seu anonimato e sua privacidade.

Não haverá gastos nem riscos na sua participação neste estudo. Os resultados contribuirão para um melhor entendimento dos efeitos do Programa Bolsa Família na vida das pessoas. A entrevista será gravada, podendo ter acesso à gravação a qualquer momento que desejar.

Sua participação é voluntária e poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, a qualquer momento, se assim preferir sem que isso lhe acarrete qualquer dano.

Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato com o responsável principal (Cinthia de Oliveira Cunha, telefone (19) 98877-6967) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifesp – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: cepunifesp@unifesp.br, o qual analisou o projeto desta pesquisa.

Desde já agradecemos sua atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações.

Eu confirmo que Cinthia de Oliveira Cunha explicou os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este termo de consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa. Eu confirmo que este termo foi redigido em duas vias, sendo que uma foi entregue para mim.

Data: ____/____/____

Assinatura do Participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Data: ____/____/____

Assinatura do Pesquisador

ANEXO 2 – Roteiro das entrevistas

1. Trajetória pessoal / familiar

- ⤴ Nome
- ⤴ Idade
- ⤴ Estado civil.
- ⤴ Quantos filhos têm? (Nomes, idades e escolaridade)
- ⤴ Grau de escolaridade – se largou os estudos, por que largou.
- ⤴ Quantas pessoas moram na casa?
- ⤴ Em que lugar mora?
- ⤴ No local onde mora tem posto de saúde, rua asfaltada, escola, rede de esgoto água encanada?
- ⤴ De onde veio? (Para os migrantes)
- ⤴ Há quanto tempo está em Campinas?
- ⤴ Foi para outro lugar antes ou veio direto pra Campinas?
- ⤴ Por que escolheu Campinas?

2. Trajetória Profissional

- ⤴ O que você faz atualmente? O que já fez?
- ⤴ O que acha do seu trabalho?
- ⤴ Já trabalhou de carteira assinada? Quanto tempo?
- ⤴ Há quanto tempo está sem carteira assinada?
- ⤴ O que acha sobre trabalhar de carteira assinada?

3. Sobre o PBF

- ⤴ Como ficou sabendo do programa.
- ⤴ Recebe desde quando.
- ⤴ Qual valor recebe e o que acha desse valor?
- ⤴ Já foi ou beneficiário de outros programas sociais. Quais?
- ⤴ Quais eram as fontes de renda antes do PBF?
- ⤴ Qual a sua opinião sobre o Programa Bolsa Família?
- ⤴ Já teve o benefício bloqueado? Por quê?

- ✧ Se cortassem o PBF o que você faria? Por quê?
- ✧ Você acha que o PBF é um direito seu?
- ✧ Caso não ache que é um direito então acha que é um favor do governo?
- ✧ Existem outras rendas além do benefício do BF?
- ✧ Em que situação você pediria para sair do programa?
- ✧ Você sentiu dificuldades no momento de pedir o benefício? (documentação, agentes públicos) Se sim, quais?
- ✧ Você conhece ou já participou de alguma atividade de qualificação profissional que o BF oferece? Se já participou, de quais? Gostou? Ajudou?

3.1 Condicionais

- ✧ Por que você acha que existem as condicionais no programa?
- ✧ O que você acha de ter que cumprir as exigências do programa? (Manter os filhos na escola, levar no posto de saúde) Você acha bom, acha ruim? Por quê?

3.2 Dinheiro do PBF

- ✧ De onde você acha que vem o dinheiro do PBF?
- ✧ Como você usa o dinheiro do programa?
- ✧ Acha que existe um jeito certo ou errado de se usar o dinheiro do BF? Por quê? Como é o jeito certo e errado de se usar o dinheiro?
- ✧ Seus filhos sabem que você recebe o BF? Eles cobram alguma coisa sobre o BF?

3.3 O PBF e as percepções de pobreza

- ✧ Você passou a frequentar lugares que antes não ia depois que começou a receber o BF?
- ✧ Você passou a visitar mais seus amigos e parentes, ou a passear mais depois que começou a receber o BF?
- ✧ Participa de alguma igreja ou culto religioso? Realiza alguma atividade nesses lugares? Com que frequência participa?
- ✧ Qual a sua relação com seus vizinhos e com seus parentes próximos? (perguntar se existe uma relação de ajuda mútua: empréstimo de dinheiro, cuidar de crianças,

arrumar emprego)

- ✧ O que você acha que as pessoas que não recebem o BF, mas que também passam por dificuldades pensam de quem recebe o benefício?
- ✧ O que você acha que as pessoas que têm mais condições de vida pensam de quem recebe o BF?
- ✧ O que você acha das outras pessoas que recebem o BF?
- ✧ Você conversa com outras pessoas que recebem o BF sobre o programa? Sobre o que conversam?
- ✧ Você acha que o PBF é só para pobres? Se sim, quem são esses pobres?
- ✧ Na sua opinião o que defini se uma pessoa é pobre ou não?
- ✧ Você acredita que o BF vai possibilitar que seus filhos tenham melhores condições de evitar a pobreza do que você teve? Por quê?

4. Cidadania e Direitos Sociais

- ✧ O governo tem algum dever de prestar serviços públicos?
- ✧ Quem merece receber mais atenção do governo? Por quê?

5. Projetos Futuros

- ✧ Se você tivesse condições, dinheiro, o que gostaria de fazer, de ter?
- ✧ Quais são os seus planos? (para a beneficiária e para seus filhos)
- ✧ Tem vontade de mudar de lugar. Do bairro, da casa de voltar para a cidade natal etc.
- ✧ **Gostaria de falar mais alguma coisa sobre o PBF?**